

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JÚLIA DEVES DULLIUS

**O PAPEL DO 11 DE SETEMBRO NAS ELEIÇÕES NORTE-AMERICANAS
E AS POLÍTICAS DE CONTRATERRORISMO DE
GEORGE BUSH, BARACK OBAMA E DONALD TRUMP**

Porto Alegre

2019

JÚLIA DEVES DULLIUS

**O PAPEL DO 11 DE SETEMBRO NAS ELEIÇÕES NORTE-AMERICANAS
E AS POLÍTICAS DE CONTRATERRORISMO DE
GEORGE BUSH, BARACK OBAMA E DONALD TRUMP**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Dullius, Júlia Deves
O PAPEL DO 11 DE SETEMBRO NAS ELEIÇÕES
NORTE-AMERICANAS E AS POLÍTICAS DE CONTRATERRORISMO
DE GEORGE BUSH, BARACK OBAMA E DONALD TRUMP / Júlia
Deves Dullius. -- 2019.
118 f.
Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Contraterrorismo. 2. Eleições presidenciais dos
Estados Unidos. 3. George W. Bush. 4. Barack Obama. 5.
Donald Trump. I. Cepik, Marco Aurélio Chaves, orient.
II. Título.

JÚLIA DEVES DULLIUS

**O PAPEL DO 11 DE SETEMBRO NAS ELEIÇÕES NORTE-AMERICANAS
E AS POLÍTICAS DE CONTRATERRORISMO DE
GEORGE BUSH, BARACK OBAMA E DONALD TRUMP**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman

UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à vida, a minha família, ao meu país e a Deus, que me deram a oportunidade de estudar em uma universidade federal pública, gratuita e de qualidade, em um curso desafiador e fascinante. Também agradeço à própria UFRGS e toda sua comunidade pelos conhecimentos transmitidos. Estes não se restringem ao âmbito acadêmico: as pessoas e as experiências que conheci e vivi aqui me enriqueceram grandemente como ser humano. Gratidão e orgulho parecem palavras adequadas para descrever estes últimos cinco anos.

Aos professores, em especial ao meu orientador, Marco Cepik, que aceitou me conduzir nesta etapa final, mesmo lidando com tantos orientandos e projetos. Obrigada pelas palavras de apoio e pelas contribuições. Foi um desafio e ao mesmo tempo um prazer trabalhar contigo.

Aos meus amigos, que estiveram comigo nos momentos mais delicados, nas manhãs de mau-humor e nas madrugadas exaustivas, por sempre acreditarem na minha capacidade de ir além e me incentivarem a dar o meu melhor. Agradeço à Mariana e à Nathalia, por terem passado por isso primeiro, me preparando para o que viria e torcendo sempre pelo meu sucesso. À Bruna, Bibi, Gabi, Isa, Kellen, Rafa e Vik, que desde o colégio compartilham comigo as alegrias e as lágrimas do nosso crescimento. Aos meus presentes da faculdade: Andresa, Camila, Diego, Gabi, Gui, Japejú, Joana, João, Lara, Larissa, Rodrigo, Tarsila... Felizmente conheci e convivi com tantas pessoas incríveis, que faltaria espaço para agradecer a todos. Obrigada pela parceria, pelo suporte, pelo convívio e pelas risadas. Obrigada também ao Mikael, que além de colega de colégio e graduação, foi meu colega de orientação e compartilhou comigo todas as emoções desta reta final. Incluo também a Ana, Carol, Anna e Lari, que apesar das responsabilidades e distanciamentos da vida adulta, serão sempre parte fundamental de mim e das minhas conquistas. Aos demais amigos que não foram mencionados, vocês são igualmente importantes e eu sou muito grata por tê-los na minha vida.

Por fim, agradeço ao meu pai, sempre disposto a me ajudar, e à minha mãe, que ao longo da vida me ensinou, com muita disciplina e generosidade, a correr atrás dos meus sonhos e dar sempre o meu melhor, tendo como princípios norteadores a honestidade, o esforço e a persistência. Obrigada por terem me proporcionado as condições para que eu chegasse até aqui. Espero poder sempre ser motivo de orgulho para vocês.

Great is the guilt of an unnecessary war.

(John Adams, 1794)

RESUMO

Considerando a relevância dos atentados do 11 de setembro na memória coletiva, em especial para os cidadãos norte-americanos, o presente trabalho busca compreender até que ponto o resultado das últimas quatro eleições presidenciais foi influenciado pelo medo de novos ataques terroristas e pela insegurança generalizada, bem como analisar quais foram as políticas de contraterrorismo desenvolvidas pelos presidentes George W. Bush, Barack Obama e Donald Trump. Através da análise de documentos governamentais securitários, como a Estratégia de Segurança Nacional e a Estratégia Nacional de Contraterrorismo, busca-se explicar as ameaças encontradas em cada período presidencial e as decorrências de sua contenção, considerando a atuação preponderante dos Estados Unidos no Sistema Internacional, caracterizando a corrente realista das relações internacionais.

Palavras-chave: 11 de setembro. George W. Bush. Barack Obama. Donald Trump. Terrorismo. Contraterrorismo. Eleições presidenciais. Al-Qaeda. Estado Islâmico. Segurança Nacional.

ABSTRACT

Regarding the relevance of the 9/11 attacks in the collective memory, especially for the U.S. citizens, the present work aims to understand until what point the result of the last four presidential elections was influenced by the fear of new terrorist attacks and the general feeling of insecurity, also analyzing what were the counterterrorism policies developed by George W. Bush, Barack Obama and Donald Trump. Through the analysis of governmental security documents, such as the National Security Strategy and the National Counterterrorism Strategy, we seek to explain the threats found in each presidential period and the outcomes of the approaches of containment, considering the active role of the United States in the International System, characterizing the realist approach of international relations.

Keywords: 9/11 attacks. George W. Bush. Barack Obama. Donald Trump. Terrorism. Counterterrorism. Presidential elections. Al-Qaeda. Islamic State. National Security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentual de extremistas radicalizados online desde o 11/09	18
Figura 2 - Casos de Terrorismo nos Estados Unidos desde 2001	63
Figura 3 - Perda de Territórios Controlados pelo Estado Islâmico entre 2015 e 2018.....	75
Figura 4 - Origens de Autores de Ataques Terroristas Jihadistas desde o 11/09	86
Figura 5 - Cidadania dos Atores de Atentados nos EUA desde 2001	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> - Agência Central de Inteligência
EUA	Estados Unidos da América
EI	Estado Islâmico
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i> – Departamento Federal de Investigação
IRTPA	<i>Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act</i> – Ato de Prevenção de Terrorismo e Reforma de Inteligência
NSCT	<i>National Strategy for Combating Terrorism</i> - Estratégia de Combate ao Terrorismo
NSS	<i>National Security Strategy</i> – Estratégia de Segurança Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	TERRORISMO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	14
2.1	COMPREENDENDO AS DEFINIÇÕES DE TERRORISMO	14
2.2	AL-QAEDA: A ORGANIZAÇÃO ÀS VÉSPERAS DO 11 DE SETEMBRO..	19
2.3	O ATENTADO ÀS TORRES GÊMEAS E A INVASÃO DO AFEGANISTÃO.....	24
2.4	A GUERRA DO IRAQUE	31
3	O GOVERNO BUSH E O ENGAJAMENTO AMERICANO NA GUERRA AO TERROR.....	39
3.1	A DOCTRINA BUSH	40
3.2	O ATO PATRIOTA.....	48
3.3	A COMISSÃO DO 11 DE SETEMBRO	52
3.4	MAIS QUATRO ANOS: A NOVA POLÍTICA DE CONTRATERRORISMO	55
4	O GOVERNO OBAMA E A ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO.....	64
4.1	YES, WE CAN: UMA NOVA ABORDAGEM SECURITÁRIA	65
4.2	O ESTADO ISLÂMICO: UMA NOVA AMEAÇA?	71
4.3	OITO ANOS NO PODER: O LEGADO DE OBAMA E A OPINIÃO PÚBLICA.....	75
5	O GOVERNO TRUMP: ERA DE INCERTEZAS	80
5.1	DO DEMOCRATA AO REPUBLICANO: A TRANSIÇÃO.....	80
5.2	NOVAS AMEAÇAS, NOVOS DESAFIOS	86
5.3	AS POLÍTICAS DE CONTRATERRORISMO DE OBAMA E TRUMP: OPOSTAS OU COMPLEMENTARES?.....	92
6	CONCLUSÃO.....	97
	REFERÊNCIAS	104

APÊNDICE A - National Security Strategy - comparação de cada governo.....	117
APÊNDICE B - National Strategy for Countering Terrorism - comparação de cada governo.....	118

1 INTRODUÇÃO

Ainda que não seja mais considerado o principal problema de segurança pelos Estados Unidos (UNITED STATES OF AMERICA, 2018), o terrorismo foi, por alguns anos, fator de pânico coletivo e razão de incontáveis medidas de precaução nos mais diversos contextos e ambientes. Apesar de não ser um fenômeno moderno, tendo ocorrido ao longo da história nas mais diversas formas (MOCKAITIS; RICH, 2003), as práticas históricas do terrorismo têm em comum a inconformidade de um grupo com a conjuntura em um espaço-tempo e como objetivo a alteração de um status quo através da infligência do medo em um grupo, podendo este ser previamente escolhido ou aleatoriamente determinado. Especificamente no século XXI, com a modernização dos aparatos nucleares, da nanotecnologia, do bioterrorismo e da utilização de armas com poder de destruição em massa, o terrorismo tornou-se cada vez mais um assunto delicado, levando em consideração a corrida armamentista do Ocidente e do Oriente, vista na Guerra Fria, e o histórico conflito entre Estados Unidos e Oriente Médio - de modo especial, a atuação da al-Qaeda e, mais recentemente, do Estado Islâmico nos países de primeiro mundo.

Para Ikenberry (2002), dissuasão, soberania e o equilíbrio de poder trabalham juntos; quando a dissuasão se torna inviável, o conceito de realismo começa a se desfazer. A ameaça contemporânea não são as demais potências, apesar destas oferecerem capacidades nucleares, mas as redes terroristas transnacionais que não possuem um endereço fixo. Não há como dissuadi-las, seja porque seus membros estão dispostos a morrer pela causa, seja porque são capazes de escapar da retaliação. Mísseis e armas convencionais não são garantia de segurança contra estas ameaças, sendo o ataque a única alternativa viável. Assim, busca-se uma abordagem mais resiliente, sustentável e efetiva nos próximos anos, otimizando os investimentos securitários e baixando os custos de proteger os cidadãos.

Hobsbawm (2005) afirma que, desde o 11 de setembro, foi a política megalomaniaca dos Estados Unidos que praticamente destruiu sua influência hegemônica anterior, deixando o poder militar nacional como um dos únicos elementos restantes da era de domínio da Guerra Fria. Vivendo uma situação de isolamento internacional e impopularidade junto aos povos, a força militar destaca a vulnerabilidade econômica interna. O ocorrido permitiu aos líderes do país colocar em prática uma atuação unilateral na busca de recuperar a supremacia mundial, indicando, para o autor, uma crise crescente na sociedade estadunidense, presente desde a guerra

civil, refletida na divisão política, cultural, geográfica e econômica do país. A direita americana, representada por Bush, buscou mobilizar os “verdadeiros americanos” contra as forças externas que ameaçavam a estabilidade regional, “contra um mundo que não reconhece a singularidade, a superioridade e o destino manifesto dos Estados Unidos” (HOBSBAWM, 2005, p. 52).

Sendo o maior derramamento de sangue em solo estadunidense desde a Guerra Civil (JENKINS; GODGES, 2011), os ataques de 11 de setembro tiveram como resposta a invasão do Afeganistão, que veio a se tornar o conflito mais longo na história dos Estados Unidos, abrindo caminho para a campanha global contra o terrorismo, que incluiu também a invasão do Iraque. Ocorreu então uma reorganização do sistema de inteligência nacional e teve início um período de preocupação com a segurança doméstica que se estende até o presente, levando à criação de órgãos encarregados da defesa dos cidadãos e do país, como o *U.S Department of Homeland Security*¹.

Assim, busca-se compreender quais foram as medidas tomadas pelos líderes norte-americanos tanto no imediato pós-11 de setembro quanto nos mandatos seguintes (OATES; KAID; BERRY, 2010), visto que a instituição da Guerra ao Terror, por parte do então presidente George W. Bush, tornou-se uma missão com apoio e adesão de vários países aliados aos EUA, estendendo sua importância para todas as partes do globo. Neste ínterim, serão analisadas as medidas de contraterrorismo nos governos Bush, Obama e Trump, avaliando sua continuidade, suas alterações e sua eficácia na contenção de ameaças terroristas, bem como se buscará determinar se estas mudanças nas políticas públicas de defesa resultaram na reeleição de Bush e nas seguintes eleições de Barack Obama e Donald Trump. O particular processo eleitoral americano, devido a suas especificidades, não será analisado neste trabalho. Sabendo-se que a eleição dos líderes norte-americanos tem impacto global, faz-se necessário compreender de que forma estas escolhas sofreram a influência das reorientações da segurança internacional americana. Sendo assim, considerando a amplitude dos acontecimentos dados, os capítulos seguintes buscarão analisar quais atitudes presidenciais e governamentais são frutos do atentado ocorrido em 2001 e em que medida estas ações determinaram as escolhas eleitorais nas campanhas presidenciais dos anos seguintes. De outro modo, buscar-se-á compreender se a oscilação entre republicanos-democratas-republicanos na presidência sofreu - ou não -

¹ Departamento de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América.

interferência dos ataques terroristas de 2001, sendo talvez motivados por fatores que não serão aprofundados neste estudo, como por exemplo o terrorismo doméstico. A análise será feita através da coleta de dados provenientes de pesquisas de opinião pública, bem como por meio da síntese de discursos presidenciais, relatos institucionais, documentos governamentais e publicações de estudiosos da área.

É importante lembrar que, na política doméstica, o executivo é balizado pelo Congresso e pelos tribunais, onde instituições separadas compartilham o poder. Contudo, no que diz respeito à política externa, o executivo desfruta de uma grande autonomia, especialmente no que tange à questão securitária. Assim, em tempos conflituosos, o legislativo e o judiciário ficam receosos em limitar o executivo. Em épocas de guerra, os presidentes costumam exagerar o seu poder, mas a normalidade é retomada ao fim do conflito; entretanto, o fim da guerra ao terror ainda parece estar distante de ser uma realidade.

2 TERRORISMO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Apesar de ser considerado uma das principais demonstrações de violência da atualidade, o terrorismo não é um fenômeno moderno; ao longo de cada processo histórico existiram grupos dissidentes, que se organizaram de acordo com os recursos disponíveis e necessários em cada época (DINIZ, 2002). A globalização, que permite a livre movimentação de capitais, de indivíduos e de ideias, é um fator que facilitou o aumento de atividades terroristas transfronteiriças, visto que as ameaças se locomovem com a mesma liberdade, tornando-se difícil encontrar um equilíbrio entre acessibilidade, o direito de ir e vir e segurança. Neste sentido, devido às lacunas jurídicas, às jurisdições e regras de soberania de cada país, tornou-se mais complexo rastrear e capturar pessoas envolvidas em atividades criminosas (ARGOMANIZ ET AL, 2015). A vigilância em massa tornou-se uma estratégia necessária nas políticas de contraterrorismo; captação de dados em larga escala, tecnologias de identificação e rastreamento e análises comportamentais auxiliam na detecção de atividades suspeitas, mas também suscitam debates a respeito dos limites da privacidade pessoal. O medo do terrorismo torna-se justificativa também para o controle migratório, o que por sua vez prejudica o turismo e as relações internacionais.

Os anos 90 foram marcados por uma redução no número de ataques terroristas, mas uma ampliação no número de mortos. De tão bem-sucedidas, entre 1980 e 2003, aproximadamente metade das campanhas terroristas foram imediatamente seguidas de concessões feitas pelos governos alvos dos ataques (KYDD, 2006). De acordo com Pape (2005), as democracias são alvos mais frequentes do terrorismo, visto que há restrições a sua capacidade de retaliação, dada a valorização dos direitos humanos por parte de tais nações. Nelas, há um apelo popular maior para o fim do conflito em comparação à mobilização que haveria em regimes ditatoriais, o que pode levar à concessão, por parte do governo atingido, de demandas exigidas pelos terroristas.

2.1 COMPREENDENDO AS DEFINIÇÕES DE TERRORISMO

Para Asal (2011), o terrorismo é uma forma de violência contra não-combatentes através de atores não-estatais para influenciar uma certa audiência, maior do que o grupo de vítimas, ou

para alcançar uma dada ação política. Jack Gibbs (1989) acredita que as práticas terroristas devem ser usadas para alterar ou manter uma norma em um território ou população, possuindo características de sigilo e clandestinidade, ocultando identidades pessoais, ignorando as práticas de guerra convencional e causando o medo e a violência em indivíduos que não são alvos imediatos. Byman (2006) afirma que a morte de civis por meio do terrorismo serve para abrir os olhos da população em relação à incompetência do governo em garantir ordem e proteção e convencer os civis e as instituições a colaborarem com base no medo. Diniz (2002), cuja definição pode ser considerada a escolhida para embasar este trabalho, reforça que as táticas terroristas costumam violar as regras do conflito armado, fazendo reféns e contando com um componente psicológico: ser dirigido às pessoas que as observam. Seus alvos são indiscriminados, generalizando o pânico e gerando um efeito mais amplo do que a destruição efetivamente causada.

Para Haberfeld (2009), o terrorismo é a busca da minoria por aquilo que a maioria possui, sendo uma forma de atuação dos menos favorecidos perante as estruturas globais de poder. Análise semelhante é feita por Crenshaw (1998), sendo o resultado de fatores políticos estruturais e conjunturais que levam atores desprovidos de poder a empregar táticas terroristas com a finalidade de atingir um objetivo político ou ideológico. Tal abordagem é praticada por atores fracos demais para impor sua vontade pela força das armas, mas fortes o suficiente para persuadir grupos a cumprirem com suas demandas por meio de *displays* públicos onde se disseminam o medo e o alcance da determinação dos terroristas. Nas palavras de Tilly (2004), o terror é o desdobramento assimétrico de ameaças e da violência contra inimigos, através de meios que fogem das formas comuns de luta política, operando dentro de um dado regime. Além de atingir seus alvos diretos, expõe a vulnerabilidade do grupo, demonstrando que os autores do ataque estão ativos e que possuem capacidade de atacar novamente.

Rapoport (2013) afirma que o terrorismo internacional foi gerado pela tecnologia, pela disseminação do espírito da Revolução Francesa e pelo sistema de Estados soberanos, elencando quatro ondas do terrorismo moderno. A primeira onda, que o autor chama de anarquista, se deu ao final do século XIX, quando grupos inspirados por Bakunin conduziram ataques na Rússia lutando por reformas políticas e pela instauração do comunismo. A segunda onda, anticolonialista, ocorreu ao final da Segunda Guerra Mundial, quando territórios dependentes tornaram-se sede de movimentos nacionalistas, atacando o controle colonial e demonstrando a

insatisfação dos locais com a presença estrangeira. Já em 1960, com a revolta de grupos de esquerda em relação ao capitalismo e no contexto da Guerra do Vietnã, apresenta-se uma onda de terrorismo mais internacionalizada, chamada de “nova esquerda”. Por fim, a quarta onda, considerada religiosa, tem como símbolo o atentado às Torres Gêmeas, em setembro de 2001, sendo o auge do extremismo e do fundamentalismo islâmico. Nota-se, nos últimos anos, uma inclinação à descentralização do terrorismo, devido à globalização de sua logística e funcionamento; uma radicalização autônoma e um crescente número de ataques de cidadãos em seus próprios países, sendo esta mais uma consequência da globalização, que permite a disseminação virtual de ideias extremistas.

Saint-Pierre (2015) sugere três diferentes tipos de vítimas afetadas pelo terrorismo: a vítima tática, que é, efetivamente, quem sofre na própria pele a violência do atentado, perdendo a vida ou sendo diretamente afetado, que no caso do 11 de setembro seriam as três mil vítimas fatais e os demais milhares de feridos; a vítima estratégica, que são os sobreviventes do atentado que sentem-se incluídos no grupo de risco, vulneráveis e sujeitos a um novo ataque - para Saint-Pierre, estas são as vítimas visadas pelo terrorista: “as que não morrem e permanecem vivas e aterrorizadas, na qual culmina o objetivo estratégico dessa forma particular de violência” (2015, p. 18). Estas seriam, assim, a população norte-americana. Por fim, embora o terrorismo possa, por vezes, não ter objetivos políticos, há também a vítima política, que é o Estado, cuja imagem fica prejudicada devido a sua incapacidade, perante o ocorrido, de assegurar a vida, o bem-estar e a segurança dos cidadãos, perdendo sua legitimidade.

As organizações terroristas usam certas metodologias que podem ser facilmente interpretadas por unidades de inteligência: a aquisição de recursos financeiros, *expertise*, materiais e munições indica que uma organização está desenvolvendo e ampliando, de forma significativa, suas capacidades operacionais. Isto também inclui a captação de membros, ensaio de missões ou até mesmo a própria iniciação de um ataque. Estas atitudes podem ser observadas, associadas a padrões de atividade relativos a tendências e levar ao desenvolvimento de hipóteses por parte dos times analíticos a fim de detectar e criar uma gama de evidências que confirma ou anula as hipóteses desenvolvidas sobre a existência de atividades terroristas (SULLIVAN; WIRTZ, 2008).

Durante as últimas décadas, o ativismo étnico e religioso tem sido a estratégia não-governamental mais frequente através da qual o terror é usado (TILLY, 2004). Cerca de 95% dos

ataques terroristas suicidas contemporâneos se dão em resposta às ocupações militares estrangeiras (BUTS; DU BOIS, 2016). Devido a sua “simplicidade operativa, baixo custo, efeito devastador, potencial comunicativo e facilidade de internacionalização” (SAINT-PIERRE, 2015, p.12), é uma alternativa de alto impacto através do qual grupos fanáticos, oprimidos ou regiões invadidas manifestam seu sentimento de ódio. Há alguns fatores que se mantêm constantes nos objetivos terroristas: o principal motivo de revolta é o desejo de modificar um dado regime político ou desviar o apoio dado ao governo para outro grupo que defenda os interesses dos insurgentes. O controle social através da opressão de grupos é um fator relevante para os objetivos terroristas, podendo envolver, também, a questão da mudança territorial, onde retira-se uma porção de um Estado para juntar-se a outro ou estabelecer um novo.

Dentre as principais estratégias utilizadas por grupos terroristas para demonstrar o quão longe estão dispostos a ir, Kydd (2006) destaca cinco abordagens comuns: a primeira, chamada de atrito, busca persuadir o inimigo de que o grupo é forte o suficiente para impor “custos” caso o governo-alvo dê continuidade a uma determinada política que o grupo busca erradicar. A segunda estratégia seria a intimidação, mostrando à população que há força o suficiente para punir àqueles que desobedecerem às ordens, destacando que o governo é frágil demais para impedir sua atuação; a terceira estratégia, a provocação, consiste em fazer com que o alvo responda ao ataque com uma violência desmedida, chocando a população que passa, então, a apoiar os terroristas. A quarta estratégia, chamada pelo autor de *spoiling*, busca reduzir as oportunidades de se alcançar um acordo de paz quando o relacionamento entre as partes está melhorando e a ameaça terrorista perde sua força, levando em consideração que a população é menos provável de apoiar a violência a partir do momento em que a paz seja viável. Por fim, a quinta estratégia, o *outbidding*, é aquela onde o grupo utiliza-se da violência para convencer o público de que os terroristas estão mais determinados a combater os inimigos da nação do que o grupo ao qual se opõem - de forma geral governos nacionais -, sendo, assim, dignos de apoio.

Indivíduos tornam-se terroristas através da radicalização de suas crenças. A possibilidade de uma vida militante e clandestina, o reconhecimento e a fama inalcançáveis numa vida ordinária, o apoio de amigos e principalmente a expectativa da redenção após uma vida de privações são alguns dos motivos pelos quais esta radicalização ocorre (HELMUS, 2011). Especificamente tratando-se de jihadistas, Bjelopera (2013) alega que as redes sociais, as prisões e indivíduos intermediários foram fundamentais no processo de radicalização; estes últimos, de

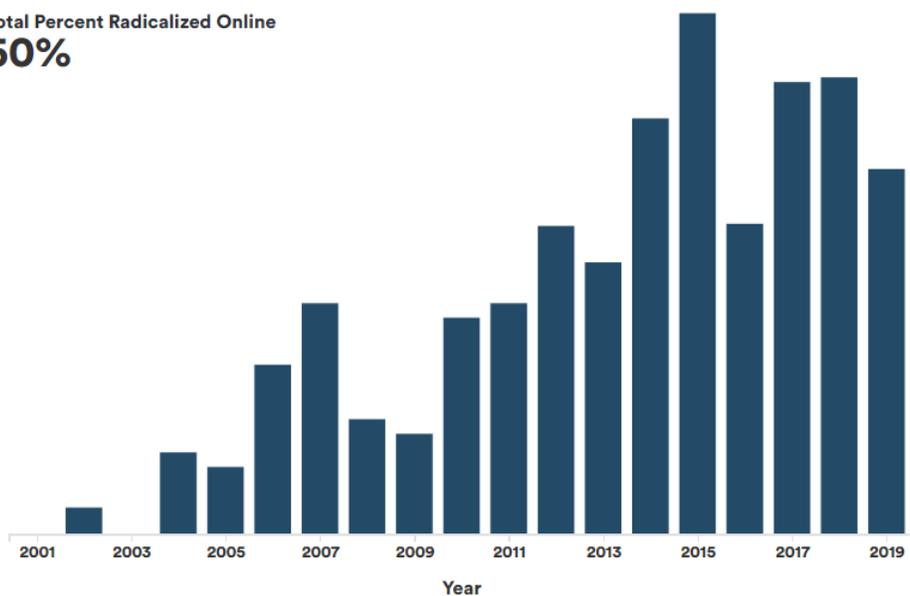
forma carismática, convencem indivíduos que anteriormente respeitavam a lei a voltarem-se para a radicalização de suas crenças. Já as redes sociais contribuem no sentido em que apoiam e reforçam as decisões individuais, dada a vasta disponibilidade de material jihadista na internet, assim como servem de meio para recrutamento, treinamento e comunicação com células terroristas. Por fim, as prisões, por motivos mais lógicos, são, com frequência, o berço do desenvolvimento do sentimento de ódio. É importante destacar que, diferente da crença popular de que são as camadas mais pobres e desesperadas da população que se tornam parte destes grupos fundamentalistas, os recrutas da al-Qaeda eram, em média, “mais cultos e de condição social mais alta do que outros membros da comunidade à qual pertenciam (...) com educação universitária e forte inclinação pelas ciências naturais e pela engenharia” (HOBSBAWM, 2007, p. 132).

Figura 1 - Percentual de extremistas radicalizados online desde o 11/09

Online Radicalization

Percentage of extremists who maintained a social media profile with jihadist material or utilized encryption for plotting since 9/11. Hover over a bar for more detail on the number of individuals who were charged or died in each year.

Total Percent Radicalized Online
50%



Fonte: New America (2019)

Levando em consideração sua dependência de armas, equipamentos, alimentos e pagamentos, mesmo quando é possível sustentar-se por conta própria, exércitos terroristas prosperam em regiões onde é possível controlar recursos que geram renda, como o tráfico de drogas, madeira, diamantes e outros minerais, e, de forma mais simbólica, o petróleo. Adotam, então, o terror, com a finalidade de manter o controle destes recursos cruciais ao invés de concentrar-se na tomada de poder do Estado (TILLY, 2004), utilizando os mesmos recursos para fazer chantagens em troca de seus objetivos políticos e econômicos.

Os avanços tecnológicos permitiram uma ampliação das trocas e transações - estas últimas facilitam a atuação terrorista, permitindo comandar, controlar, organizar ataques e viagens, obter informações, adquirir recursos financeiros e localizar armas. Sendo atores clandestinos, podem atuar em pequenos grupos ou agir individualmente, necessitando de uma capacidade de detecção aguçada em seu combate. Em resumo, terroristas são alvos complexos no sentido de serem altamente adaptativos, utilizando todos os meios possíveis para alcançar seus propósitos, tirando vantagem da tecnologia e das comunicações encriptadas para promover seus objetivos e propagar suas ideologias. Atuam majoritariamente em governos enfraquecidos, com uma população suscetível a suas narrativas, adaptando-se também perante países com governos mais fortes. (UNITED STATES OF AMERICA, 2018b).

Nem mesmo o primeiro atentado ao World Trade Center, em 1993, ou o atentado na cidade de Oklahoma em 1995, com 168 mortos, foi o suficiente para gerar alterações na política norte-americana de defesa. Foi com o 11 de setembro que houve uma reorientação simbólica, visto que, a partir desta data, 82% dos demais ataques terroristas em solo americano foram realizados por cidadãos estadunidenses ou residentes permanentes (BERGEN, 2017). Assim, pode-se dizer que o engajamento norte-americano no combate ao terrorismo é recente: apesar das ocorrências anteriores, um evento de repercussão catastrófica foi praticamente o único fator necessário para promover uma reforma institucional no aparato de inteligência (MEROLA, 2018).

2.2 AL-QAEDA: A ORGANIZAÇÃO ÀS VÉSPERAS DO 11 DE SETEMBRO

A al-Qaeda, uma organização fundamentalista islâmica, fundada ao final da década de 1980 pelo saudita Osama bin Laden, é uma rede internacional com células independentes que

atua em defesa da libertação dos povos e territórios muçulmanos do domínio externo, sem, necessariamente, o apoio da população - e sem base territorial também. Inicialmente, seu objetivo era expulsar as tropas russas do Afeganistão, até então com apoio estadunidense (DINIZ, 2002). Todavia, na circunstância da Guerra do Golfo, quando os Estados Unidos se instalaram militarmente na região a fim de libertar o Kuwait das forças iraquianas e depor o presidente Saddam Hussein, bin Laden iniciou uma campanha anti-americana, dada sua presença em território sagrado. Desde então, os Estados Unidos tornaram-se o inimigo ocidental a ser combatido.

Em 1996, bin Laden emitiu a *Declaration of Jihad Against the Americans Occupying the Land of the Two Holy Mosques*,² em 1998, emitiu a Fatwa³, onde explicitava sua crença de que seria imperativo, em nome da fé, repelir o agressor que corrompe a religião e a vida. A Jihad seria a luta contra os infiéis em busca da purificação e universalização da ideologia e da religião do Islã. Para ele, era inadmissível que a defesa dos lugares sagrados para o Islamismo fosse feita por uma coalizão com liderança norte-americana, visto que os Estados Unidos declararam guerra ao mundo muçulmano. Assim, além de defender a fé, o objetivo era não apenas retirar as forças norte-americanas da região, mas também derrubar os regimes políticos então vigentes no mundo muçulmano e estabelecer um califado global - governo com base na aplicação da Shari'ah, a legislação islâmica (DINIZ, 2002), bem como fazer com que o ocidente desistisse de intervir no mundo muçulmano. Esta intervenção é efeito também da globalização econômica e do

² Declaração da Jihad Contra os Americanos Ocupantes da Terra das Duas Mesquitas Sagradas

³ Pronunciamento legal islâmico, emitido por um especialista na lei religiosa, muitas vezes mal-interpretado como uma declaração de guerra ou um juramento de morte. Neste pronunciamento de Bin Laden, pode-se ler o seguinte trecho ameaçando os estadunidenses: "The ruling to kill the Americans and their allies—civilians and military—is an individual duty for every Muslim who can do it in any country in which it is possible to do it, in order to liberate the al-Aqsa Mosque and the holy mosque [Mecca] from their grip, and in order for their armies to move out of all the lands of Islam, defeated and unable to threaten any Muslim. This is in accordance with the words of Almighty Allah, "and fight the pagans all together as they fight you all together," and "fight them until there is no more tumult or oppression, and there prevail justice and faith in Allah.(...) We—with Allah's help—call on every Muslim who believes in Allah and wishes to be rewarded to comply with Allah's order to kill the Americans and plunder their money wherever and whenever they find it. We also call on Muslim ulema, leaders, youths, and soldiers to launch the raid on Satan's U.S. troops and the devil's supporters allying with them, and to displace those who are behind them so that they may learn a lesson." (BIN LADEN, 1998).

sentimento de ameaça que a cultura ocidental gera às religiões e culturas locais, sendo considerada a maior agressão cometida contra os muçulmanos desde a morte de Maomé, no ano 632 (SCHEUER, 2006).

A Shari'ah, de acordo com os salafistas⁴ mais extremistas, deveria ser aplicada para garantir que o povo muçulmano seguisse os passos do Profeta Maomé. Ao não adotá-la, cometia-se idolatria: para bin Laden, aceitar leis criadas pelo homem, permitindo aquilo que Deus proibiu, e dividir com Ele o direito à soberania e à legislação, é o auge da arrogância humana e da irreligião (DORAN, 2002). Assim, a civilização ocidental moderna seria a fonte do mal, disseminando a idolatria ao redor do globo através do secularismo. Sendo os Estados Unidos a nação mais forte, fonte da cultura pop e maior potência envolvida na maioria das questões políticas e econômicas do mundo islâmico, tornou-se o alvo secundário de críticas e condenação islâmica, ficando atrás apenas dos regimes apóstatas do Oriente Médio, como é o caso, na opinião de bin Laden, da Arábia Saudita⁵. Sendo o berço de bin Laden, era por ele considerada uma nação traidora, pois ao mesmo tempo em que apoiava o extremismo islâmico a fim de buscar sua legitimação na região, os sauditas considerariam-se, mais tarde, aliados americanos na Guerra ao Terror.

Os membros da al-Qaeda se dispunham a tornar-se mártires porque, de acordo com Maomé, eles estão eternamente presos num conflito de vida ou morte com as forças que corrompem a fé por todos os lados. Consideram-se um centro de fé cercados pela perversão, acreditando que o futuro da religião e do mundo depende deles e de suas batalhas contra a adoração de ídolos. “Lutar na defesa da religião e da crença é um dever coletivo; não há outro dever além da crença de combater o inimigo que corrompe a vida e a religião” (DORAN, 2002, p.31). Depois de aceitar a palavra de Deus, a questão mais importante é lutar por ela.

Após ser expulso da Arábia Saudita e do Sudão, onde estabeleceu campos de treinamento terrorista, bin Laden foi acolhido pelo Talibã, outro movimento fundamentalista islâmico sediado

⁴ Adeptos do salafismo, movimento ultraconservador do islamismo sunita.

⁵ “I say to our Muslim brothers across the world: your brothers in Saudi Arabia and Palestine are calling for your help and asking you to share with them in the jihad against the enemies of God, your enemies the Israelis and Americans. They are asking you to defy them in whatever way you possibly can, so as to expel them in defeat and humiliation from the holy places of Islam.” (BIN LADEN, 1996)

no Afeganistão e de grande influência na região, mas cujo governo não foi reconhecido globalmente. O grupo surgiu na época da retirada dos soviéticos do Afeganistão, durante a guerra civil afegã, como uma alternativa ao grupo étnico majoritário no país, baseando-se também na Shari'ah e, assim como a al-Qaeda, buscava implementar o califado, opondo-se aos processos políticos divergentes, restaurando a paz, desarmando a população e defendendo o islamismo. Tinha como líder Mullah Omar, que foi influenciado pela decisão de bin Laden de declarar guerra aos Estados Unidos, em 1996, passando então a receber financiamento do líder da al-Qaeda para atuar regionalmente no combate aos inimigos locais. Isto levou a uma relação de proteção à al-Qaeda no momento em que o Talibã foi pressionado, por parte saudita e americana, a extraditar bin Laden, interligando os propósitos das duas organizações extremistas pelos anos que viriam.

A organização oferecia assistência aos grupos locais em troca de abrigo. Um dos benefícios fornecidos era a coordenação militar, que viabilizou o estabelecimento de prioridades estratégicas, campanhas operacionais e táticas contra os Estados Unidos e seus aliados. Os membros da al-Qaeda envolviam-se em ataques suicidas, improvisações, emboscadas e “assaltos”, coordenando campos de treinamento para os combatentes, recrutando e preparando homens-bomba⁶, manipulando a mídia e a inteligência e propagando a doutrina religiosa. Além disso, oferecia auxílio financeiro para grupos militantes, coordenando os mesmos na divulgação do grupo através de CDs, DVDs, websites, etc (JONES, 2011).

Se bin Laden é definido como um produto da contradição entre o apoio dos xeiques sauditas aos interesses estratégicos norte-americanos⁷ e o sentimento antiamericano que a população árabe cultivou ao longo dos anos (HOFFMAN, 2002a), a al-Qaeda é um reflexo da fragmentação, da marginalização e da simultânea globalização dos movimentos de insurgência islâmica das últimas décadas do século XX. Em parte, isto se deve à redução da quantidade de

⁶ Estes surgiram em decorrência da Revolução Iraniana de 1979, através do xiismo, que idealiza o martírio. Utilizados pela primeira vez em 1983, pelo Hezbollah, teve uma eficácia tão significativa que continuou sendo utilizado nos conflitos seguintes, assim como a retomada dos assassinatos políticos (HOBSBAWM, 2005)

⁷ Durante a Guerra do Golfo, em 1990, a Arábia Saudita permitiu a instalação de bases militares norte-americanas a fim de retirar o Iraque do Kuwait, levando a um sentimento de ódio por parte da al Qaeda, que alegava que esta permissão violava o comando de Maomé sobre a terra santa abrigar apenas uma religião (RAPOPORT, 2013)

Estados dispostos a apoiarem a atuação terrorista, como foi o caso da Líbia, Iraque e Síria (MOCKAITIS; RICH, 2003). A diferença é que, nos dias de hoje, é muito mais fácil recrutar seguidores a nível global e promover ataques na esfera internacional, criando uma identidade e um sentimento de pertencimento; embora nem todos os membros recrutados pela organização sejam soldados islâmicos e suas atitudes não sejam necessariamente aprovadas pelo islamismo, inspiram-se em suas raízes para doutrinar indivíduos a combater a cultura materialista do Ocidente, visto que é impossível coexistir com ela.

Bin Laden convocava seus conterrâneos a adiar a revolução islâmica, visto que uma guerra interna serviria aos propósitos dos Estados Unidos, fragilizando o Islã. O foco foi direcionado do inimigo doméstico para o poder estrangeiro, e a fusão da al-Qaeda e da Jihad Islâmica Egípcia simboliza esta nova abordagem. Os ataques terroristas de 11 de setembro foram uma resposta à falha dos movimentos extremistas no mundo muçulmano. Michael Scheuer (2006) alega que bin Laden buscou promover uma insurgência islâmica de abrangência global, com inspiração na religião e executada de forma profissional. A decisão de voltar sua atenção aos Estados Unidos permitiu a ampliação do salafismo, envolvendo todos aqueles que foram vítimas da pobreza, da opressão e da falta de poder no mundo muçulmano, o que dificulta a compreensão da dimensão e relevância destes movimentos religiosos por parte dos ocidentais (SCHEUER, 2006).

De acordo com pesquisas de opinião pública relatadas por Helmus (2011), a visão dos Estados Unidos pelos cidadãos do Oriente Médio estava longe de ser positiva: havia uma crença bastante aceita de que os EUA pretendiam enfraquecer e dividir o Islã, desrespeitando a religião e cultura muçulmanas. Embora a grande maioria não apoiasse ataques terroristas, suas opiniões generalizadas demonstravam que esta parcela da população seria mais aberta e receptiva às mensagens fundamentalistas de organizações terroristas, criando um ambiente onde o ódio é aceitável e reforçado no cotidiano (HELMUS, 2011).

Uma das principais ressalvas dos islâmicos contra as forças e políticas ocidentais tem a ver com o liberalismo americano e seu suporte ao autoritarismo no mundo muçulmano, a fim de garantir a estabilidade de acordo com seus interesses materiais, como o fluxo de petróleo, o apoio a políticas israelenses e a falha em implementar processos democráticos, com medo de que estes levem grupos islâmicos ao poder (FULLER, 2002). No objetivo de “desmascarar” os americanos, mostrando que são uma ameaça ao mundo islâmico, foi necessário induzi-los a uma “reação

violenta, emocional e unilateral que pudesse ser caracterizada como uma cruzada contra o mundo islâmico” (DINIZ, 2002. p.23), fazendo com que este se unisse para combater os Estados Unidos. O 11 de setembro foi, assim, a ação escolhida para mostrar a disposição dos fundamentalistas em combater a presença norte-americana no Oriente Médio, levando à retaliação norte-americana que veremos a seguir.

2.3 O ATENTADO ÀS TORRES GÊMEAS E A INVASÃO DO AFGANISTÃO

Na manhã de 11 de setembro de 2001, aproximadamente às nove horas, quatro aeronaves foram sequestradas por dezenove extremistas islâmicos, levando à colisão de duas das aeronaves com os prédios do World Trade Center, em Nova York, e uma no Pentágono, em Washington. A quarta aeronave nunca atingiu seu alvo inicial - a Casa Branca ou o Capitólio - tendo caído na Pensilvânia, no seu trajeto a Washington, devido a uma intervenção dos passageiros do voo, que tentaram tomar o poder dos sequestradores. Cerca de três mil pessoas foram vitimadas e mais de seis mil ficaram feridas (BRITANNICA, 2016). O acontecimento quebrou a redoma de segurança e invulnerabilidade da qual os cidadãos norte-americanos acreditavam fazer parte. Todavia, é importante destacar que, embora seja considerado o principal ataque terrorista da atualidade, o 11 de setembro representa apenas quatro dos 346 incidentes terroristas que ocorreram naquele ano (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2002).

Entre os fatores que devem ser analisados tratando-se de organizações terroristas, é necessário levar em consideração a logística dos grupos, como e onde se reúnem, treinam e se escondem; como se dá o financiamento deste grupo, rastreando as origens de sua capitalização; a organização dos mesmos, localizando o centro de comando e considerando alternativas para sua desarticulação; o apoio político que este grupo recebe, sendo este um dos mais relevantes, visto que, a partir do momento que a população concorda com suas medidas e coopera com sua atuação, fica mais complexa a captação de informações por parte de órgãos de inteligência, dada a ausência de colaboração popular. De acordo com a *U.S Commission on National Security in the 21st Century*⁸, elaborada em 1998 (BERGEN, 2002), os responsáveis pelo monitoramento de Osama bin Laden previram que haveria um ataque terrorista de dimensões catastróficas nas

⁸ Comissão de Segurança Nacional dos Estados Unidos no Século 21.

próximas duas décadas, embora não tenha sido explicitado como, quando e onde ele ocorreria (BETTS, 2002).

Para Herman (2003), o atentado às Torres Gêmeas não foi uma ameaça apenas aos Estados Unidos, mas sim ao capitalismo ocidental como um todo. Contudo, a ofensa foi levada pessoalmente pelos EUA, que caracterizaram tal agressão mais grave do que o ataque a Pearl Harbor⁹, demandando uma reação imediata e de igual magnitude. Assim, Dobbins (2011) caracteriza a resposta ao atentado como primordialmente unilateral, considerando que, no século anterior, todos os engajamentos militares norte-americanos contaram com aliados - embora este também tenha contado; todavia, o protagonismo foi, logicamente, norte-americano. A decisão de combater o terror para além dos imediatamente responsáveis pelo acontecido determinou a política externa estadunidense para o resto da década, resultando na invasão do Afeganistão e do Iraque contra o conselho dos aliados, minimizando também o envolvimento da Organização das Nações Unidas no pós-guerra, ocupando a maior parte do território iraquiano junto do Reino Unido (DOBBINS, 2011).

O combate ao terrorismo consiste na neutralização e no desbaratamento do grupo. Enquanto este último não ocorre, frustra-se a ocorrência de novas manifestações ao impedi-las por meio de sua antecipação, o que é consequência de investimentos em inteligência, e através da absorção de danos do atentado, coletando informações e gerando condições políticas que permitam, futuramente, o desmantelamento destas organizações (DINIZ, 2006). Um fator crítico na detecção de ameaças, tanto internas quanto externas, consta na falta de cooperação entre as agências de inteligência americanas, como o FBI (Federal Bureau of Investigation - Departamento Federal de Investigação) e a CIA (Central Intelligence Agency - Agência Central de Inteligência), devido à alta burocracia e à compartimentalização da informação. Se por um lado esta especialização permite abranger tópicos com profundidade, fazendo com que cada órgão se aperfeiçoe no domínio de um assunto, torna-se extremamente difícil extrair informações completas.

Esta fraqueza relativa no aparato americano levou também à subestimação de uma ameaça crescente e à posterior incapacidade de eliminar Osama bin Laden e Ayman al-Zawahiri, líderes da al-Qaeda, bem como resultou na sua decisão de invadir o Iraque. É necessário ter em

⁹ Ataque efetuado pelo Japão à base naval estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial, em 1941

mente que o aparato securitário norte-americano foi construído considerando ameaças partindo de Estados, não de atores não-estatais (CRAGIN, 2011). Para Kydd (2006), “a falha na inteligência americana protegeu líderes da al-Qaeda da morte e levou à destruição de milhares de muçulmanos - exatamente a resposta que a al-Qaeda procurava” (KYDD, 2006, p. 72). Se fazia necessária uma reforma no sistema de inteligência a fim de quebrar as barreiras institucionais e formar uma comunidade interligada para ampliar as capacidades de detecção, visto que o papel do contraterrorismo é fornecer avisos preemptivos de ações terroristas, viabilizando uma defesa competente (HERMAN, 2005). Assim, uma alteração efetiva seria a reorganização e a centralização do sistema de inteligência americano, o que levou à criação de órgãos como a divisão de Análise de Informações e Proteção de Infraestrutura no Department of Homeland Security¹⁰ (DHS), tendo este último sido criado a partir do *Homeland Security Act*¹¹, em 2002, e do Centro de Integração de Ameaças Terroristas e do Centro Nacional de Contraterrorismo (MEROLA, 2018). É importante, também, destacar a criação do *Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act*¹², de 2004.

A verdade é que mesmo os mais completos sistemas de inteligência, como é o caso do norte-americano, estão sujeitos a falhas. Considerando que os terroristas são uma ameaça viva, móvel e inconstante, tanto eles quanto as organizações de defesa estão sujeitos ao fracasso, tornando o contraterrorismo um jogo competitivo, onde é necessário minimizar as oportunidades para os autores de ataques. Uma alternativa bastante óbvia para melhorar os serviços de inteligência é investir neles; mais e melhores espões também seriam úteis, embora seja praticamente impossível penetrar organizações pequenas e disciplinadas como a al-Qaeda, e mais difícil ainda encontrar profissionais confiáveis com chance de infiltrar-se nestas organizações, visto que há inúmeros critérios a serem atingidos - como falar o idioma e os dialetos locais, operar como ativos em regiões distantes, possuir conhecimento técnico e tático, etc. (BETTS, 2002).

Antes dos atentados, a mídia estadunidense dava pouca cobertura às questões internacionais. A partir de então, o jornalismo experimentou um aumento dos níveis de audiência nas reportagens que despertavam o medo devido às ameaças terroristas, o que concretizava os

¹⁰ Departamento de Segurança Nacional

¹¹ Ato de Segurança Nacional

¹² Ato de Prevenção ao Terrorismo e Reformas de Inteligência (tradução nossa)

objetivos das organizações ao causar o pânico na população. Os meios de comunicação podem ser responsabilizados por boa parte do aumento do sentimento nacionalista, visto que, nas cinco semanas seguintes ao atentado, a questão terrorista dominou os veículos midiáticos, sobrando pouco espaço para demais notícias e análises críticas de conjuntura. A ausência de um raciocínio mais analítico e imparcial e a cobertura sensacionalista dos ataques, aumentando a dramaticidade antes de fornecer aos espectadores formas de resolver o conflito, propiciou a busca por respostas simplistas e imediatas, generalizando e até certo ponto banalizando o termo “terrorista”.

Os terroristas percebem que o assassinato de cidadãos tem valor na medida em que é disseminado nas redes de televisão nacionais, provocando manchetes (HOBSBAWM, 2006). É fácil compreender o quão afetada é a opinião pública pelos meios de comunicação, e o quão delicado deve ser o controle dos mesmos por parte do governo que sofre um ataque, visto que uma repressão na divulgação pode levar a uma hostilidade da população perante o governo, gerando apoio aos terroristas. (CRENSHAW, 1999).

Embora a conselheira de segurança nacional Condoleezza Rice tenha solicitado às principais emissoras de televisão um maior cuidado nas transmissões de mensagens terroristas, visto que poderiam conter mensagens disfarçadas que serviriam ao recrutamento de outros terroristas, a propagação midiática desencadeou na população uma reação confusa, emotiva e pouco racional, permitindo e motivando a administração Bush a retaliar de forma autônoma, impulsiva e pouco lógica, enfatizando-os valores característicos dos norte-americanos, como força e poder, e invadindo o Iraque como uma resposta à altura dos atentados (OATES; KAID; BERRY, 2010).

Entre os árabes e muçulmanos, houve três tipos de reação aos ataques em solo americano: uma minoria condenou os ataques incondicionalmente; outra minoria atribuiu sua ocorrência a extremistas israelenses e americanos; e a grande maioria respondeu com um comportamento ponderado, concordando que os ataques foram condenáveis, mas esclarecendo que foram os próprios Estados Unidos que semearam estes eventos na medida em que instituíram, na região do Oriente Médio, o imperialismo através de suas políticas (FULLER, 2002).

Estando bin Laden a operar em uma região onde os líderes locais recusavam-se a entregá-lo à justiça internacional, no Afeganistão, fazia-se necessário convencer estes governantes a mudar de ideia, razão pela qual os Estados Unidos optaram por promover bombardeios aéreos, visto que uma invasão territorial geraria problemas logísticos (HOWARD, 2002). Os aliados

norte-americanos encontravam-se em um dilema; nas palavras de Howard (2002, p.11), “ao fazer uso da justiça, forneceriam a bin Laden uma propaganda global. Se fosse assassinado, tornaria-se um mártir. Se escapasse, seria um Robin Hood; não havia forma de fazer bin Laden perder”.¹³

Para ser bem-sucedido, o combate ao terrorismo deveria ganhar “mentes e corações”. Foi esta, também, a abordagem de bin Laden ao atacar os Estados Unidos, na expectativa de que o povo muçulmano reagisse aos regimes apoiados pelos EUA, buscando destituí-los e unificando a região árabe sob a *umma*, a comunidade mundial de muçulmanos¹⁴ (BERGEN, 2002). Para Howard (2002), a linha de frente da aliança ocidental não deveria se posicionar no Afeganistão, mas nos estados islâmicos onde governos em modernização são ameaçados pela retomada do tradicionalismo e do conservadorismo, como na Turquia, no Egito e no Paquistão. Já para Pollack (2002), “O Iraque representa uma ameaça emergente, mas bin Laden e seus cúmplices constituem uma ameaça imediata¹⁵” (POLLACK, 2002, p.46).

Em 7 de outubro, na transmissão de seu pronunciamento, bin Laden disse que americanos e britânicos haviam dividido o mundo em duas regiões: uma de fé, onde não havia hipocrisia, e outra de infidelidade, da qual “esperamos que Deus nos proteja” (DORAN, 2002, p. 23). Para bin Laden, os líderes árabes e islâmicos da sociedade atual são hipócritas, iconoclastas que se curvam perante a América, o símbolo da farsa da era presente. Seu ódio se direciona aos Estados Unidos e todos aqueles que com eles se aliam, forçando tais governos a escolher entre os inimigos que

¹³ “If they “bring him to justice” and put him on trial they will provide bin laden with a platform for global propaganda. if, instead, he is assassinated - perhaps “shot while trying to escape” - he will become a martyr, if he escapes he will become a robin hood. Bin Laden cannot lose” (HOWARD, 2002).

¹⁴ “The United States and their allies are killing us in Palestine, Chechnya, Kashmir, Palestine and Iraq. That’s why Muslims have the right to carry out revenge attacks on the U.S.(...). The American people should remember that they pay taxes to their government and that they voted for their president. Their government makes weapons and provides them to Israel, which they use to kill Palestinian Muslims. Given that the American Congress is a committee that represents the people, the fact that it agrees with the actions of the American government proves that America in its entirety is responsible for the atrocities that it is committing against Muslims. I demand the American people to take note of their government’s policy against Muslims. They described their government’s policy against Vietnam as wrong. They should now take the same stand that they did previously. The onus is on Americans to prevent Muslims from being killed at the hands of their government.” (LAWRENCE, 2005. p.140)

¹⁵ “Iraq represents an emerging threat, but bin Laden and his accomplices constitute an immediate one” (POLLACK, 2002. p.46)

louvam ídolos ou os verdadeiros fiéis. Esta polarização do mundo entre a região dos aliados americanos e a região de influência do islamismo seria útil para expandir a revolução dentro do mundo muçulmano, de forma especial na Arábia Saudita. De acordo com Doran (2002), seu objetivo não seria derrotar a América, nem mesmo entrar em guerra com ela; o conflito seria um instrumento através do qual o Islamismo extremista sobreviveria e se proliferaria entre os fiéis. “Os americanos foram arrastados para a guerra civil de outros” (DORAN, 2002. p. 23).

O espaço que o Talibã disponibilizava à al-Qaeda no Afeganistão viabilizava a manutenção de campos de recrutamento e treinamento. A única forma de acabar com o apoio do Talibã ao grupo insurgente seria tomando seu controle político do Afeganistão, pressionando o Paquistão para que este não protegesse mais o Talibã. Ao isolar este último, seria gerada uma posição de vulnerabilidade, privando a al-Qaeda de receber novos equipamentos, munição, recursos e recrutas. Todavia, considerando que a estrutura da al-Qaeda não é vertical, a eliminação de apenas um líder não afetaria a atuação do restante do grupo, visto que o mesmo atua em diversas células, ramificadas e com certa autonomia, cujo sufocamento financeiro também não teria impacto unitariamente. Para Diniz (2002), isolar a al-Qaeda supunha derrubar o Talibã, limitando o recrutamento e sua área de treinamento, acabando com a logística do grupo.

A defesa de intervenção armada em territórios estrangeiros baseia-se em três premissas: as situações tornadas intoleráveis no mundo contemporâneo, como o massacre e o genocídio, que imploram por uma ingerência; a ausência de formas alternativas para lidar com estas situações; e a noção de que os custos são baixos, comparados aos ganhos com a intervenção (HOBSBAWM, 2007). Assim, teve início a operação *Enduring Freedom*, em 7 de outubro de 2001, no mesmo dia do pronunciamento de bin Laden, unindo forças norte-americanas, de aliados da OTAN e a oposição afegã para derrotar o Talibã e a al-Qaeda no Afeganistão. Utilizando uma estratégia inovadora - uma guerra cujas bases terrestres e aeronaves estavam distantes da zona de combate, sendo uma campanha majoritariamente aérea por parte dos aliados com engajamento terrestre por parte das Forças Especiais americanas e soldados afegãos - buscou-se até mesmo estabelecer um relacionamento mais próximo com o presidente russo, Vladimir Putin, a fim de proporcionar às forças americanas um maior espaço de ação militar. Cerca de 60 mil soldados americanos foram enviados, somando-se a 15 mil aliados ocidentais, largando 18 mil bombas. As forças do Talibã eram estimadas entre 50 e 60 mil combatentes (O’HANLON, 2002).

Dentre as fases da operação, a primeira durou um mês, suficiente para que o Talibã perdesse seus ativos logísticos como radares, aeronaves e sistemas de comando e controle, sendo também o momento em que a maioria dos campos de treinamentos e sedes da al-Qaeda foram destruídos. A segunda fase, em novembro, conseguiu com que o Talibã perdesse o controle do país; a terceira consistiu no bombardeio intensivo de prováveis refúgios da al-Qaeda, em Tora Bora, em dezembro de 2001, sendo o último mês de bombardeios constantes, e a última fase iniciou-se com a troca de primeiro ministro e se estendeu até o fim da operação, que foi sucedida por outras, como por exemplo a Operação Anaconda. A estimativa é de que entre 8 e 12 mil combatentes do Talibã tenham sido mortos, que, somando-se aos feridos, deixou o Talibã com aproximadamente a metade de suas forças de combate. Cerca de 7 mil insurgentes foram aprisionados e aproximadamente mil civis afegãos morreram, um número relativamente baixo considerando a intensidade dos bombardeios e ataques (O'HANLON, 2002).

Apesar de ser considerada bem-sucedida, visto que foi eficaz em dispersar os combatentes do Talibã e da al-Qaeda e abalar sua infraestrutura, fazendo com que os integrantes se reagrupassem em outro país, como o Paquistão, a operação teve alguns problemas relevantes, como a polêmica do aprisionamento de membros da al-Qaeda e do Talibã em Guantánamo. Estes não foram classificados como prisioneiros de guerra, não desfrutando, assim, de direitos fundamentais a esta categoria, sendo detidos sem julgamento ou *habeas corpus*, sendo submetidos a torturas e interrogações questionáveis (HELMUS, 2011). Além disso, a operação falhou em seu objetivo principal, que era capturar ou matar Osama bin Laden e demais líderes terroristas, como Ayman al-Zawahiri e Abu Zubaydah. (O'HANLON, 2002). A sobrevivência dos mesmos ofuscava o propósito do conflito instaurado. Para O'Hanlon, não deveria ter-se deixado as forças regionais responsabilizarem-se pelo reforço das fronteiras nas regiões onde os líderes terroristas operavam, sendo mais lógico colocar então forças norte-americanas nestas áreas a fim de evitar sua fuga para outros países. Os aliados não mostravam tanto comprometimento com a missão, tendo poucas tropas adequadamente equipadas para impedir que os líderes e seus combatentes os superassem. Se fazia necessário reforçar o número de soldados estadunidenses nas fronteiras, mas isso requeria ainda mais recursos humanos e materiais. Por outro lado, mesmo que os líderes das facções tenham escapado, era visivelmente claro seu enfraquecimento, devido à perda de território, recursos materiais e proteção. Todavia,

líderes carismáticos costumam manter as organizações fortes e atuantes, com ou sem sua presença, pois continuam inspirando seguidores e planejando ataques (O'HANLON, 2002).

Assim, a partir do momento em que a vitória norte-americana foi garantida, os Estados Unidos abandonaram o modelo consultivo de intervenção nos demais Estados, visto que, ao invés de manter os termos afegãos de paz, utilizando instituições locais para garantir a segurança da região e treinar soldados afegãos para torná-los aptos e independentes na reconstrução do país, os EUA, juntamente da OTAN, impuseram suas formas ocidentais de organização estatal (MUÑOZ, 2011). Um dos principais problemas dessa imposição é a grande probabilidade de descontentamento e retaliação por parte dos locais, dado o histórico de resistência afegã. Além disso, tal atitude imperativa leva à percepção da corrupção, alimentada pelo auxílio externo. Os afegãos desejavam esta assistência internacional, não só financeira mas tecnológica, mas que fosse oferecida de uma forma menos intrusiva, de acordo com os valores afegãos.

É importante lembrar, conforme Jenkins (2017), que a campanha americana contra a al-Qaeda começou bem antes do 11 de setembro. Os primeiros contatos mais profundos dos Estados Unidos com o Islamismo se deram ao fim dos anos 1970, no contexto da Revolução Iraniana e da invasão soviética ao Afeganistão. Em 1996, o Congresso aprovou uma legislação que impunha sanções econômicas às organizações terroristas - extremistas considerados obstáculos ao processo de pacificação do Oriente Médio. Isto, junto da elaboração do *Antiterrorism and Effective Death Penalty Act*¹⁶, mudou a estratégia norte-americana de um combate às táticas terroristas para a punição de grupos terroristas. Após o bombardeio de embaixadas dos EUA na África, em 1998, os Estados Unidos atacaram diretamente a al-Qaeda. Sendo este o primeiro ataque a um grupo terrorista ao invés de atacar um Estado patrocinador do terrorismo, detecta-se aqui um importante precedente. Assim, marcar bin Laden como alvo foi mais um passo em direção a estruturar o combate ao terrorismo antes mesmo da declaração de George W. Bush dias após o atentado, em 2001.

2.4 A GUERRA DO IRAQUE

¹⁶ Assinado por Bill Clinton em 1996, foi uma proposta de deter o terrorismo, implementar a pena de morte e fornecer justiça às vítimas (U.S. CONGRESS, 1996)

Após restringir a ameaça imediata representada pela relevância do Talibã e seu apoio à al-Qaeda, a administração Bush deveria voltar sua atenção para Bagdá, solucionando a delicada relação entre Estados Unidos e Oriente Médio que, de acordo com Pollack (2002), seria invadindo o Iraque, eliminando o regime vigente e abrindo caminho para um sucessor preparado para comprometer-se internacionalmente e viver em paz com seus vizinhos regionais. Apesar de inicialmente manter a neutralidade, visto que o país era próximo, em termos de relacionamento, da União Soviética, a relação conturbada dos Estados Unidos com o Iraque se iniciou após o choque do petróleo de 1979: o então novo presidente do Iraque, Saddam Hussein, atacou o Irã, visando os campos de petróleo, provocando o líder iraniano Aiatolá Khomeini. O Irã fechou a embaixada dos Estados Unidos no país e apoiou os ataques aos militares americanos no Líbano, liderados pelo Hezbollah, levando à morte de 278 americanos. Ressentidos, os Estados Unidos apoiaram o Iraque, embora não tivessem se aliado a ele, decidindo que Saddam não seria derrotado pelo regime iraniano. Assim, em 1982, a administração Reagan removeu o Iraque da lista de nações que patrocinavam o terrorismo (CLARKE, 2004).

Com o passar dos anos, tendo se tornado um Estado-pária aos olhos norte-americanos devido às alegações de “abusos de poder efetuados por Saddam” (CLARKE, 2004), uma guerra preemptiva encontrava justificativa, embora França, China e Rússia, no Conselho de Segurança, tenham vetado a decisão. Dentre as motivações dadas por Bush para invadir o Iraque, podemos destacar quatro consideradas mais relevantes: o terrorismo em si, o temor do desenvolvimento e posse de armas de destruição em massa, o sofrimento do povo iraquiano e o suposto apoio à al-Qaeda. Todavia, algumas outras razões também aparecem no discurso do governo: consertar os erros da primeira administração Bush, quando o pai era presidente, que permitiram a consolidação de poder de Saddam Hussein, em 1991; melhorar a posição estratégica de Israel, eliminando uma força militar hostil; implementar uma democracia árabe que seria o modelo para os demais estados árabes, como o Egito e a Arábia Saudita, expandindo assim a suposta “missão norte-americana” de democratização global; permitir a retirada das forças americanas da Arábia Saudita, após 12 anos, de onde combatiam as forças norte-americanas, servindo como fonte de um sentimento de antiamericanismo; e criar outra fonte de petróleo para o mercado estadunidense, a fim de reduzir a dependência da Arábia Saudita, que corria o risco de ter seu regime deposto a qualquer momento (CLARKE, 2004). Ou seja, quase tudo se resumia à

manutenção dos interesses norte-americanos na região, assim como a consolidação de sua posição de poder perante Estados mais fracos, que teoricamente necessitavam de sua intervenção.

Para Pollack (2002), “quanto mais tempo esperarmos pela invasão, mais difícil será reunir apoio doméstico e internacional, embora a razão da invasão tenha pouca ou nenhuma relação com o vínculo do Iraque com o terrorismo”¹⁷ (p. 47, tradução nossa). Assim, ao longo de 2002 e 2003, a administração Bush focou na invasão do Iraque, deixando a reconstrução do Afeganistão em segundo plano, mesmo contra os apelos da comunidade internacional. Todavia, assim como ocorreu no Afeganistão, não foi proposta uma ação específica para lidar com o Iraque uma vez que o regime de Saddam Hussein fosse derrotado. Para Dobbins (2011), o Afeganistão foi a intervenção americana com menor uso de recursos em 50 anos, demonstrando uma confiança exagerada na eficácia de uma estratégia de combate de alta tecnologia para lidar com adversários com poucos recursos tecnológicos, demonstrando também uma aversão ao conceito de construção de nação para o Afeganistão. Embora a ideia inicial fosse minimizar os recursos econômicos e militares na estabilização do território e reconstrução da sociedade, o oposto ocorreu: em face à falha dos esforços iniciais de estabilização dos dois países da região, os Estados Unidos se viram obrigados a aumentar os números em questão de homens e dinheiro. Estas atitudes representam as políticas de unilateralismo, preempção e um baixo engajamento na construção da nação, tendo sido abandonadas após a perda de território. Segundo Dobbins (2011),

Ao fim do primeiro mandato de Bush, ficou claro que o unilateralismo atingiu seus limites extremos e não levaria os Estados Unidos onde eles gostariam. Invadir, derrubar, ocupar e transformar, numa abordagem contraterrorista, era muito caro, tanto em sangue quanto em dinheiro, para ser igualmente aplicado ao Irã, Coreia do Norte e outros possíveis refúgios do terrorismo e da proliferação nuclear. (DOBBINS, 2011. p. 17, tradução nossa).¹⁸

¹⁷ “The longer the wait for the invasion, the harder it will be to muster domestic and international support for it, even though the reason for invading would have little or nothing to do with Iraq’s connection to terrorism” (POLLACK, 2002, p. 47)

¹⁸ “By the end of Bush’s first term, it was clear that unilateralism had reached its outer limits and was not going to take the United States where it wished to go. It was equally clear that the “invade, overthrown, occupy and transform” approach to counterterrorism and counterproliferation was too expensive, in blood and treasure, to be

A década de 90 foi marcada pela prevenção de que Saddam Hussein reconstruísse o poder militar iraquiano, especificamente evitando o desenvolvimento de armas de destruição em massa, negando a ele a oportunidade de ameaçar os demais países da região. Na operação *Desert Storm*, durante a Guerra do Golfo, em 1991, os EUA atacaram o Iraque em uma poderosa campanha aérea, seguido de um ataque terrestre. Em março de 1991 as forças armadas iraquianas tinham sido quase dizimadas, mas foram capazes de combater as maiores insurreições na história do Iraque e manter Saddam no poder. Assim, foi configurada, pelos Estados Unidos com o auxílio da Organização das Nações Unidas, uma combinação de restrições econômicas, militares e diplomáticas para impedir que Saddam desestabilizasse uma das regiões mais estratégicas do planeta, ao mesmo tempo em que era fornecido auxílio humanitário para atender as necessidades da população local. Esta política foi considerada uma abordagem sensata para um caso com poucas alternativas palpáveis (POLLACK, 2002).

A situação do governo iraquiano tornava-se delicada, e uma alternativa seria utilizar a oposição iraquiana com o auxílio da força aérea norte-americana para oportunizar a mudança no regime. Líderes da oposição iraquiana escreveram ao presidente Bush enfatizando que para erradicar o terrorismo e seus patrocinadores, seria obrigatória a remoção de Saddam do poder, contando com o apoio militar e financeiro dos norte-americanos (POLLACK, 2002). Depois de anos tentando derrotar o regime político iraquiano, processo que se estendeu pela década de 1990, com o apoio da divulgação de uma imagem negativa construída ao redor do Iraque, decidiu-se invadi-lo, efetivamente, no embalo dos acontecimentos do início da década de 2000.

O regime iraquiano era estruturalmente muito superior ao Talibã: enquanto este contava com aproximadamente 45.000 combatentes, o Iraque possuía 400.000 militares, sendo muito melhor armado do que o Talibã, mais disciplinado e coeso. Assim, o controle de Saddam sobre o Iraque era muito mais forte do que o controle do Afeganistão pelo Talibã. Hussein, durante sua permanência no poder, combateu golpes de Estado, insurreições e revoltas, fazendo com que os iraquianos desenvolvessem um receio de agir contra seu regime, tamanho medo das consequências (POLLACK, 2002). Assim, seu combate exigia uma campanha aérea americana muito mais agressiva do que aquela praticada no Afeganistão. Liderar uma campanha contra o

applied to Iran, North Korea, or other possible havens of terrorism and nuclear proliferation". (DOBBINS, 2011, p. 17)

Iraque no estilo afegão seria extremamente difícil sem o apoio de parceiros regionais. Aliados americanos na região haviam alegado que não apoiariam este tipo de campanha se ela não tivesse um fim determinado e caso contasse com baixas chances de sucesso. Lidar com o Iraque com a mesma metodologia utilizada no Afeganistão seria arriscado e desaconselhado, visto que os Estados Unidos teriam de responsabilizar-se pela reconstrução política e militar do país. Devido aos custos humanos, diplomáticos e financeiros, a invasão deveria ser sempre o último recurso, mas neste caso, foi “a saída necessária” (POLLACK, 2002).

As maiores complicações para os Estados Unidos viriam não da invasão em si, mas de suas consequências: uma vez que conquistado o país e tendo derrotado Saddam, os EUA se tornariam responsáveis por um país de 22 milhões de pessoas abaladas por duas décadas de guerra, regimes ditatoriais e privações. Seria necessário decidir o futuro político do Iraque de forma compartilhada e coletiva, buscando apoio diplomático, cuidando para não tornar o país um caos. Segundo Pollack (2002), derrubar Saddam não era um componente necessário na Guerra ao Terror, e o suposto apoio iraquiano ao terrorismo não justificaria uma invasão. A razão principal para a invasão era o risco que um Saddam nuclearmente armado ofereceria para sua região e para o Sistema Internacional, mesmo que não houvesse indicativos de que ele as possuiria no curto prazo. Assim, o esforço americano de contenção poderia atrasar esta aquisição.

Após ameaças de ataques ao Iraque por parte de George W. Bush perante a Assembleia Geral das Nações Unidas e mesmo com as súplicas do Conselho de Segurança ao dar ao Iraque uma última oportunidade de cumprir com as solicitações referentes ao desarmamento, em março de 2003, os Estados Unidos invadiram o Iraque, contando com o apoio da Inglaterra, visto que França e Rússia desencorajaram o ultimato dado pelos EUA. Depois de Bush ceder 48h a Saddam e seus filhos para retirarem-se do Iraque, iniciou-se um bombardeio aéreo - que não foi muito bem-sucedido - e em seguida terrestre (BBC, 2016).

As forças militares iraquianas eram relativamente desorganizadas, embora a população se mostrasse resistente às abordagens estadunidenses. Em abril, as forças norte-americanas tomaram a capital, Bagdá. Em maio, Bush declara o fim das principais operações de combate, ainda que a resistência popular só aumentasse. Em dezembro do mesmo ano, Saddam foi capturado, tendo sido encontrado em um minúsculo esconderijo. O conflito, todavia, continuou, contando com centenas de ataques de homens-bomba, assim como conflitos sectários. Em 2005, ocorreram as primeiras eleições após anos de Saddam no poder. Em dezembro de 2006, Saddam Hussein foi

enforcado, sob a acusação de ter assassinado 148 xiitas durante os anos 1980. Em abril de 2009, as forças britânicas se retiraram da região (BBC, 2016).

A atuação norte-americana na região permaneceu após a morte de Saddam: no ano seguinte, militares convocaram as forças iraquianas para combater a al-Qaeda no Iraque. Sendo apoiados pelos Estados Unidos, os sunitas tornaram-se alvos dos insurgentes locais (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2011). Com a eleição de Obama e as perspectivas de retirada das tropas estadunidenses da região, os Estados Unidos e o Iraque fecharam acordos referentes às futuras relações civis e militares entre os dois países. O objetivo era retirar as brigadas de combate até agosto de 2010, mas manter uma força capaz de treinar soldados iraquianos. Em junho de 2009, vários soldados já retornavam para os EUA. Em agosto de 2010 concretiza-se o fim das operações de combate, com a manutenção da promessa de Obama de auxiliar o povo iraquiano no que fosse necessário. Todavia, o fim do conflito, efetivamente, foi considerado em outubro de 2011, mês em que foi anunciado que as tropas remanescentes retornariam aos Estados Unidos. Desde 2003, mais de um milhão de norte-americanos serviram no Iraque; estimou-se um investimento de 800 milhões de dólares no conflito, que levou à morte aproximadamente 4500 estadunidenses e mais de 100 mil iraquianos (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2011).

O que os Estados Unidos realmente queriam era dividir e comandar os árabes a fim de garantir o acesso ao petróleo do Golfo Pérsico. Era necessário que árabes e muçulmanos criassem ordens políticas convenientes a suas populações, caso contrário o conflito civil continuaria ocorrendo e gerando intervenções norte-americanas. Embora Washington pudesse assumir um papel de mediação, fomentando políticas inclusivas, tornava-se imprescindível que os dois povos aprendessem a coexistir pacificamente. Caso a al-Qaeda fosse aniquilada sem gerar revoltas antiamericanas no mundo islâmico, seria viável adotar um conjunto de políticas para fazer com que os muçulmanos se identificassem com os Estados Unidos, a fim de definir, com independência, suas posições e opiniões em relação ao ocidente, sem a influência e a ordem de um líder fundamentalista como bin Laden (DORAN, 2002). Isto poderia ser viabilizado através de uma reorientação do papel da mídia, que poderia ser utilizada como um meio de unificar o país e reestabelecer a identidade nacional, desde que fosse desvinculada de governos. Os Estados Unidos poderiam oferecer assistência em sua regulamentação e auxílio técnico, sem esperar retornos, deixando de manipular informação ou promover contrapropaganda, mantendo seus princípios democráticos (HOFFMANN, David, 2002).

A Guerra do Iraque mostrou ser um experimento de laboratório para a estratégia de guerrilhas, viabilizando também o desenvolvimento de táticas não-costumeiras de conflito, como explosivos improvisados e bombas suicidas (HOFFMANN, David, 2002). Uma figura importante no conflito foi Abu Musab al-Zarqawi, um jihadista da Jordânia, preso por muitos anos, que combateu no Afeganistão e deslocou-se para o Iraque antes do início do conflito na região. Possuía diferentes opiniões sobre a guerra sectária em relação a bin Laden, apesar de mais tarde terem se unido para combater no Iraque após a invasão norte-americana; antes da invasão, a al-Qaeda não estava presente no Iraque. Fazendo uso da violência indiscriminada, despertou o descontentamento de cidadãos muçulmanos. Foi morto em 2006, após um ataque aéreo americano, e a partir de então a al-Qaeda foi perdendo o suporte na região (WEISS; HASSAN, 2015).

Como consequência política e econômica dos atentados do 11 de setembro e do engajamento dos Estados Unidos no Oriente Médio, o crescimento da economia americana teve de ser relegado a segundo plano. Para muitos, a invasão do Iraque foi considerada um desperdício de recursos, *expertise* e poder militar, visto que o núcleo central da al-Qaeda era o Afeganistão (WEHREY, 2011). Apesar de as guerras do Afeganistão e do Iraque se basearem na ideia de destituir regimes insustentáveis, alegando a intervenção por razões humanitárias, é importante refletir se as mesmas ocorreriam caso os atentados de 11 de setembro não tivessem acontecido. O Afeganistão encontrava-se em uma situação de aceitação por parte de outros Estados, embora o caso do Iraque fosse quase universalmente condenado. Mesmo tendo conseguido derrubar os regimes do Talibã e de Saddam Hussein, o objetivo primário dos conflitos não foi alcançado, isto é, o estabelecimento de regimes democráticos em consonância com os valores ocidentais, servindo como farol para os demais países da região. Na realidade, além de serem conflitos longos, sangrentos e destrutivos, as guerras duraram mais do que o esperado e não trouxeram o desfecho desejado (HOBSBAWM, 2005).

Por fim, nada que os Estados Unidos fizessem seria mais útil para os objetivos da al-Qaeda do que a decisão tomada: a invasão de um país abundante em petróleo foi o gatilho necessário para levar a uma nova geração de insurgentes, convencendo muitos muçulmanos, até então discordantes da metodologia utilizada por estes grupos, que os EUA estavam em guerra com o Islã, sendo uma nova cruzada para ocupar o território muçulmano. Para Richard Clarke (2004), esta foi uma medida desnecessária, sendo que deveriam ser levados em consideração três

pontos chaves na agenda de Bush: primeiramente, deveria ter sido elaborado um esforço amplo para eliminar as vulnerabilidades do país ao terrorismo, fortalecendo a segurança nacional com forte engajamento governamental. Em segundo lugar, seria imprescindível um esforço global para contrapor a ideologia da al-Qaeda e dos demais movimentos terroristas, promovendo o real sentido do Islã, angariando suporte para valores compartilhados entre americanos e islâmicos, construindo uma alternativa à abordagem fundamentalista. Por fim, seria necessário que países-chave do sistema internacional encurralassem os terroristas, destruindo seus santuários, secando suas fontes financeiras e fortalecendo governos abertos e democráticos, destruindo as raízes dos movimentos terroristas. Em nenhum lugar desta lista constariam as atitudes que realmente foram tomadas após o 11 de setembro, mais especificamente a invasão do Iraque (CLARKE, 2004).

3 O GOVERNO BUSH E O ENGAJAMENTO AMERICANO NA GUERRA AO TERROR

Ataques terroristas podem estremecer as bases de nossos maiores prédios, mas não conseguem tocar as bases da América. (BUSH, 2001)

Considerando que os ataques do 11 de setembro ocorreram apenas nove meses depois de George W. Bush tomar posse e sendo não apenas o ataque terrorista com maior número de fatalidades, mas também o principal acontecimento que levou ao maior número de mortes no território americano (JENKINS, 2017), era de se esperar que a resposta norte-americana fosse igualmente simbólica. Inicialmente, a Guerra ao Terror não teve uma estratégia clara e articulada, sendo mais uma resposta desesperada para prevenir outro ataque de tal magnitude. Considerando que o histórico de atentados terroristas recentes começou fazendo dezenas de vítimas em 1970, passando para centenas nos anos 1980, a morte destes milhares em setembro de 2001 era um indicativo de que o número de fatalidades tendia ao crescimento nas próximas oportunidades de ataque, temendo-se, então, o uso de armas de destruição em massa. Assim, o contraterrorismo tornou-se a principal prioridade no governo Bush.

Antes de tomar posse da presidência, em 2001, George Bush fez pouco caso da ameaça terrorista, ignorando os avisos da administração Clinton sobre os possíveis planos da al-Qaeda (MALLEY; FINER, 2018). O presidente anterior assinou, na *U.S Policy on Counterterrorism*¹⁹, a política de não-concessões²⁰, que contava com ações para reduzir as capacidades terroristas e a vulnerabilidade nacional e internacional, priorizando a prevenção de aquisição de armas de destruição em massa por parte dos terroristas. Contudo, em setembro de 2001, Bush declarou que utilizaria todos os recursos disponíveis, fossem eles militares, diplomáticos, financeiros ou legais, para derrotar a ameaça terrorista não só dentro dos Estados Unidos, mas em escala global. “Nossa Guerra ao Terror começa com a al-Qaeda, mas não termina com ela. Ela não terminará até que

¹⁹ Política Norte-Americana de Contraterrorismo, sendo uma das Presidential Decision Directives, ou Diretivas das Decisões Presidenciais – mecanismos usados no governo Clinton para promulgar suas decisões referentes a questões de segurança nacional.

²⁰ “No concessions policy”, que Ronald Reagan violou ao entregar armas ao Irã em troca da liberação de reféns norte-americanos.

todos os grupos terroristas de alcance global tenham sido encontrados, parados e derrotados” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2002). Incentivando as demais “nações comprometidas com a democracia e a liberdade” (BUSH, 2002), em um típico discurso norte-americano, convocou seus aliados para o engajamento no combate ao terror, destacando um dos princípios da constituição da OTAN, que considera um ataque a seus Estados-membros como um ataque a toda a organização. Bush lançou, também, o que foi chamado de *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism*,²¹ que ficaria conhecido como USA PATRIOT ACT, que além de definir penalidades para indivíduos acusados de terrorismo e ampliar sua definição, gerou alterações nas atividades de vigilância do governo e nas instituições de segurança nacional. Na doutrina Bush, terror, terrorismo e terroristas tornam-se conceitos inseparáveis, entidades coesas, atores eficazes e inimigos a serem erradicados; nenhum país poderia ficar à margem da questão.

3.1 A DOCTRINA BUSH

Para Martha Crenshaw (1999), há quatro formas de um governo responder ao terrorismo. A primeira seria através da dissuasão, quando governos utilizam sua capacidade de coerção para tornar o terrorismo custoso àqueles que o praticam, seja através de ataques militares, erradicação de líderes, punições coletivas, etc. Se por um lado podem violar os direitos humanos, por outro lado podem ser reações demasiado tardias a grupos cujos esforços já estão em um nível bem desenvolvido. A segunda seria pelo uso da justiça criminal, utilizando-se da extradição, julgamento e encarceramento dos criminosos. Um revés seria a dificuldade de adquirir inteligência sobre estas organizações terroristas, além do fato de que esta abordagem só acontece após a ocorrência dos ataques, ou seja, a perda humana e os danos já não podem mais ser contidos. A terceira forma consta nas melhorias no aparato de defesa, tornando-se alvos mais difíceis de serem atacados, antecipando as insurgências, o que pode levar o grupo terrorista a mudar de ideia sobre sua abordagem e seus alvos. Por fim, uma última abordagem seria através de negociações, fazendo concessões ao grupo em troca da renúncia da violência. Embora seja

²¹ Unindo e Fortalecendo a América através do Fornecimento das Ferramentas Apropriadas para Interceptar e Obstruir o Terrorismo, sigla que em inglês forma a palavra PATRIOT, demonstrando o sentimento que o ocorrido gerou – ou pelo menos deveria causar – na população estadunidense.

uma das últimas alternativas no ponto de vista governamental, muitas vezes é a melhor alternativa para solucionar disputas duradouras.

Considerando esta abordagem governamental, é interessante analisar de quais formas um grupo terrorista escolheria, de forma autônoma, cessar sua atuação. Isto seria possível em caso de sucesso, quando o grupo alcança seus objetivos primários, como a derrubada de um governo; o sucesso preliminar, como o reconhecimento público de sua causa, visto que a manutenção de sua atuação após este reconhecimento seria passível de alienação por parte do público e de seus apoiadores, para os quais a violência é uma abordagem inaceitável; através de um colapso na sua organização, caso o recrutamento enfraqueça ou o financiamento seja reduzido. Todavia, uma forma de manter estes fluxos ativos é justamente dar continuidade às suas ações, adquirindo divulgação e publicidade. A perda de suporte de apoiadores ou da população, ou até mesmo do governo que representam, é enormemente simbólica. Por fim, em caso de mudanças políticas, novas alternativas de combate e militância podem surgir (CRENSHAW, 1999).

Declarar guerra aos terroristas e ao terrorismo é ceder a eles o status e a dignidade buscados, legitimando-os (HOWARD, 2002). A partir do ocorrido, Bush convocou os demais países do mundo a unirem-se, liderando uma comunidade mais extensa do que aquela vista na bipolaridade da Guerra Fria. “Ou vocês estão conosco, ou estão com os terroristas”²² (HIRSH, 2002, p.19). Contudo, é importante destacar que aquele por muitos visto como terrorista, também é considerado por outros um guerreiro que luta pela liberdade. Assim, para efetivamente destruir o terrorismo, seria necessário convencer a opinião pública, sendo esta doméstica e também, principalmente, a internacional, a apoiar as autoridades e qualificar os autores dos atentados como criminosos, e não como heróis. Porém, a partir do momento em que autoridades legitimam o uso desmedido da força contra os insurgentes, os terroristas alcançam seu objetivo, seja escapando do conflito para um embate posterior, seja pela derrota e conseqüente celebração de seus esforços como mártires (HOWARD, 2002).

É importante lembrar que após uma intervenção militar, o país invadido necessita ser reconstruído, contando com esforços de manutenção de paz e construção da nação. Estas estratégias de longo prazo requerem o apoio de organismos multilaterais, como as Nações Unidas e o Banco Mundial, bem como a participação das grandes potências no propósito de fornecer

²² “Either you are with us, or you are with the terrorists.” (HIRSH, 2002)

auxílio e demais formas de assistência. Em alguns casos, tropas de manutenção de paz devem permanecer na região por muitos anos, mesmo após a instalação de um novo regime (IKENBERRY, 2002).

A atuação na Guerra contra o Terror tentou fazer prevalecer a lei onde esta era cabível e o uso de meios militares onde aquela era incapaz de ser aplicada. A diplomacia americana foi posta em prática na medida em que os demais países do sistema internacional foram convocados a embarcar nessa empreitada contra o terrorismo, onde o discurso da disseminação da democracia e da reestruturação da sociedade árabe-muçulmana era empregado. Contudo, assim como a Guerra ao Terror, a impopularidade da administração Bush também alcançou níveis globais (WEHREY, 2011).

O governo de George W. Bush era considerado linha-dura em relação a sua política externa, o que o tornava, aos olhos da Al-Qaeda, um alvo fácil de provocações. Após a invasão do Iraque, uma pesquisa revelou (KYDD, 2006) que a confiança internacional nos Estados Unidos da América caiu significativamente, enquanto o recrutamento e os esforços de arrecadação financeira da al-Qaeda foram impulsionados. Momentaneamente, ocorreu uma simpatia particular com a organização terrorista e um ressentimento com os EUA. Por outro lado, a doutrina deu novo fôlego ao relacionamento com grandes potências como a China, Rússia e Índia, que também enfrentavam insurgências terroristas, melhorando suas relações com Washington. Bush usou sua doutrina também para isolar o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte, parte daquilo que chamou de “eixo do mal”, declarando o direito estadunidense utilizar ataques preemptivos em qualquer região (HIRSH, 2002).

O então presidente à época dos atentados acreditava que Estados fracos, onde há pobreza, corrupção e repressão, são incapazes de impor a ordem, devido à fraqueza de suas instituições, ficando suscetíveis à atuação de grupos que podem atuar de maneira terrorista sem a devida punição (BUSH, 2002). Ameaçando também países neutros, Bush demandava o engajamento coletivo na Guerra ao Terror, contando até mesmo com o apoio de Yasser Arafat, então líder da Organização para a Libertação da Palestina, e Fidel Castro, presidente cubano, que se ofereceu para enviar auxílio médico às vítimas do ataque. Isto simboliza não necessariamente uma empatia para com o ocorrido, mas sim o impacto do medo que George W. Bush causava, considerando as possibilidades de ação e retaliação do presidente do país mais poderoso do mundo (SAINT-PIERRE, 2015).

A cooperação internacional sofreu um abalo quando os Estados Unidos decidiram atacar o Iraque, sem contar com o choque causado pela revelação de que prisioneiros estavam sofrendo abusos e tortura, como privação de sono, permanência de pé forçada, barulhos ensurdecedores e luzes claras demais, frio ou calor extremos, confinamento em caixas, colisão de seus corpos com paredes, tapas, exploração de suas fobias e afogamentos, etc. (THIMM, 2018). Isto abriu precedente para uma “devastação, desordem política e social, miséria e ódio pelo invasor” (2015, p.11). Porém, o senador John McCain, tendo sido vítima de tortura, lembrou o país dos valores norte-americanos, levando à rejeição da prática por parte do governo (JENKINS, 2011). Cerca de 100 prisioneiros morreram sob custódia norte-americana devido às cruéis condições de detenção, aos maus tratos e à tortura (THIMM, 2018). Ou seja, apesar de haver um estatuto regulamentando o tratamento de detentos, havia brechas nas quais os agentes penitenciários agiam contra a lei.

Conforme Hirst (2002), as alterações na agenda americana, seja em qualquer âmbito de atuação, causam efeitos de longo alcance nos demais países do Sistema Internacional, abrangendo a economia, o comércio, questões de segurança regional, migrações e até mesmo afeta a manutenção de democracias frágeis e a proteção dos direitos humanos. Assim, era de se esperar que o atentado do 11 de Setembro causasse impacto e gerasse uma reação consistente em grande parte do globo: o luto pela perda humana foi compartilhado por incontáveis países, muitos dos quais engajaram-se em esforços coordenados no combate ao terrorismo (HIRST, 2002). Desde então, não apenas cidadãos estadunidenses, mas inúmeros governos passaram a combater o terror nos mais diversos níveis de atuação, como pode ser percebido cotidianamente através da apreensão de pacotes suspeitos, emissão de alertas de segurança, buscas em aeroportos, interações e revistas aleatórias, o que perpetua a sensação de uma ameaça e gera um medo, muitas vezes, infundado. Tais pequenas “invasões” fragilizam, de acordo com Hirst, o conceito e a qualidade da democracia, de forma especial a americana. A economia do turismo foi impactada diretamente, não só nos Estados Unidos, mas ao redor do globo, tornando-se necessário realocar recursos incentivando não só a retomada da economia, mas também, de forma principal, ampliando o orçamento de defesa.

Após tal data, as relações dos Estados Unidos com os demais países acabaram, em certa medida, se deteriorando, como pode ser visto nos laços com o México, com quem o diálogo, até então, progredia; a partir de 2001, aumentou-se o reforço das fronteiras, o que mais tarde

culminaria em uma das principais ações do atual presidente Donald Trump para fortalecer e securitizar os Estados Unidos da América, gerando um ressentimento não só mexicano, mas também global.

No setor doméstico, Bush ordenou que suspeitos fossem interrogados e deu início a um processo de vigilância que ultrapassou as leis estabelecidas até então. Tais esforços foram considerados ineficazes, ilegais e contrários aos valores americanos (JENKINS, 2017). Todavia, a prática de assassinatos direcionados (*targeted killings*) foi uma tática central no combate ao terrorismo, mantendo-se nos governos seguintes, de modo especial através do uso de drones, que, controlados remotamente pelas bases da inteligência americana, reduziam o risco de mortes de militares estadunidenses a zero, viabilizando ataques em regiões que não contavam com a presença americana.

Além de manifestar que os Estados Unidos chegariam até as últimas consequências na finalidade de proteger seus cidadãos, as palavras de Bush buscaram, também, inspirar nos americanos a confiança no amparo estatal, incentivando o nacionalismo e o sentimento de união e poder norte-americanos, devolvendo a esperança a uma população aterrorizada. De acordo com Saint-Pierre, com este vigor “logrou o objetivo político: recuperar a tensão social e moral do povo” (2015, p.23). A ameaça terrorista era oriunda do estrangeiro, fazendo-se necessário destruir a capacidade de terroristas de outras nacionalidades atacarem o solo americano. Por outro lado, seu discurso belicoso levou à internacionalização da insegurança, ao ignorar as deliberações da Organização das Nações Unidas, desrespeitar a soberania nacional no que diz respeito à não-intervenção nos assuntos internos e estimular intervenções armadas. Bush foi responsável por relativizar o conceito de “terrorista”, que passou a ser utilizado como forma de denominar qualquer posição contrária aos interesses norte-americanos. Como consequência de sua propaganda, muitos dos governos coagidos a participar da Guerra ao Terror acabaram por destruir redes jihadistas e cooperar com a inteligência americana, hostilizando e reduzindo cada vez mais a área de atuação e operação terrorista (JENKINS, 2017).

Como já visto, a empreitada para derrotar a al-Qaeda, caçando seus líderes, foi bem-sucedida no que diz respeito à redução de suas capacidades operacionais, desestabilizando seu comando e controle, bem como sua rede de comunicações, sua liberdade de movimento e seu financiamento, mas não erradicou sua persistência de atuação. Enfraquecida, a organização foi

incapaz de realizar ataques significativos desde 2005, após os ataques em Londres que vitimaram 56 pessoas, enquanto mais de 700 ficaram feridas (JONES, 2011).

A *National Security Strategy*²³, Estratégia de Segurança Nacional, é publicada e apresentada ao Congresso dos EUA periodicamente, expressando as propostas da administração pública para problemas securitários. O documento de 2002 autorizou o uso da força contra as nações, organizações e pessoas que planejaram, autorizaram, cometeram ou auxiliaram os atentados de setembro (UNITED STATES OF AMERICA, 2002). Este não era mais visto como último recurso, mas sim o primeiro: quanto antes usado, melhor. As qualidades necessárias para empregar uma campanha antiterrorista responsável - sigilo, inteligência, sagacidade política, crueldade e paciência - eram automaticamente relegadas a segundo plano em uma circunstância que demandava resultados imediatos, acima de tudo com a pressão da mídia. Todavia, seu objetivo não era apenas punir os encarregados dos ataques, mas perturbar, incapacitar e destruir a al-Qaeda, sendo “uma luta até o final” (JENKINS, 2017).

A missão norte-americana costuma ser definida pelos princípios da democracia e do estabelecimento de uma ordem global estável e que favoreça a liberdade, o livre comércio e o livre mercado, garantindo também os direitos humanos. Esta não deixa de ser uma forma de imperialismo, onde pressupõe-se uma superioridade da nação norte-americana em relação às demais, na tentativa de impor a legitimidade e os direitos humanos ao mundo todo. Assim sendo, a liberdade política e econômica seriam a base da estabilidade de cada país, cuja soma das partes resultaria em um mundo harmonioso: a prosperidade e estabilidade internacionais seriam a prosperidade e estabilidade americanas (UNITED STATES OF AMERICA, 2002).

De acordo com o NSS de 2002, a segurança doméstica e internacional seria garantida através de oito pilares. O primeiro seria a luta pela dignidade humana, através da qual seriam reconhecidas as violações dos direitos fundamentais e impulsionando a liberdade das instituições nacionais e internacionais, buscando o desenvolvimento de instituições democráticas e advertindo governos repressivos. O segundo ponto, o fortalecimento de alianças globais contra o terrorismo, buscando prevenir ataques contra os EUA e seus aliados, se concretizaria através da ação contínua dos elementos de poder nacional e internacional, defendendo o país e seus parceiros das ameaças, negando apoio a terroristas e incentivando os demais Estados a fazerem o mesmo

²³ É a partir da NSS que outros documentos de defesa são elaborados, como a National Defense Strategy e a National Military Strategy.

através de sua influência; além disso, seriam promovidos governos moderados, especialmente no mundo islâmico, para que as ideologias extremistas não encontrassem apoio dentro destas nações (UNITED STATES OF AMERICA, 2002).

A neutralização de conflitos regionais se daria por meio do fortalecimento das relações com instituições de gerenciamento de conflitos, levando em consideração também se as nações são receptivas a este apoio e se estão dispostas a colaborar. Neste ponto são mencionados os conflitos entre israelenses e palestinos, oferecendo auxílio a estes últimos, embora sejam parceiros históricos dos primeiros. As regiões africana, asiática e latino-americana também são mencionadas. No que tange à prevenção de ameaças relacionadas a armas de destruição em massa, sendo este o quarto ponto, são mencionados os esforços de contraproliferação, agindo antes de receber ameaças, e as tentativas de impedir que materiais cheguem às mãos de grupos mal-intencionados, aumentando o controle sobre estes artefatos. O governo compromete-se a ampliar as capacidades de inteligência para detectar informações de modo mais eficaz, assim como atuar de forma próxima com seus parceiros e garantir a habilidade de respostas rápidas no caso de ocorrências (UNITED STATES OF AMERICA, 2002).

O encorajamento de um novo ciclo de crescimento mundial, através dos livres mercados e do livre comércio, seria incentivado através da promoção de investimentos, inovações, da redução de impostos, da intolerância à corrupção, de políticas fiscais que apoiem a atividade econômica e de investimentos na saúde e na educação, renovando também parcerias e iniciativas que impulsionassem a indústria interna. Já o sexto pilar, a expansão do desenvolvimento das sociedades democráticas, seria concretizado por meio do auxílio a países em necessidade de reformas; da melhoria da eficiência do Banco Mundial em aumentar os padrões de vida das sociedades; da abertura das sociedades ao comércio e ao investimento; das melhorias na saúde pública e de um maior auxílio à educação e ao desenvolvimento agrícola (UNITED STATES OF AMERICA, 2002).

A manutenção e ampliação da cooperação com outros centros de poder global consistia em expandir os membros da OTAN, incluindo países desejosos de participar, ampliando também suas forças militares, utilizando-se da tecnologia para ampliar as capacidades de defesa e reforçar as alianças com países parceiros dos Estados Unidos. Por fim e talvez sendo o ponto mais importante, fazia-se necessária a transformação e consolidação das instituições nacionais de segurança norte-americanas perante os desafios contemporâneos, cujas bases estavam

ultrapassadas por terem sido desenhadas para um outro tipo de desafio, na era da Guerra Fria. Sendo assim, explicita-se a necessidade de estabelecer bases em territórios estrangeiros, utilizando dispositivos de controle remoto, ampliando a atuação militar norte-americana. Construir novas capacidades de inteligência e integrá-las com as instituições de defesa seria imprescindível, fortalecendo a autoridade do Diretor de Inteligência Central, desenvolvendo novos métodos para coletar informações, ampliando os investimentos e a diplomacia (UNITED STATES OF AMERICA, 2002).

A presença das forças estadunidenses em territórios estrangeiros representa o compromisso para com seus aliados, na busca da manutenção de um equilíbrio de poder que favorece a liberdade. A Guerra ao Terror simbolizaria um elo de cooperação entre os Estados, unindo aliados e encorajando o aprofundamento das relações com novos parceiros - como a Rússia em processo de transição democrática, a China descobrindo a liberdade econômica, e a Índia, uma das maiores democracias do mundo. Bush deixa bem claro, como pode ser visto no conflito no Afeganistão e na invasão do Iraque, que “Nós não fazemos distinção entre os terroristas e aqueles que conscientemente os abrigam ou ajudam” (UNITED STATES OF AMERICA, 2002, p. 5, tradução nossa).

Considerando que a melhor atuação perante a ameaça terrorista seria um posicionamento ofensivo, no presente documento o governo norte-americano se dispôs a auxiliar, através de quaisquer recursos e, principalmente, com a “força de vontade”, as nações que se perceberem incapazes de combater tal inimigo sozinhas. Vemos então uma atitude de intervencionismo liberal, visto que os Estados Unidos se sentem no poder e na obrigação de espalhar a liberdade mundo afora. Assim, lança-se o argumento da Guerra Preventiva, esclarecendo que os Estados Unidos respeitam os valores e interesses de seus aliados, mas estariam prontos para a ação caso seus interesses e responsabilidades fossem colocados em cheque, preparando-se para enfrentar atores mal-intencionados e o uso de armamentos nucleares e de destruição em massa. Não era mais lógico manter uma posição reativa, considerando o imediatismo das ameaças contemporâneas e a amplitude dos danos que podem ser causados pelos inimigos. “Não podemos deixar os inimigos atacarem primeiro” fazia parte da estratégia norte-americana. Assim, o documento aborda as preocupações com o terrorismo, o relacionamento com o Afeganistão e com o Iraque, a questão das armas de destruição em massa e a aliança estratégica com Israel (UNITED STATES OF AMERICA, 2002).

Apesar dos dois anos de atuação no Afeganistão, o Talibã não foi eliminado: se os Estados Unidos tivessem investido na região com uma força militar maior, talvez seria possível efetivamente desmembrar a organização e impedir seu retorno. Contudo, as forças foram guardadas para o Iraque; assim, devido à falta de atenção e de recursos, o Afeganistão permanece sendo um santuário, pelo menos potencial, para terroristas.

Já o Paquistão é outro país que necessitou da ajuda norte-americana para impedir a proliferação de grupos fundamentalistas; após o ataque em solo norte-americano, embora a al-Qaeda tivesse popularidade na região, o General Musharraf²⁴ pressionou suas agências para auxiliar os Estados Unidos a detectarem a presença da al-Qaeda no Paquistão. Por possuir armas nucleares, havia a possibilidade de o país tornar-se uma nação controlada por radicais, com apoio popular ao fundamentalismo e ao terrorismo, disponibilizando armas nucleares para a propagação do ódio, até mesmo em países fronteiriços como a Índia, com quem disputa a região da Caxemira. Todavia, sob o controle do General Musharraf, as armas nucleares não eram uma preocupação, embora o líder necessitasse do apoio popular, desviando o mesmo da al-Qaeda, a fim de promover uma democracia moderna e pacífica (CLARKE, 2004).

Dentre outras regiões que convêm destacar, uma delas é a Arábia Saudita, onde questionava-se o apoio e financiamento dado à al-Qaeda. Acredita-se que o governo “fechou os olhos” para situações que facilitaram a vida da al-Qaeda (CLARKE, 2004). Por fim, outra prioridade deveria ser o Irã, visto que é um país “que apoia o terrorismo, incluindo a al-Qaeda, e desenvolve armas de destruição em massa” (CLARKE, 2004, p.284). Acredita-se al-Qaeda usou regularmente o território iraniano como espaço de circulação e santuário. Em resumo, se os Estados Unidos não voltassem a atenção para estas regiões, corria-se o risco de encontrar um Paquistão governado por um grupo como o Talibã, armado com artefatos nucleares e promovendo a ideologia da al-Qaeda; um Irã promovendo a ideologia do Hezbollah; e uma Arábia Saudita sem os Saud, em uma república teocrática (CLARKE, 2004).

3.2 O ATO PATRIOTA

²⁴ Presidente do Paquistão de 2001 a 2008, quando renunciou.

As quatro principais premissas do governo antes do 11 de setembro eram: não fazer nenhuma concessão aos terroristas, impor sanções contra Estados que protegiam estes grupos, ampliar a cooperação internacional e implementar o Estado de direito (CRENSHAW, 2010). Após o atentado, com o presente ato, a política passou a ter como base principal o contraterrorismo e a legítima defesa do Estado norte-americano, preventivamente falando, justificando a guerra preemptiva.

Assinado menos de uma semana após os atentados, mas mencionado publicamente somente em março de 2002, foi estabelecido um programa para capturar indivíduos que representassem uma ameaça aos Estados Unidos, o que deu às agências de inteligência liberdade para capturar, transportar, deter ou transferir prisioneiros de um país a outro sem necessitar fazer uso dos processos convencionais, nem mesmo precisando do consentimento do país de abrigo. Foi criado, pela CIA, um sistema de prisões secretas em inúmeros países, de onde buscava-se adquirir informações importantes para o conflito em andamento, sendo os indivíduos questionados e detidos sem proteções legais e sem contato com o exterior (THIMM, 2018).

Algumas semanas após os atentados de 11 de setembro, o Congresso Nacional aprovou o *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act* - mais conhecido como Patriot Act. Seu objetivo era ampliar a aplicação da lei, detectar e conter o terrorismo. Como exemplo de suas propostas, podemos mencionar a criação de fundos para assistir as vítimas do terrorismo ou a concessão, ao governo federal, de poderes amplos para rastrear e apreender fluxos de capital destinados para fins terroristas. Todavia, o motivo pelo qual o ato é mais lembrado é sua permissão para conduzir uma maior vigilância na população norte-americana (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE, 2001).

O Ato permitiu uma investigação mais ampla das ameaças terroristas. Desde então, as medidas de vigilância utilizadas na investigação de crimes comuns, como aqueles relacionados a drogas e fraudes, passaram a ser permitidas também na investigação de todos os crimes relacionados ao terrorismo, envolvendo o uso de armas químicas, de armas de destruição em massa, o financiamento do terrorismo e a morte de cidadãos americanos no exterior (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE, 2001).

Numa tentativa de conter suspeitos e detectar células terroristas em território nacional, o governo passou a catalogar, fotografar e interrogar estrangeiros que adentravam as fronteiras dos

Estados Unidos, oriundos de certos países árabes e muçulmanos, examinando também aqueles já residentes no país, além de solicitantes de refúgio (JENKINS, 2011).

Aprofundando a questão da vigilância, o documento permitia uma investigação mais ampla nos hábitos do suspeito, possibilitando coletar registros de transações em lojas e empresas, analisando compras suspeitas e transações bancárias, bem como se houve envio de dinheiro para organizações terroristas. Para outros processos jurídicos, esta aquisição era bem mais complexa, requisitando mais autorizações para a obtenção destas informações. O atraso em notificar mandados de busca, a fim de evitar a distorção de evidências e a fuga de algum suspeito, também foi autorizado, assim como a aquisição de mandados de busca foi facilitada para ser disponibilizada em qualquer local de suspeita de ações terroristas (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE, 2001).

O Ato também facilitou o compartilhamento de informações entre agências governamentais com a finalidade de “ligar os pontos”, removendo as principais barreiras que limitavam a aplicação da lei, da inteligência e da defesa nacional. Além disso, atualizou a lei de forma a abranger as inovações tecnológicas, bem como as novas ameaças (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE, 2001). Ao aumentar as penalidades para os autores de crimes terroristas e aqueles que os apoiavam, proibindo abrigar indivíduos vinculados ao terrorismo, garantia-se a pena máxima para crimes passíveis de serem cometidos por terroristas. Também podemos mencionar, a partir de então, os empecilhos criados para evitar que indivíduos envolvidos em atividades terroristas adentrassem o território nacional (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE, 2001).

O documento era previsto para ser renovado a cada cinco anos. Em maio de 2015, o Patriot Act teve três seções expiradas. A primeira foi a seção 215, que permitia ao FBI e a NSA (National Security Agency - Agência de Segurança Nacional), em parceria com empresas de telefonia e provedores de internet, coletar e armazenar, de forma rotineira e por até cinco anos, os dados de todos os meios eletrônicos de comunicação de pessoas supostamente envolvidas com terrorismo. Entretanto, em 2013, após o escândalo envolvendo Edward Snowden e o vazamento de informações confidenciais, foi revelado que o governo coletava registros telefônicos de todas as companhias utilizando, como justificativa, a seção 215 (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE, 2001).

Já a seção 206 permitia ao governo grampear qualquer dispositivo de uso próprio com apenas a aprovação da Foreign Intelligence Surveillance Court²⁵. Havia também a seção 207, conhecida como “*lone wolf*”²⁶, que cedia ao governo o poder de vigiar um indivíduo suspeito de engajamento terrorista, mesmo que este não tivesse vínculos com nenhum grupo existente. Todavia, não foi identificada nenhuma ameaça cujo envolvimento pode ser determinado pela análise de registros telefônicos provenientes da seção 215. Assim, o programa não contribuiu, pelo menos diretamente, para a descoberta de nenhum plano terrorista, embora alguns funcionários do governo discordem, afirmando que aproximadamente 50 ataques foram evitados devido ao Patriot Act (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE, 2001).

O principal debate gerado pelo documento diz respeito à invasão da privacidade dos cidadãos, visto que se tratava de uma forma de espionagem sem o consentimento da população. A coleta de dados de e-mails foi descontinuada em 2011. Concluiu-se que a medida era ineficaz, tendo sido tomada através de uma interpretação errônea da seção 215. Logo após, suspendeu-se a coleta de dados de telefones. Teoricamente, o Ato Patriota expirou em 2015, sendo substituído pelo *Uniting and Strengthening America by Fulfilling Rights and Ending Eavesdropping, Dragnet-collection and Online Monitoring*²⁷, conhecido também como USA FREEDOM ACT, assinado pelo presidente Obama, que passou a limitar a coleta de dados permitida pelo ato anterior, visto que o armazenamento de dados não ficaria mais nas servidores do governo, mas somente com as companhias telefônicas por no máximo 180 dias (THIMM, 2018). O novo documento também aspirava uma maior transparência e um maior compartilhamento de informações entre os órgãos de vigilância e a população norte-americana. Suas propostas incluíam permitir ao governo rastrear estrangeiros suspeitos de envolvimento com o terrorismo por 72 horas após sua entrada nos Estados Unidos e o uso limitado de dados coletados sob a seção 215 em casos de emergência (HISTORY, 2017).

²⁵ Corte de Vigilância de Inteligência Externa (tradução nossa).

²⁶ Lobo solitário: como eram conhecidos os atores independentes, que praticavam atos terroristas por conta própria, podendo ou não ter vínculos com alguma organização terrorista.

²⁷ Unindo e Fortalecendo a América ao Cumprir com os Direitos e Finalizar a Espionagem, a Coleta de Dados e o Monitoramento Online, formando a palavra FREEDOM, simbolizando a libertação – ao menos parcial - das práticas de vigilância.

3.3 A COMISSÃO DO 11 DE SETEMBRO

A insistência na ação imediata, dada a demanda por altos níveis de detecção e prevenção de ataques, demonstrava que era praticamente impossível satisfazer as expectativas em qualquer sistema de segurança regional. Por parte dos terroristas que buscavam assustar toda a população do país-alvo, causando pânico generalizado, a atitude norte-americana deu a eles bons motivos para terem razão. Seria muito mais prático e efetivo alterar as prioridades nacionais em busca de uma estratégia focada na construção de uma capacidade contraterrorista, reforçando a segurança nacional no longo prazo, do que atuar visando o curto-prazo, tomando medidas urgentes e pouco refletidas (JACKSON, 2011).

Colocar como alvo da campanha antiterrorista a eliminação do risco, ao invés de gerenciar este mesmo risco, enfraquece os esforços de construir uma sociedade mais resiliente às ameaças terroristas. Comparando as reações estadunidenses e britânicas, o Reino Unido foi bem-sucedido ao possuir setores públicos e privados mais aptos a reagir prontamente após um atentado ou ataque, visto que a nação tem consciência de que a prevenção perfeita é inalcançável. Os Estados Unidos não possuem esta resiliência, tendo falhado em reagir apropriadamente em situações de ataque (JACKSON, 2011).

Sendo o maior esforço de reorganização das estruturas de defesa e segurança nacional norte-americanas, a Comissão do 11 de Setembro foi criada em 27 de novembro de 2002 pelo Congresso e pela Casa Branca, a fim de encontrar culpados e detectar falhas na prevenção dos ataques do 11 de setembro. Seu nome oficial é *National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States*²⁸. A publicação do relatório foi seguida por um intenso processo político onde reformas institucionais de inteligência foram discutidas e negociadas. Isto resultou na promulgação do *Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act (IRTPA)*²⁹, em dezembro de 2004 (GARCIA; MATEI; BRUNEAU, 2017). O relatório final, publicado em julho de 2004, conclui as investigações da comissão alegando que a ideia original do atentado envolvia 10 aeronaves, que o envolvimento da al-Qaeda no bombardeio de 1993 ao World Trade Center era incerto e que não havia evidências de cooperação entre o Iraque e a al-Qaeda (CNN, 2019).

²⁸ Comissão Nacional para Atos Terroristas nos Estados Unidos

²⁹ Ato de Prevenção do Terrorismo e Reforma da Inteligência

Incluindo 41 recomendações para as reformas das agências de segurança, o documento sugere a criação do cargo de diretor de inteligência nacional e de um centro exclusivo de contraterrorismo, sob comando dos militares. O orçamento da comissão totalizou 15 milhões de dólares. Contou com 10 membros, sendo a maioria antigos governadores, senadores e congressistas. Inicialmente, Henry Kissinger seria o presidente da Comissão; todavia, o mesmo resignou, temendo conflitos de interesse envolvendo clientes de sua firma de consultoria (CNN, 2019).

Foram abordados, com profundidade, oito tópicos: a al-Qaeda e sua organização do 11 de setembro; a coleta, análise e gerenciamento de inteligência; políticas de contraterrorismo internacional, incluindo Estados que abrigam organizações terroristas; financiamento terrorista; segurança das fronteiras e visitantes estrangeiros; aplicação da lei e coleta de inteligência dentro dos Estados Unidos; aviação comercial e segurança nos transportes, incluindo uma investigação das circunstâncias do sequestro das quatro aeronaves em setembro de 2001; e a resposta imediata aos ataques em nível nacional, estatal e local, incluindo questões de continuidade do governo (UNITED STATES OF AMERICA, 2004b).

No capítulo 11, o relatório analisa quatro tipos de falha generalizadas que explicam o 11 de setembro: a primeira falha seria a da imaginação, visto que nenhuma agência tinha como prever o tamanho da ameaça da Al-Qaeda, em parte devido à divisão das agências, o que inviabilizava a coleta de informações suficientes para gerar um panorama abrangente e capaz de detectar ameaças graves. A falha também se manifesta na questão política, que gerou uma ausência de ação quando comparado ao posicionamento norte-americano ao final da Guerra Fria, muito mais assertivo e presente nos países em desenvolvimento. Depois deste último conflito, a presença americana se caracterizou pelo *soft power* a fim de manter sua dominação global (MOCKAITIS; RICH, 2003). A respeito das capacidades, nota-se uma inadequação das instituições de segurança no enfrentamento das manifestações modernas do terrorismo, visto que os órgãos se acomodaram com o padrão de comportamento do Sistema Internacional à época da Guerra Fria, e tal estratégia não foi substituída por um posicionamento que englobasse uma realidade mais complexa como a atual. Por fim, a falha se apresenta também no gerenciamento da inteligência, dada a ausência de cooperação entre agências devido a suas barreiras internas e burocráticas (MOCKAITIS; RICH, 2003).

Já nas conclusões mais específicas, o relatório aponta o insucesso da diplomacia em persuadir o Talibã a abandonar o apoio à al-Qaeda, em convencer a Arábia Saudita a cortar laços com o Talibã e a cooperar de forma mais assertiva com os Estados Unidos; a falta de opções militares, limitando as alternativas de ataque a bin Laden; os problemas da comunidade de inteligência em sua coleta e análise de dados sobre o terrorismo transnacional, destacando um orçamento baixo, uma estrutura ultrapassada e rivalidades burocráticas; e os problemas do FBI, cuja abordagem nas investigações era específica para cada caso, contando com uma metodologia descentralizada, visando a aplicação da lei, sendo um órgão mais direcionado para investigações após a ocorrência de crimes, e não para sua prevenção (UNITED STATES OF AMERICA, 2004b).

Contribuíram, também, para a ocorrência do atentado a falta de observação mais próxima de suspeitos, a indetecção de informações falsas nas solicitações de visto e dos passaportes falsos, a falta de minuciosidade nas inspeções de listas de passageiros e a fraqueza das portas de acesso à cabine do piloto, que seriam capazes de impedir o sequestro dos aviões. Não obstante, o documento continua ao apontar a permeabilidade das fronteiras nacionais e o controle de imigração, que foram incapazes de deter a entrada de terroristas através da indetectabilidade de suas ações. A segurança na aviação também foi um tópico discutido, assim como o financiamento das organizações terroristas, concluindo que entre 400 e 500 mil dólares foram gastos para realizar o atentado de 11 de setembro. Por fim, foram criticadas as estruturas de defesa nacional, de respostas emergenciais e as respostas lentas do Congresso, que falhou em se reestruturar perante as novas ameaças (UNITED STATES OF AMERICA, 2004b).

A estratégia sugerida pela Comissão se basearia no ataque aos terroristas e suas organizações, confrontando problemas com países em crise e fortalecendo os compromissos firmados pelos Estados Unidos; a prevenção contínua do crescimento do terrorismo islâmico, apresentando-se como um exemplo de liderança moral para o mundo, comunicando os ideais estadunidenses na região, oferecendo oportunidades de desenvolvimento da sociedade e desenvolvendo uma coalizão estratégica contra o terrorismo; proteger o país e preparar-se para ataques, detectando indivíduos que representem ameaças, analisando documentos e informações cedidos e aumentando o orçamento destinado a emergências (UNITED STATES OF AMERICA, 2004b).

Seu último capítulo faz recomendações específicas no que tange a como realizar estas implementações. São dadas cinco áreas nas quais os esforços devem se concentrar, sendo elas: a unificação da inteligência estratégica e do planejamento operacional em um Centro de Contraterrorismo Nacional; a unificação da comunidade de inteligência sob o comando de um Diretor de Inteligência Nacional; a unificação do conhecimento em uma rede que incentive o compartilhamento de informações entre agências que transcenda as barreiras tradicionais do governo; a unificação e o fortalecimento da supervisão do Congresso para melhorar sua qualidade e responsabilidade; e o fortalecimento dos defensores, criando uma força-tarefa, tanto do FBI como do país (UNITED STATES OF AMERICA, 2004b). O FBI e a CIA deveriam se comprometer no compartilhamento de informações (RIEDEL, 2019). Incentivou-se, também, a promoção da defesa do espaço aéreo nacional (GARCIA; MATEI; BRUNEAU, 2017); as recomendações da Comissão foram transformadas em leis através do Ato de Prevenção de Terrorismo e Reforma de Inteligência (IRTPA), de 2004;

3.4 MAIS QUATRO ANOS: A NOVA POLÍTICA DE CONTRATERRORISMO

Como consequência lógica de um evento traumático, a população de um país vítima de terrorismo passa a questionar quais são as medidas mais eficazes no combate desta ameaça. Seja concedendo às demandas terroristas, seja colocando um ponto final nos ataques ou pressionando o governo a combatê-los, a população pode ser responsabilizada, em parte, pelas retaliações aos grupos insurgentes. Considerando que o contato com situações de violência direta gera um trauma, este pode ser motivação suficiente para levar a um envolvimento da população, demonstrando a insatisfação com as medidas de segurança e defesa vigentes e buscando consertar as condições que levaram o país à situação de vitimização (BALCELLS; TORRATS-ESPINOSA, 2018). A ansiedade causada pelo choque pode gerar um maior interesse na política ou em participar de sua elaboração, visto que a segurança pública se torna uma prioridade, permitindo ao governante a implementação de uma legislação mais intrusiva na privacidade dos cidadãos, visando detectar potenciais atividades terroristas. Sendo um país majoritariamente cristão, foi possível notar um aumento na islamofobia.

A população norte-americana recuperou um senso de patriotismo e nacionalismo visto pela última vez na Segunda Guerra Mundial (GOODRICH, 2001). Seguindo este raciocínio, não

é surpreendente perceber que houve um aumento de popularidade dos políticos da ala conservadora, como pode ser visto na reeleição de George W. Bush. Ao temer pela segurança do país, a população costuma votar em candidatos mais nacionalistas, demonstrando, neste caso, um aumento de confiança no governo (QUAGLIA; OLIVEIRA, 2017). O medo possui um papel importante na compreensão do comportamento político, incluindo mudanças na opinião pública e no voto eleitoral. Para os realistas, a opinião pública tende a ser movida pela ignorância e pela paixão, considerando que o cidadão comum não alcança a política externa em seus interesses; a participação popular na formulação destas políticas seria praticamente irrelevante. De forma destacada, a televisão impacta a percepção dos cidadãos a respeito da ameaça terrorista de forma mais marcante do que as diretrizes que orientam a política externa (OATES; KAID; BERRY, 2010). Ao sentir medo, os indivíduos buscam tomar medidas mais seguras, visto que sua percepção de ameaça está mais aguçada, levando a angariar menor apoio a políticas violentas, visto que estas podem gerar retaliações. Assim, ações militares devem receber menos adesão; para que esta aumente, é necessário que a percepção de riscos tome o lugar do medo sentido pela população.

Por outro lado, após a invasão do Iraque, ocorreu uma grande perda de credibilidade, principalmente em relação às instituições de segurança nacional, dentro do território estadunidense. Ao tomar conhecimento de que Saddam Hussein não teve relações com os atentados do 11 de setembro, de que não havia armas de destruição em massa no Iraque e que os custos dos conflitos no Oriente Médio foram infinitamente superiores ao esperado, tanto em vidas humanas quanto em dólares, fez-se necessário recuperar a confiança nos Estados Unidos, lidando com as ameaças reais (CLARKE, 2004).

Nenhum dos principais líderes da al-Qaeda explicitou a possibilidade de possuírem ou buscarem armas nucleares, mas em 2002, um porta-voz da organização publicou na internet que, devido aos Estados Unidos terem sido responsáveis pela morte de milhões de muçulmanos, a al-Qaeda, de acordo com a lei islâmica, teria o direito de matar 4 milhões de americanos (JENKINS, 2011, p.95). Para os analistas americanos, esta alegação serviu como um aviso antecipado de um ataque, interpretando que a única forma viável de atingir esta amplitude de vítimas seria através da posse de armas nucleares ou até mesmo biológicas. Não era mais uma questão de “se”, mas sim de “quando” aconteceria. Ainda assim, a ameaça nuclear não passou de uma ameaça; não há conhecimento da posse destes materiais por parte dos terroristas, embora o temor de um conflito

nuclear já tenha sido internalizado na cultura popular. Este medo estimulou não só os Estados Unidos, mas os demais países do Sistema Internacional, a unirem-se e delimitarem as medidas de controle de armas nucleares, fortalecendo o consenso de que as mesmas devem ser evitadas, reduzidas ou até mesmo eliminadas (JENKINS, 2011).

A abordagem norte-americana da al-Qaeda focou-se em destruir a organização, não em confrontar sua ideologia. O principal objetivo era prevenir outros ataques terroristas; para isto, foi necessário comprometer as capacidades operacionais da organização, sem abordar suas crenças, que foram consideradas, pela maioria da população, um fanatismo (JENKINS; GODGES, 2011, p.5). A atitude unilateral dos Estados Unidos ao invadir o Iraque e a falha em estabelecer a segurança após a invasão foram situações que denegriram a imagem do país na sociedade internacional (HELMUS, 2011).

Para Campbell (2005), o voto é uma mistura de efeitos de curto e longo prazo, não sendo resultado apenas das reflexões do período eleitoral, mas de crenças existentes há mais tempo no raciocínio lógico e emocional dos eleitores. De acordo com Oates, Kaid e Berry (2010), presidentes em exercício costumam ter uma vantagem adicional nas eleições nacionais, assim como uma economia saudável favorece estes políticos em exercício em relação a seus concorrentes. Considerando o ocorrido em 11 de setembro, a partir de então as campanhas eleitorais voltaram-se para a capacidade de manter uma economia bem-sucedida e um forte aparato militar. A abordagem da Guerra ao Terror foi relativamente bem aceita pelo público, visto que os ataques direcionaram o povo americano a uma reação majoritariamente emocional. Desde a data dos atentados, George Bush fez aparições diárias por 26 dias consecutivos e proferiu mais de 50 discursos públicos (OATES; KAID; BERRY, 2010, p.42).

Disputando o cargo com o democrata John Kerry, as eleições de 2004 foram marcadas pela política do medo, de modo especial da forma pela qual o terrorismo foi propagado nos meios de comunicação e pelo viés apelativo e pouco técnico apresentado pelas grandes emissoras dos Estados Unidos (OATES; KAID; BERRY, 2010). Os tópicos “Iraque” e “terrorismo” dominaram a campanha eleitoral de 2004 no que diz respeito à abordagem presidencial nas propagandas, mas também foram os assuntos mais destacados pelos eleitores em suas preocupações para o país. Uma questão central foi a descoberta de que o Iraque, na verdade, não possuía armas de destruição em massa, o que foi a justificativa usada pela administração Bush para empregar o conflito armado. No início da campanha eleitoral, a rede de televisão americana ABC lançou uma

reportagem abordando tal tópico, incluindo as alegações do candidato John Kerry a respeito de George Bush dizendo que “Bush nos levou erroneamente a crer que o Iraque possuía armas de destruição em massa” (OATES; KAID; BERRY, 2010, p. 49). Assim, é possível caracterizar a eleição de 2004 como altamente liderada pela emoção e pelo medo, visto que a abordagem do terrorismo era quase “tão frequente quanto a previsão do tempo”, gerando pouca discussão técnica e muita especulação sem fundamentos, levando ao sentimento de medo e desamparo, visto que não havia respostas simples para o problema. Isto gerou uma frustração generalizada, pois não era claro como os Estados Unidos voltariam a se sentir seguros novamente e por quais motivos o Oriente Médio sentia tanta repulsa da grande nação ocidental. Por outro lado, de acordo com estudo conduzido por Oates, Kaid e Berry (2010), muitos eleitores (57%) não colocaram o terrorismo como questão principal para escolher seu líder, considerando outras variáveis como a economia, as abordagens das propagandas eleitorais e o desempenho nos debates; todavia, o foco intenso, por parte dos meios de comunicação, nas questões de terrorismo e segurança podem ter “erodido a habilidade dos americanos de buscarem decisões melhor informadas sobre seus votos,” (OATES; KAID; BERRY, 2010, p.181), tendo criado um eleitorado temeroso e emotivo, mais propenso a eleger a figura tranquilizadora de Bush do que aceitar a alternativa democrata representada por Kerry.

Bush pode aproveitar a reação emocional dos cidadãos, impulsionada pelos meios de comunicação, para reforçar sua retórica presidencial como líder capaz de lidar com as ameaças externas de forma a distrair as massas dos acontecimentos enquanto toma decisões sem limitações do sentimento público. Frequentemente suas mensagens relacionadas ao terrorismo eram acompanhadas de símbolos dos Estados Unidos, associando sua luta com a bandeira americana. Cerca de 70% das famílias de militares gostariam que Bush permanecesse no cargo, enquanto nas famílias civis, 50% preferia a manutenção do então presidente (OATES; KAID; BERRY, 2010). Todavia, com a proximidade da eleição e com as notícias sobre explosivos que desapareceram no Iraque e o vídeo de Osama bin Laden divulgado, a diferença de Bush para Kerry na corrida eleitoral foi diminuindo (OATES; KAID; BERRY, 2010). Embora a mídia tenha frequentemente retratado Bush como um homem desonesto e sem integridade, principalmente no que tange à desculpa dada por Bush para invadir o Iraque e sua inflexibilidade para admitir erros, sua imagem também era vista como alguém forte e resistente, sendo a melhor opção para

conduzir os Estados Unidos na Guerra ao Terror. O medo, combinado com a presença “tranquilizadora” de Bush, pareceu ser eficaz.

Já discurso de John Kerry se baseava na necessidade de apoio dos demais países, salientando que, no que dizia respeito à proteção do território nacional, ele não seria detido até encontrar e matar os terroristas. “Se eu for presidente, a América sempre terá o aparato militar mais forte. Mas eu vou devolver à política externa os valores que sempre nos garantiram o respeito do mundo” (OATES; KAID; BERRY, 2010. p.34). Contudo, duas em cada cinco propagandas de Kerry relacionadas ao terrorismo eram ataques negativos a Bush, a quem acusou de criar consequências desastrosas desde a Guerra do Iraque, ressaltando que seria o momento de buscar uma nova direção. Entretanto, Kerry foi incapaz de dar ao povo americano uma ideia de qual direção seria a mais adequada, também deixando explicitar o que gostaria de fazer diferente a respeito da Guerra ao Terror. Ao atacar o então presidente, pontuando que sua abordagem agressiva e invasiva foi falha e desnecessária, colocando o país em uma posição insegura e os soldados em risco, propunha um novo começo para proteger as tropas e a nação; todavia, isto acabou resultando numa propaganda positiva para Bush, seguindo a política do medo. Além disso, sua lentidão em responder às críticas e seu comportamento a respeito da Guerra do Vietnã, da qual foi um veterano mas que posteriormente a condenou, passaram a imagem de que não seria apto para liderar os Estados Unidos em períodos de crise e durante a Guerra ao Terror, revelando ser alguém que mudava de ideia com frequência, caracterizado como fraco, inofensivo e sem visão de liderança. Sua abordagem foi incompatível com os ânimos estadunidenses em relação à guerra, ao terrorismo e ao patriotismo no ano de 2004. Faltou a capacidade de projetar-se como um líder forte e responder de que forma suas atitudes garantiriam a segurança do país (OATES; KAID; BERRY, 2010).

As eleições norte-americanas de 2004 se caracterizaram por um aumento nos gastos em propaganda política, especialmente por grupos privados independentes. No total, foram gastos 600 milhões de dólares na campanha presidencial; a campanha de Kerry ultrapassou a de Bush por aproximadamente 100 milhões de dólares (OATES; KAID; BERRY, 2010). Pesquisas mostraram que o terrorismo foi uma questão de destaque para os eleitores. Para George W. Bush, a corrida presidencial dizia respeito à continuação da Guerra no Iraque e da luta contra o terrorismo, enquanto a disputa com Kerry foi relegada a segundo plano. Durante 2002, as taxas de aprovação de seu governo permaneceram tão altas quanto os números registrados no imediato

pós 11 de setembro, atingindo outro pico após a fase inicial da campanha no Iraque, em maio de 2003. A partir de então, começou uma queda lenta, caindo abaixo de 50%. Todavia, mais da metade da população ainda acreditava, em maio de 2004, que sua competência era maior para lidar com o terrorismo do que a aptidão de seu oponente, John Kerry. No mesmo ano, Barack Obama já articulava sua presença no cenário político, discursando sobre a união e a esperança que, em 2008, seriam o mote de sua campanha política (OATES; KAID; BERRY, 2010).

O discurso republicano foi mais centrado na retribuição e reconhecimento de eventos passados do que na perspectiva esperançosa para o futuro. Adotando um tom consistente, Bush mostrava que os tempos eram difíceis: a América encontrava-se ameaçada, e Bush representava o líder capaz de contornar a ameaça terrorista. Dando ênfase à situação da política externa e da agenda antiterrorista, os principais tópicos discutidos em suas propagandas foram, respectivamente, o terrorismo, as relações internacionais, a guerra do Iraque e o orçamento voltado à defesa (UNITED STATES OF AMERICA, 2003). Usando um tom mais negativo, destacando e incitando o medo e fazendo ataques ao seu opositor, John Kerry, Bush fez um contraponto a sua campanha em 2000, quando, disputando a presidência com Al Gore, então presidente, empregou propagandas majoritariamente positivas, focando em educação e questões sociais (OATES; KAID; BERRY, 2010).

A propaganda de Bush gerava a sensação do quão forte, competente, ativo e compreensivo era o candidato, também causando a impressão de agressividade, mas que fazia parte de suas qualificações pessoais - o que levou seu eleitorado a crer que ele seria o líder mais capaz de conduzir os Estados Unidos pelos momentos sombrios que se estendiam à frente. A impressão causada era tão forte e positiva que até mesmo candidatos democratas manifestaram seu apoio a Bush, como foi o caso de Ed Koch, antigo prefeito de Nova York: “O Presidente Bush vai atrás dos terroristas e dos países que os abrigam. Por isso que, pela primeira vez na minha vida, vou votar em um republicano para presidente (...) e espero que você também.” (OATES; KAID; BERRY, 2010, p.33).

Dentre os principais objetivos do contraterrorismo, podemos destacar primariamente, de forma lógica, a eliminação do terrorismo, seja através da erradicação do inimigo ou dos seus incentivos para atuação. Utilizam-se fontes sigilosas, e objetiva-se a identificação e o rastreamento de pessoas, o conhecimento de idiomas raros e a compreensão global da cultura terrorista, visto que, se sua ocorrência é global, seu combate também deve ser (HERMAN, 2005).

É necessário minimizar os danos que uma ameaça terrorista é capaz de infligir, prevenindo ataques ou reduzindo suas ocorrências, bem como contendo a disseminação do conflito. A inteligência, através da formulação de políticas estratégicas, táticas e operacionais, busca combater a ameaça terrorista no âmbito institucional (UNITED STATES OF AMERICA, 2004). Assim, a reeleição de George W. Bush em 2004 pode ser interpretada como uma aprovação, por parte da população, de uma resposta beligerante ao terrorismo. De acordo com Gallup (2017), as taxas de aprovação de seu governo, na semana anterior aos atentados, era de 51%; na semana seguinte, passou para 86%. Por outro lado, esta popularidade não se estendeu até 2004, retomando os índices pré-11/09. Quaglia (2017) acredita que sua reeleição era provável mesmo se os atentados nunca ocorressem.

A confiança dos cidadãos na proteção do governo em relação a ataques terroristas era bastante elevada, embora a visão que os norte-americanos tinham dos muçulmanos tenha crescido negativamente no pós-11 de setembro: enquanto no imediato pós-ataque 39% da população visualizava a comunidade islâmica de forma desfavorável, em 2015 este número passou para 61% (TELHAMI, 2015).

Há dificuldades práticas entre conciliar os artefatos tecnológicos de uso e análise de informações com a questão da privacidade individual e as restrições legais em democracias modernas (HERMAN, 2005). Os congressistas mais liberais desejavam que a situação norte-americana se normalizasse no sentido de retomar as condições pré-11 de setembro, distanciando-se de um estado de polícia. Por outro lado, políticos mais conservadores e os próprios cidadãos, amedrontados, defendiam que a segurança fosse mantida como prioridade, mesmo que liberdades individuais fossem sacrificadas pelo bem maior do país (MEROLA, 2018). Assim, justificou-se a criação de um sistema de dados contendo informações sobre quaisquer estrangeiros que adentrassem as fronteiras americanas, o que levou, conseqüentemente, a um aumento no número de deportações devido ao maior controle das fronteiras (QUAGLIA, 2017).

Bush, ao definir o conflito no Oriente Médio como uma luta entre a liberdade e o mal, não havia elaborado uma estratégia para a ordem internacional no pós-Guerra ao Terror, explicando, em parte, o desaparecimento do sentimento de simpatia pelos Estados Unidos ao redor do mundo (IKENBERRY, 2002). A falta de confiança do Sistema Internacional em relação aos EUA fez com que os demais países acreditassem que os Estados Unidos estavam preparados para utilizar do poder na perseguição de terroristas e de regimes contrários a sua posição, mas que não

visavam utilizar este mesmo poder na construção de uma ordem mais estável e pacífica. Ao desprezar regras e instituições internacionais ao invés de fortalecê-las, demonstrava seu pensamento neoimperialista, preferindo garantir o poder em detrimento do papel de liderança que poderia desempenhar. Ao fim de 2007, a guerra civil no Iraque tinha sido finalizada, embora os ataques terroristas continuassem. A partir de então, as tropas americanas começaram a se retirar. (DOBBINS, 2011). A herança deixada para Barack Obama foi uma situação que melhorava aos poucos no Iraque, mas, no Afeganistão, apenas se deteriorava.

Apesar de os Estados Unidos não terem sofrido outros grandes ataques desde então, o terrorismo “*lone wolf*”, performado por atores agindo de forma individual, não necessariamente de origem muçulmana, mas influenciados pela doutrina e pelo fundamentalismo islâmico, permaneceu uma ameaça constante, como pode ser verificado no tiroteio do aeroporto de Los Angeles, em 2002; no tiroteio de Little Rock, em 2009; o atentado na maratona de Boston, em 2013; o ataque em São Bernardino, em 2015; o tiroteio na boate LGBT em Orlando, em 2016; e o atropelamento por caminhão em Nova York, em 2017 (MEROLA, 2018). Contudo, nos cinco anos seguintes ao 11 de setembro, menos de 100 cidadãos estadunidenses faleceram por meio de ataques terroristas. Neste mesmo período, 62 pessoas foram vítimas de raios, 63 de tornados, 692 faleceram em acidentes de bicicleta e 41.616 perderam a vida em acidentes de trânsito (TREVERTON, 2001). De acordo com o Índice de Terrorismo Global (*Global Terrorism Index*) (INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE, 2017), os Estados Unidos contam com apenas 8% do número de vítimas em ataques terroristas. No ranking global de países com maior índice de atentados, pelo menos no ano de 2018, os EUA figuram na 20ª posição; sem surpresas, o Iraque e o Afeganistão ocupam, respectivamente, o primeiro e o segundo lugar (INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE, 2018). Assim, o terrorismo afeta os norte-americanos em sua mentalidade, mas muito pouco na realidade (TREVERTON, 2001).

Apesar de Bush ter visto suas taxas de aprovação declinarem constantemente desde o início de seu segundo mandato, é inegável que sua condução do país através de uma posição firme e agressiva o eternizará como o presidente da era do 11 de setembro, que permitiu a prevenção de ainda mais ataques terroristas. Todavia, a população estadunidense não pensa da mesma forma: apenas 11% dos entrevistados pelo PEW Research Center em 2018 afirmaram que George Bush será lembrado como um presidente de destaque, tendo a aprovação mais baixa do que os quatro últimos presidentes eleitos até então. Para 64% dos entrevistados em dezembro de

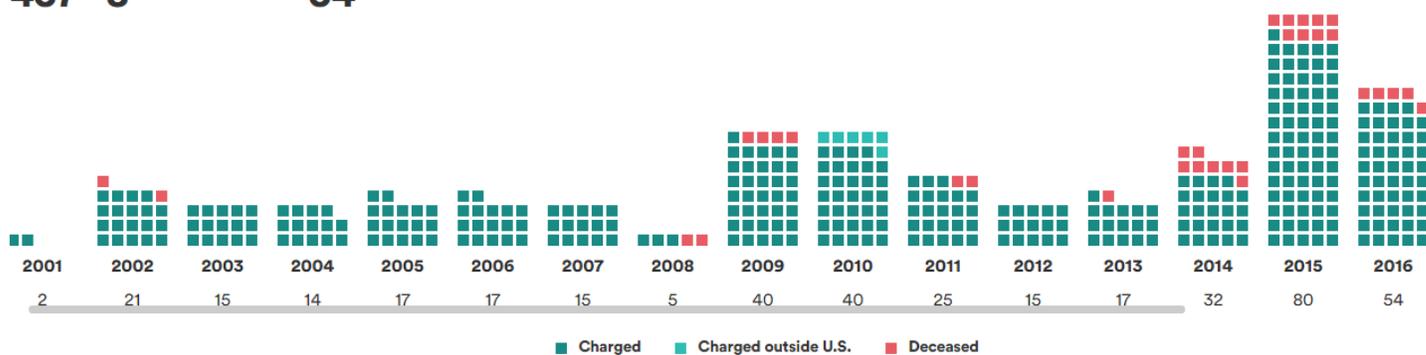
2007, o presidente será mais lembrado pelos seus fracassos do que por suas conquistas (PEW RESEARCH CENTER, 2018).

Figura 2 - Casos de Terrorismo nos Estados Unidos desde 2001

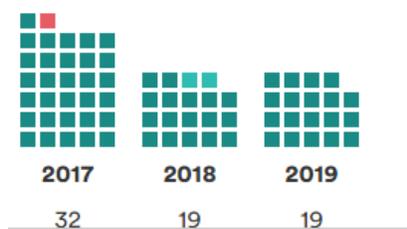
U.S. Terrorism-Related Cases by Year

Cases include individuals who are charged with or died engaging in jihadist terrorism or related activities inside the United States, and Americans accused of such activity abroad. Years indicate the year that individuals were charged or, if they were not charged, the year that they died. Hover over a square for more detail on the individual cases.

Charged 437
Charged outside U.S. 8
Deceased 34



Fonte: New America, 2019



4 O GOVERNO OBAMA E A ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO

Esta guerra ao Terror, assim como todas as guerras, precisa acabar. É isto que a história aconselha. É isto que nossa democracia pede. (OBAMA, 2013)³⁰

Diferente das eleições de 2004, além do fato de contar com um candidato negro e uma mulher, a corrida presidencial de 2008 foi marcada pelos discursos de esperança, enquanto os da eleição anterior eram carregados de medo pelos anos seguintes e pelas possíveis abordagens terroristas a serem contidas. Pesquisas do PEW Research Center (ROSENTIEL, 2007) indicam que o ano de 2007 mostrou uma maior identificação da população americana com o Partido Democrata (50% em comparação aos 36% de apoio aos Republicanos), visto que aumentou o suporte popular para o estabelecimento de uma nova estratégia de segurança, mais preocupada com a desigualdade de renda e menos interessada em apoiar políticas securitárias mais assertivas. Isso não necessariamente significa que os democratas viram sua popularidade aumentar, mas sim que os republicanos perderam parte do seu apoio (ROSENTIEL, 2007).

O Partido Democrata despertava a sensação de mudança buscada pela população, que queria um governo mais ético e transparente. A candidata Hillary Clinton competiu com Barack Obama pelo mesmo partido, mas embora inspirasse a imagem de ser alguém forte, sendo esta uma qualidade indispensável para um presidente na era pós 11 de setembro, e contando com a experiência em cargos de liderança - em oposição a Obama, que se afastara do Congresso e não possuía tanta experiência quanto Hillary - não ganhou muita confiança da população. Refletia-se, também, sobre a possibilidade de seu governo ser altamente influenciado pelo ex-presidente Bill Clinton. Além dela, também concorriam Al Gore e John Edwards. Do lado Republicano, os candidatos eram Rudy Giuliani, Fred Thompson, John McCain e Mitt Romney.

Em uma competição acirrada, Barack Obama despontava como uma figura carismática, engajada e com maior potencial para promover mudanças. Em relação à oposição republicana, não foi difícil perceber que John McCain não era uma opção para presidente: o fator de representar a continuidade das políticas de George Bush, visto que eram do mesmo partido, foi o suficiente para minimizar sua candidatura perante a oportunidade de mudança oferecida por

³⁰ This war [on terror], like all wars, must end. That's what history advises. That's what our democracy demands." Barack Obama, 23 May 2013

Obama e desejada pela população. Logicamente, McCain buscou distanciar sua imagem da de Bush, destacando seu histórico de bom relacionamento tanto com Democratas quanto com Republicanos ao longo de sua carreira como senador. Um fator que contribuiu para sua boa imagem foi o fato de rejeitar subsídios públicos para sua campanha, utilizando os fundos que ele mesmo arrecadara (ICPSR, 2008).

O conteúdo referente a terrorismo e Iraque nas propagandas eleitorais de 2008 foi significativamente reduzido, sendo relegados ao segundo plano. John McCain mencionou o terrorismo em apenas 11% de suas propagandas, enquanto o Iraque foi alvo de 8% delas; por outro lado, Obama abordou o terrorismo em apenas uma peça, simbolizando 1% das propagandas, enquanto o Iraque dominou 14% delas. Esta redução nas mensagens sobre terrorismo foi resultado de uma queda na preocupação da população sobre estes tópicos, demonstrando que segurança e terrorismo não são uma característica permanente ou mesmo típica das eleições americanas. A respeito da Guerra no Iraque, cuja opinião pública era crescentemente negativa, ao perceber o menor indicador de violência na região, a percepção popular melhorou, embora mais de metade da população ainda desejasse o retorno das tropas aos Estados Unidos (ROSENTIEL, 2007). Enquanto a mídia deu ênfase para o medo e a insegurança em 2004, em 2008 o tom das eleições foi de esperança e salvação do sonho americano com Obama (OATES; KAID; BERRY, 2010).

4.1 YES, WE CAN: UMA NOVA ABORDAGEM SECURITÁRIA

A ascensão política de Obama se deu, em grande parte, por seu comportamento de oposição ao governo republicano até então vigente, caracterizado por excessos, egocentrismos e megalomanias. Ciente das ameaças terroristas e dos custos que estas infligem, estabeleceu diretrizes claras para o uso da força e da tecnologia nas incursões – seja através de artefatos mais sofisticados, fazendo uso da dissuasão e capacitando a força militar local para atuar regionalmente, ou expandindo a presença estadunidense no Oriente Médio, mesmo que unilateralmente, mas de preferência como último recurso (UNITED STATES OF AMERICA, 2010). Obama buscou aumentar, também, a transparência das informações sobre as fatalidades e perdas ocorridas; por outro lado, acabou por expandir a luta contra o terrorismo por meio da

ampliação de ataques de drones³¹ e, principalmente, no confronto que foi visto de forma mais marcante em seu segundo mandato, contra os insurgentes do Estado Islâmico (MALLEY; FINER, 2018). Suas propostas durante a campanha eram de reformar o sistema de saúde pública, remodelar a economia, abordando o consumo de energia e a proteção ambiental, e também uma reforma fiscal, aumentando os impostos dos mais ricos e reduzindo as taxas das classes mais baixas. No setor externo, buscava reduzir a atuação no Iraque e enfatizar a vitória no Afeganistão.

Obama iniciou seu governo sem crer fortemente que a eficiência do poder militar americano seria a principal ferramenta no combate ao terrorismo, visto que buscou substituir o termo “Guerra ao Terror” pelo “Combate ao Extremismo Violento”³², de certa forma ressignificando o conflito (JENKINS, 2017). Seu discurso explicitava a promessa de modificar a atuação norte-americana no Oriente Médio, deixando de tentar impor sua visão ocidental para finalmente aceitar a mudança que ocorreria de dentro para fora na região. Apesar de desejar acabar com a participação norte-americana nos conflitos no Iraque e no Afeganistão, Obama se viu obrigado a enviar reforços à região afegã, mesmo prevendo retirar as tropas em breve, o que acabou não acontecendo - diferentemente do que ocorreu com os demais países, que aos poucos foram abandonando a área. A partir do momento em que o Iraque se recusou a proteger as tropas americanas contra processos e julgamentos locais, Barack viu a oportunidade de trazer os soldados de volta para o solo americano. Todavia, a separação do Iraque foi temporária: após dois anos de governo ocorreu a Primavera Árabe, em 2011, “demandando” outra intervenção norte-americana, como ocorreu no apoio ao bombardeio da Líbia e na remoção de Khadafi do poder (JENKINS, 2017).

Barack Obama admitiu que a tortura foi utilizada no passado, mas eliminou-a para o futuro. Todavia, manteve-se aberta a possibilidade de detenção, por tempo indeterminado, de

³¹ Em 2010, o uso de drones no Afeganistão atingiu seu ápice, chegando a 117 ataques. Desde então, o número caiu constantemente.

³² Num discurso dado no Centro de Estudos Internacionais e Estratégicos, em maio de 2010, John Brennan, assistente do Presidente em Segurança Nacional e Contraterrorismo, alegou que a administração vigente não descreveria o inimigo como jihadistas ou Islâmicos, visto que a *jihad* é uma luta religiosa legítima, que busca purificar o indivíduo e a comunidade (RABASA, 2011).

prisioneiros sem julgamento previsto - geralmente por falta de evidências. Suas tentativas de fechar a prisão de Guantánamo foram derrotadas pelo Congresso, assim como a transferência de prisioneiros (THIMM, 2018). Além disso, a respeito das práticas de vigilância em massa, como a coleta de dados virtuais - o maior símbolo do *Patriot Act*, Obama pouco fez para restringir a contínua expansão destas medidas.

Na visão da al-Qaeda, o discurso de Obama e a retirada do Iraque foram vistos como a aceitação da derrota e uma suposta vitória da jihad armada. Contudo, para Wehrey (2011), o maior golpe à organização não foi a atuação estadunidense no Iraque, mas partiu da própria região, com os movimentos de insatisfação daqueles que viviam sob regimes autoritários, principalmente no norte da África. A derrota de Hosni Mubarak no Egito e a revolta na Tunísia, em 2011, simbolizaram a queda de dois governantes impopulares, bem como reforçaram as aspirações norte-americanas para a região. Com isto, foi possível combater dois argumentos da al-Qaeda: o primeiro, que líderes autoritários no Oriente Médio jamais seriam retirados do poder de forma pacífica, sendo a única estratégia viável uma *jihad* armada contra os regimes ou contra seu principal apoiador, os Estados Unidos. O segundo argumento era de que os EUA estavam intrinsecamente comprometidos em sustentar estes déspotas contra a vontade da população (WEHREY, 2011).

A situação no Oriente Médio se deteriorou, abrindo espaço para a atuação dos grupos fundamentalistas, de forma destacada para a separação da al-Qaeda e da emergência do Estado Islâmico, que será tratada na próxima seção. Deparado com esta situação, Obama buscou isentar o país de novos compromissos militares. A fim de reduzir o número de mortes, assim como os custos, responder localmente à ameaça do terrorismo e reduzir a percepção do unilateralismo americano (JENKINS, 2017), Obama buscou uma posição de liderança sem necessariamente combater na linha de frente, o que o fez ser considerado, por muitos, um ator fraco.

Apesar do cansaço em comprometer forças terrestres em combates de terceiros, o impulso de eliminar terroristas mantinha-se presente. Foi Obama o responsável pela busca que matou Osama bin Laden³³. De acordo com Jenkins (2017), também foi em sua administração que cresceu em dez vezes o número de mortes de líderes e atores terroristas na empreitada que Bush havia iniciado. “Operações especiais e ataques aéreos tornaram-se a principal expressão da

³³ Bin Laden faleceu em Abbottabad, no Paquistão, pelas mãos dos Estados Unidos, em maio de 2011. Encontrado em uma grande residência, isolado de qualquer tecnologia, foi baleado por soldados norte-americanos

estratégia contraterrorista norte-americana” (JENKINS, 2017, on-line). Mantendo a estratégia do segundo mandato de Bush para o Iraque, Obama enviou mais 45 mil soldados ao Afeganistão, aumentando a assistência econômica (DOBBINS, 2011). “A democratização foi a última lógica restante para a invasão do Iraque”³⁴ (DOBBINS, 2011, p.19, tradução nossa). Para o autor, a invasão provavelmente retardou a democracia, ao invés de aprimorá-la.

Tanto Bush quanto Obama reconheceram a necessidade de trabalhar com aliados, mesmo que estes não compartilhassem dos mesmos valores americanos, desde que todos se empenhassem na promoção de reformas políticas. Obama renovou o ideal de combater as causas primárias do terrorismo: pobreza, corrupção e opressão. Seus discursos elucidavam a noção de que o terrorismo no Oriente Médio poderia ser reduzido através, principalmente, da eliminação da maior causa de revolta: regimes ditatoriais. Assim, a administração de Obama apoiou a Primavera Árabe, a invasão da Líbia, a Irmandade Muçulmana no Egito e os esforços para derrubar o regime de Assad na Síria (JENKINS, 2017); assim como Bush e possivelmente todos os presidentes anteriores que ilustram a missão dos Estados Unidos na sociedade internacional, Barack Obama acreditava que os EUA deveriam levar a democracia a todos os cantos do mundo, embora Obama, particularmente, tenha dado maior ênfase aos direitos humanos. Tanto Bush quanto Obama estavam determinados em evitar que o contraterrorismo se transformasse numa guerra contra o Islã; assim, Obama se alinhou com personagens vistos como progressistas contra as figuras conservadoras do Oriente Médio (JENKINS, 2017). Evitando posicionar-se entre sunitas e xiitas, Obama negociou um acordo com o Irã que não foi tão bem visto por seus críticos, inclusive por Donald Trump, que alegou que este não fornecia garantias suficientes de que o Irã não desenvolveria armas nucleares. Contudo, não foi desta vez que a sociedade internacional viu uma reaproximação entre Washington e Teerã (JENKINS, 2017).

Embora tenha dado continuidade aos conflitos armados, Obama buscou reverter algumas ações consideradas excessivas da administração Bush, como pode ser visto no fim do uso de técnicas brutais de interrogação e no fechamento da prisão de Guantánamo como centro de detenção. Ao tomar posse, em oposição à noção de Bush de que era necessário destruir a capacidade de estrangeiros atacarem em solo americano, ficava a percepção de que terroristas estrangeiros não seriam uma ameaça imediata aos Estados Unidos. Por outro lado, o terrorismo

³⁴ Democratization then being the last remaining rationale for having invaded Iraq” (DOBBINS, 2011).

doméstico cresceu durante seu governo, como pode ser visto nos ataques em Boston e Orlando. Embora o número de mortes seja exponencialmente inferior àquelas do 11 de setembro, pesquisas de opinião pública ao fim do governo Obama indicam que os americanos estavam, naquele momento, quase tão preocupados em relação ao terrorismo quanto estiveram no imediato 11 de setembro (JENKINS, 2017).

Somando-se aos ataques aéreos por meio de drones, os assassinatos direcionados foram uma prática continuada, culminando na morte de bin Laden, em Abbottabad, no Paquistão, em maio de 2011 (THIMM, 2018)³⁵. Estas práticas muitas vezes não identificavam as vítimas, visto que as mesmas eram selecionadas através de padrões de comportamento suspeito, embora Obama tenha tentado tornar estas práticas mais transparentes, justificando-as legalmente. Em 2013, com a publicação de documentos sigilosos por parte de Edward Snowden, veio a público o programa de vigilância em massa, levando a questionamentos por parte da população. Duas mudanças políticas ocorreram: primeiramente, Obama emitiu a Diretiva Política Presidencial 28, delimitando a espionagem e a vigilância em alvos estrangeiros, reconhecendo que estes também possuem direito de privacidade, que só poderia ser infringido em circunstâncias especiais. Além disso, a espionagem foi limitada a seis objetivos: é autorizada para detectar espionagem estrangeira, ameaças terroristas, proliferação de armas de destruição em massa, ameaças aos EUA e seus aliados, ameaças à cibersegurança e ameaças de crimes transnacionais (THIMM, 2018).

Por outro lado, a política de *targeted killings*, mortes específicas planejadas, nunca foi questionada: o uso de drones para assassinar terroristas nunca foi segredo. A expansão desta política em sua administração não gerou grande resistência política, apesar das inúmeras críticas provindas de organizações de direitos humanos. As críticas de Obama em relação a Bush não necessariamente condenavam as violações de direitos humanos e civis, mas sim lamentavam o fato do presidente anterior agir por conta própria, sem uma base legal; esta, enfim, foi criada no governo de Obama, justificando as práticas existentes (THIMM, 2018).

³⁵ Em seu discurso após a morte de Osama bin Laden, Obama proferiu: "As a country, we will never tolerate our security being threatened, nor stand idly by when our people have been killed. We will be relentless in defense of our citizens and our friends and allies. We will be true to the values that make us who we are. And on nights like this one, we can say to those families who have lost loved ones to Al Qaeda's terror: Justice has been done." (OBAMA, 2011)

Ainda em 2013, Obama restringiu as condições das operações acima citadas: deveria haver praticamente certeza de que o alvo das *targeted killings* seria a pessoa buscada, garantindo que nenhum civil ficasse ferido no processo, e o governo do local do ataque deveria provar-se incapaz - ou indisposto - a tomar as medidas necessárias para conter a ameaça (THIMM, 2018). O presidente também transferiu o controle da condução dos ataques das mãos da CIA para os militares. Para o autor Johannes Thimm (2018), Obama estava mais interessado em estabelecer argumentos formais, perante a lei, sobre suas políticas, do que efetivamente fortalecer os direitos humanos e civis. De qualquer forma, o presidente foi bem-sucedido em justificar legalmente suas políticas praticadas.

Além de ataques de drones e incursões isoladas, há pouco a ser feito militarmente para além do Afeganistão e do Iraque, a não ser colocar mais tropas terrestres nas regiões de abrigos da al-Qaeda e esperar que as nações que sediam estes abrigos tomem atitudes independentes. É indispensável reconhecer, também que os ataques de drones não são tão eficazes na destruição dos refúgios na região, embora sejam úteis para amedrontar os membros da al-Qaeda e até mesmo para romper certas operações logísticas; eles vitimizam indivíduos importantes para a organização e estimulam a retirada dos membros do local, mas não significam o desmantelamento do grupo. Por fim, Paul (2011) sugere que a estratégia mais eficaz seria isolar os refúgios da al-Qaeda em vez de eliminá-los, visto que ao derrotar um, outro pode surgir em uma região diferente. É preciso dificultar a comunicação e também reforçar a aplicação da lei, explorando outras atividades ilícitas das quais os membros fazem parte.

Na Estratégia Nacional de Contraterrorismo de seu governo, publicada em junho de 2011, o foco primário era a ameaça terrorista ainda presente da al-Qaeda e de suas entidades associadas, visando romper, desmontar e derrotar a organização e aquelas a ela vinculadas, garantindo a segurança e os interesses dos cidadãos norte-americanos. Sua abordagem visava manter princípios e valores estadunidenses históricos – a democracia, o livre comércio, os livres mercados e os direitos humanos. No que tange à segurança nacional, as principais preocupações em seu governo eram as questões herdadas de Bush: o terrorismo, as armas de destruição em massa e os fluxos internacionais de petróleo. Porém, surgem dois pontos complementares - em oposição à estratégia mais militarizada e assertiva de George Bush, orientada pela Guerra ao Terror e pela guerra preventiva: primeiramente, a defesa do fortalecimento econômico do país e de uma alocação mais consciente de recursos, especialmente os militares, através da análise de

custos e benefícios, bem como das prioridades estratégicas do país; em seguida, a busca por uma melhor divisão de “fardos” na manutenção da segurança e da ordem globais, contando com uma participação mais ativa de organismos internacionais e de aliados regionais (UNITED STATES OF AMERICA, 2011).

Na gestão Obama, a principal preocupação passou do Afeganistão, do Paquistão e da al-Qaeda para o combate ao Estado Islâmico no Iraque e na Síria – sem, entretanto, representar um abandono da primeira questão, paralelamente à construção de capacidades de parceiros que possam, com apoio norte-americano, participar mais ativamente na resolução de focos de instabilidade regionais. A construção de parcerias voltadas à segurança, à aplicação apropriada de ferramentas e capacidades e a construção de uma cultura de resiliência também foram pilares importantes em sua abordagem. O engajamento dos Estados Unidos nas demais regiões do globo pode, assim, ser caracterizado como seletivo, na medida em que nota-se uma priorização da atuação de forma a ‘desradicalizar’ o extremismo islâmico, abordando a questão de forma racional e menos ofensiva, embora não menos firme, assim como busca-se retomar a posição de poder americana, enfraquecida por conflitos desnecessários, mas que poderia ser reconquistada com o auxílio de parceiros dispostos a dividir a responsabilidade de combater o terror.

4.2 O ESTADO ISLÂMICO: UMA NOVA AMEAÇA?

A morte de Osama bin Laden, ocorrida em maio de 2011, não colocou um ponto final na al-Qaeda ou em sua campanha terrorista. Sua organização serviu de inspiração para outras redes informais, que continuaram ameaçando a supremacia norte-americana e a segurança global. A nova geração de insurgentes, com inclinações mais radicais, sofreu influência da internet ou até mesmo da interação com redes extremistas locais, favorecendo a descentralização do poder nestas organizações, mas mantendo a ameaça aos Estados Unidos.

Com o falecimento também de al-Zarqawi, líder da al-Qaeda no Iraque, em 2006, subiu à liderança do movimento Abu Omar al-Baghdadi, em 2010, que deu continuidade aos conflitos sectários já existentes na região. Suas práticas diferenciavam-se das de bin Laden, sendo mais agressivas. Ao investir na Síria, aproveitando-se de sua fragilidade interna, fundou o Estado Islâmico do Iraque e al-Sham (ISIS), visando controlar áreas onde pudesse estabelecer seu futuro Califado. Após ser instruído por al-Zawahiri, líder da al-Qaeda original, a permanecer

exclusivamente no Iraque, al-Baghdadi não aceitou o veredicto, pois acreditava que isso reforçava as divisões estabelecidas pelo Ocidente. Assim, devido à incompatibilidade de princípios e ideais, acabou sendo expulso da al-Qaeda, gerando disputa por recrutas e territórios, restando-lhe apenas a organização que ele próprio havia fundado, que se consolidou na Síria. Mais tarde, a organização de al-Baghdadi tomou Mossul, a segunda maior cidade do Iraque, em 2014, e lá buscou estabelecer um califado, autoproclamando-se califa, gerando ressentimento nos demais muçulmanos por não contar com o consenso da comunidade. A partir de então, o Estado Islâmico alcançou destaque global, chegando à forma que conhecemos hoje. Ocupando boa parte dos territórios sírios e iraquianos, a organização possui diversos níveis burocráticos. Segundo Weiss e Hassan (2015),

O Estado Islâmico é na realidade o último fronte em uma combinação sangrenta de uma longa disputa dentro da hierarquia do jihadismo internacional. Abu Musab al-Zarqawi e Osama bin Laden ajudaram a partir o Iraque ao meio, inspiraram atrocidades xiitas em resposta e provocaram um dano sangrento em vidas norte-americanas e aliadas. É esta a história que une a última década de conflitos com as agendas dos regimes no Irã e na Síria, e sem a qual não podemos compreender verdadeiramente o EI hoje (WEISS; HASSAN, 2015, p.13-14).

Funcionando como um verdadeiro Estado, embora não reconhecido pela ONU, o EI possuía território, exércitos e cobrava impostos da população com o pretexto de resguardar a região e manter a segurança, assim como também vendia petróleo contrabandeado de refinarias da região, obtendo também o monopólio do fornecimento de água (WEISS; HASSAN, 2015). Diferenciou-se da al-Qaeda no sentido em que desenvolveu uma forma mais brutal de terrorismo, buscando o estabelecimento de um califado regional ao invés de propagar a jihad global, combatendo o Ocidente. A maioria de seus seguidores são jovens sunitas. Dentre seus objetivos, podemos mencionar a tentativa de restaurar uma forma de governo puramente islâmica, mais representativa do grupo sunita, combatendo os xiitas e evitando ‘desvios’, purificando a sociedade e combatendo a corrupção, seja ela ideológica ou religiosa, através da recriação do islamismo sunita.

Para estabelecer este califado proposto, necessitava-se o controle de grandes partes do território, eliminando os líderes atuais, os estrangeiros e os corrompidos, instaurando um regime totalitário que forneceria serviços básicos de Estado, expandindo o Islã e a lei Shari'ah através da agregação de novas áreas conquistadas. Diferentemente da al-Qaeda, o Estado Islâmico oferece uma maior gama de razões para juntar-se ao grupo, como por exemplo a possibilidade de lutar por causas humanitárias e por Deus, a utilização de violência e brutalidade, a realização espiritual e possibilidade de melhorar a situação material e o sentimento de poder, dentre outros. (SIEBERT; VON WINTERFELDT; JOHN, 2016).

Ao enfrentar um governo, especialmente um da magnitude dos Estados Unidos, a contrarresposta mais lógica de um grupo terrorista é aumentar a dramaticidade dos atentados, e isto pode ser obtido de forma mais eficaz através do aumento do número de vítimas em cada atentado. Ou, no caso do Estado Islâmico, aumentando a dramaticidade das mortes. Sabe-se que o recurso ao terrorismo é extremamente arriscado, sendo utilizado de forma majoritária por atores fracos, sem poder de mudança dentro de seu território de atuação através dos meios convencionais. Os grupos rebeldes empregam estas estratégias, consideradas fracas, devido a sua necessidade de urgência ou na observação de uma janela de oportunidade política, quando não há tempo para abordagens mais lentas (DINIZ, 2006), e é necessário mostrar sua abrangência em escala global. Desta forma, a organização insiste em encorajar e clamar autoria por ataques independentes em diversas regiões do mundo, principalmente daqueles apoiadores da organização que não conseguem deslocar-se para a sede do Estado Islâmico. Tais indivíduos são representados como soldados, embora nem sempre seja confirmado o vínculo do responsável com a organização islâmica. A comunidade de inteligência norte-americana reconhece que a organização ainda é uma ameaça aos interesses e parceiros americanos, embora o maior temor seja o de ataques organizados por extremistas baseados dentro dos Estados Unidos (BLANCHARD; HUMUD, 2018).

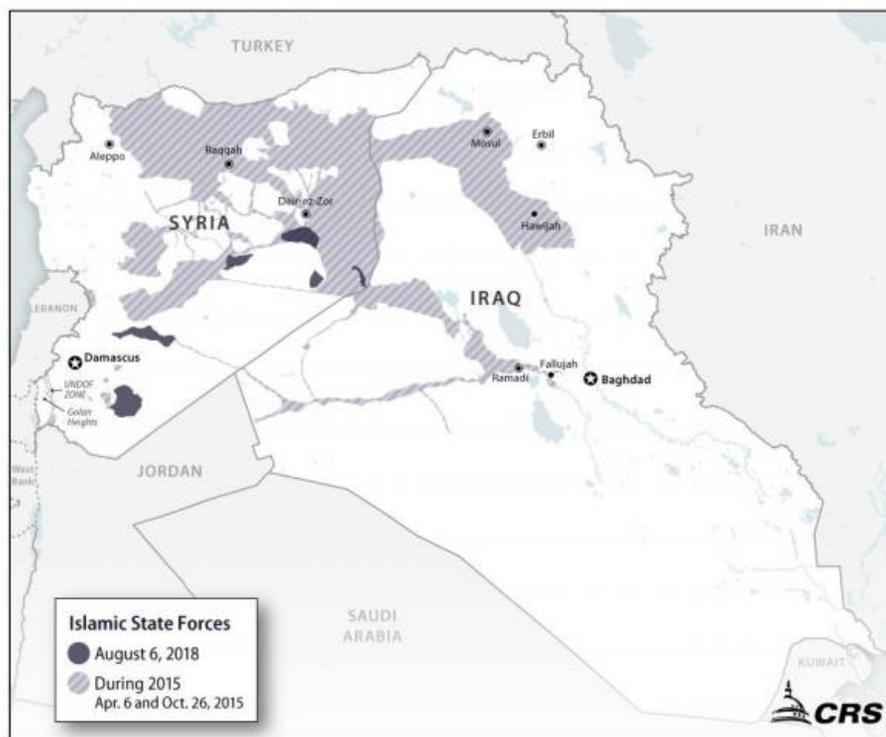
Em setembro de 2015, pouco antes de terminar seu segundo mandato, Obama afirmou que estava auxiliando outros países a combater as ameaças terroristas, de forma destacada o Estado Islâmico e o Boko Haram, por meio do suporte aos programas de contraterrorismo das regiões sob ameaça destes grupos. Barack alegou que não seria suficiente derrotar o Estado Islâmico no “campo de batalha”, sendo necessário, também, prevenir a radicalização do grupo e da região, assim como o recrutamento e a influência sobre os combatentes, derrotando, de forma primária,

sua ideologia (OBAMA, 2015). É importante destacar que o contra-ataque norte-americano na região se iniciou em 2014, com o apoio dos exércitos regionais. Os Estados Unidos veem, então, como única saída para combater o grupo, unir-se aos países do Oriente Médio que antes caracterizavam-se como os principais inimigos norte-americanos na região, derrotando os insurgentes através de uma ação militar direta, sem necessariamente utilizar recursos exclusivamente estadunidenses.

Desde setembro de 2014, Washington já havia lançado mais de 11 mil ataques aéreos no Iraque e na Síria, vitimizando aproximadamente 25 mil combatentes do Estado Islâmico. Estima-se que, entre agosto de 2014 e fevereiro de 2016, o grupo tenha perdido entre 25 e 30% do território, visto que as finanças, os fluxos de recrutamento, os meios de comunicação, o alcance ao público e sua liderança foram abalados (BLANCHARD; HUMUD, 2018).

Para Cordesman (2017), o Estado Islâmico é relevante, mas não é o principal foco do terrorismo. Quase todas suas agressões extremistas são direcionadas aos próprios muçulmanos, e não à população ocidental. Apesar de ser o maior símbolo do terrorismo na contemporaneidade, o Estado Islâmico só foi responsável por 9% dos ataques mundiais em 2015. Martha Crenshaw (1998), a respeito da efetividade *versus* o sucesso dos terroristas, explica que seus ataques são eficazes quando geram uma mudança no comportamento do seu alvo, mas são considerados bem-sucedidos apenas quando esta mudança se dá na direção desejada. Não foi o que aconteceu nos Estados Unidos: apesar de terem sido eficazes ao sensibilizar a população americana para uma ameaça presente, não obtiveram sucesso no sentido em que, ao invés de terem expulsado as forças estadunidenses do Oriente Médio, fizeram com que a presença ocidental fosse ainda mais ampla na região, resultando em intervenções mais profundas e custosas.

Figura 3 - Perda de Territórios Controlados pelo Estado Islâmico na Síria e no Iraque, entre 2015 e 2018



Source: CRS using IHS Markit Conflict Monitor, ESRI, and U.S. State Department data.

Fonte: Quaglia (2018)

4.3 OITO ANOS NO PODER: O LEGADO DE OBAMA E A OPINIÃO PÚBLICA

Em sua campanha de reeleição, no ano de 2011, Obama competiu com Mitt Romney, candidato republicano visto pelo público como honesto, mas também como um homem rico. Representante da classe empresária, não inspirava muita confiança por parte da população (PEW RESEARCH CENTER, 2012); já Obama, que em sua primeira eleição foi descrito com palavras-chave como “inexperiência” e “mudança”, era visto pelos norte-americanos como “esforçado” e “bom” para a reeleição, embora alguns também o considerassem incompetente (PEW RESEARCH CENTER, 2012b). Angariando maior apoio do que Romney, principalmente da população negra, latina e asiática, além de boa parte das mulheres e jovens, Obama destacava-se como o candidato que mais se conectava com o cidadão mediano, tendo posições consistentes, bom discernimento em momentos de crise e sendo um líder visto como forte, disposto a tomar

medidas impopulares a fim de alcançar os objetivos do país, sendo também o mais apto para conduzir a política externa dos EUA, especialmente no que dizia respeito ao Oriente Médio (PEW RESEARCH CENTER, 2012c).

A respeito da política externa, Obama comprovou seu sucesso ao ter retirado as tropas estadunidenses do Iraque e através do assassinato de Osama bin Laden, embora Romney argumentasse que os Estados Unidos já haviam perdido seu “momento” de atuação nas questões globais sob o comando de Barack. A vitória foi apertada em consideração à escolha dos cidadãos, e as eleições de 2012 foram ainda mais custosas que as de 2004, quebrando o recorde e arrecadando 6 bilhões de dólares (MUNRO, 2019).

Foi notável, também, a queda de apoio à al-Qaeda, principalmente entre os povos do Oriente Médio. De acordo com uma pesquisa de opinião pública efetuada em 2009 pelo PEW Research Center, mais de 75% dos habitantes do Paquistão se opunham à presença da al-Qaeda (PEW RESEARCH CENTER, 2009); entre 2001 e 2011, a visão positiva da al-Qaeda caiu no Oriente Médio e na Ásia (PEW RESEARCH CENTER, 2014). Ocorreu uma oposição às ideologias e táticas da organização, em específico no que tange à morte de civis, até mesmo dentro de grupos islâmicos mais conservadores (JONES, 2011). Com o passar dos anos, considerando os erros cometidos pela organização e a mudança na estratégia norte-americana, aproveitando-se do aumento do ressentimento das tribos locais afegãs, percebeu-se a exaustão do movimento terrorista, que se encontrava isolado e cheio de contradições (WEHREY, 2011).

O alvo da estratégia norte-americana contra a al-Qaeda eram os abrigos da organização na região afegã e paquistanesa, alegando que seu núcleo tinha prioridade de destruição, a fim de prevenir seu retorno ativo. Todavia, a única forma de romper, desmantelar e derrotar os refúgios da al-Qaeda seria através da invasão, ocupação e tomada de controle da população e do território, estabelecendo um governo democrático (CRAGIN, 2011). Contudo, isto se deu em um contexto de contenção de gastos na economia estadunidense; considerando que estes elevaram-se ao sustentar os soldados no Afeganistão, tornou-se uma abordagem inviável. Apesar de todos estes esforços, a al-Qaeda ainda permaneceria existindo no Paquistão, no Iêmen, na Somália e nos demais países que lhe oferecessem apoio. Assim, a proposta de Cragin (2011) não seria a eliminação da organização, mas o isolamento da mesma.

Tanto na Estratégia de Segurança Nacional de 2010 quanto na de 2015, mantiveram-se os princípios de liberdade política, econômica e civil, o respeito à dignidade humana, à democracia,

à justiça e às leis internacionais. A missão de liderança norte-americana permaneceu constante, reafirmando o posicionamento do país como fonte de força para o mundo, criando e moldando regras, instituições e normas para a paz, a segurança, a prosperidade, a liberdade e a proteção dos direitos humanos (UNITED STATES OF AMERICA, 2015). Assim, é perceptível que as noções de liberdade e segurança para o mundo todo são um reflexo das perspectivas direcionadas ao ambiente doméstico norte-americano. Além disso, mantiveram-se as diretrizes de fortalecimento da segurança e do sentimento de resiliência e a contenção do desenvolvimento de armas nucleares e biológicas por outros países.

A grande premissa da administração Obama foi estabelecer estratégias mais eficazes no combate de ameaças que não eram eliminadas, exclusivamente, pelos esforços militares, o que ocorreria por meio do fortalecimento nacional, da manutenção de sua posição privilegiada de *hegemon* e de sua superioridade de recursos no Sistema Internacional. Todavia, a manutenção da ordem estaria sujeita ao comprometimento dos demais países do SI e das organizações multilaterais, como a OTAN e a ONU. “Embora o uso da força às vezes seja necessário, esgotaremos outras opções antes da guerra sempre que pudermos e pesaremos cuidadosamente os custos e os riscos da ação contra os custos e os riscos da inação” (UNITED STATES OF AMERICA, 2010, p.22, tradução nossa).

Embora a ocorrência de ataques terroristas no território doméstico tenha reduzido, os documentos da gestão Obama reforçam o comprometimento dos EUA e de seus aliados no desmantelamento e eliminação global das ameaças terroristas, reforçando, principalmente, as fronteiras nacionais. Como exemplo de algumas mudanças ocorridas em sua administração, podemos citar o fato de que o número de vistos negados devido à suspeita de vínculos com o terrorismo aumentou de 47, em 2002, para 683, em 2010 (RILEY, 2011). Pesquisadores estimam, também, que os ataques de 11 de setembro geraram mais de 2,200 mortes no trânsito, nos Estados Unidos, até o meio de 2003 (RILEY, 2011). Isto devido ao temor da ocorrência de mais ataques em aviões, aumentando o número de viagens feitas por meios de transporte como carros, motos e ônibus.

A derrocada da defesa iraquiana, devido à forte atuação do Estado Islâmico, demandou que os Estados Unidos renovassem suas operações militares a fim de evitar o aumento do número de mortos e de impedir que a nova organização terrorista se tornasse uma base de operações contra o Ocidente. Assim, formou-se uma coalizão internacional que iniciou uma campanha

aérea, apoiando as forças terrestres iraquianas, curdas e árabes no Iraque e na Síria (JENKINS, 2017). Os EUA também apoiaram a região do Iêmen, que passava por uma nova guerra civil e recebeu a intervenção militar da Arábia Saudita, cujo apoio logístico foi dado, logicamente, pelos Estados Unidos. Apesar de ter se proposto a encerrar a atuação no Afeganistão e no Iraque, Obama notou, ao fim de seu segundo mandato, que havia se envolvido ainda mais em operações militares na Ásia e no Oriente Médio (JENKINS, 2017).

Na estratégia de 2010 o foco da ameaça era o Afeganistão e o Paquistão, sendo a al-Qaeda o inimigo prioritário. Buscava-se negar ao Talibã a capacidade de derrubar o governo e viabilizar o fortalecimento das forças militares nacionais. No que diz respeito ao Iraque, o objetivo após a derrota do regime de Saddam Hussein seria reconstruir e estabilizar o país, apoiando o processo de transição democrática; a ideia era remover todas as tropas da região até o final de 2011. Já no documento de 2015, é retomado o compromisso de combater a al-Qaeda e retirar tropas da região iraquiana e afegã, mas o foco estratégico, antes direcionado ao Afeganistão e ao Paquistão, passou para o Iraque e a Síria, devido ao fortalecimento do Estado Islâmico, cuja derrota torna-se o objetivo primário de Washington. Não obstante, há a preocupação com a Guerra da Síria, também conhecida como Primavera Árabe, cuja solução seria a transição política para uma forma mais democrática de governo (UNITED STATES OF AMERICA, 2015).

Num contexto em que é buscado o reordenamento do mundo, tendo protagonismo os países mais poderosos, as guerras do Iraque e do Afeganistão foram apenas parte de um esforço universal de criar uma nova ordem mundial através da “disseminação da democracia”, partindo do pressuposto de que tal sistema é aplicável de forma padrão a todas as sociedades, podendo nelas ser bem-sucedida e solucionar os problemas contemporâneos, o que é falseável. Todavia, na ausência de um órgão multinacional que seja obedecido, regendo uma governança internacional efetiva, muitos países continuam dispostos a apoiar uma ordem mundial imposta pelos Estados Unidos, visto que, combinando seu egocentrismo, sua megalomania e seu messianismo, os EUA são, pelo menos a princípio, imbatíveis em sua supremacia tecnológica e militar, crendo que seu poder material não possui limites. Para Hobsbawm (2005), sendo resultado da combinação de um estado de direito, liberdade, competição entre empresas privadas e eleições regulares, o país seria o exemplo de uma sociedade livre, na qual o mundo poderia se basear em sua reconstrução.

A preocupação com o terrorismo parece ter aumentado no último ano de governo Obama: 29% dos entrevistados pelo PEW Research Center em 2015 acreditavam ser o maior perigo à

nação, enquanto no ano anterior, apenas 4% dos entrevistados mencionou o tópico, caracterizando o resultado de 2015 como o mais alto desde fevereiro de 2003. O tema tomou o lugar da economia, que até então era uma preocupação constante na era pós-crise de 2008 (PEW RESEARCH CENTER, 2015). Enquanto isso, a avaliação da população referente às medidas tomadas pelo governo para reduzir a ameaça terrorista foi a mais baixa desde setembro de 2001, demonstrando que os esforços de Obama não estavam sendo bem-sucedidos, mostrando-se insuficientes para solucionar o problema, além de invadir as liberdades pessoais de forma exagerada (PEW RESEARCH CENTER, 2016e)

Diferente do que ocorreu com Bush, cuja taxa de aprovação do governo foi baixa e 57% da população acreditava que o mesmo seria lembrado como um presidente fraco (PEW RESEARCH CENTER, 2016e), Obama deixou o cargo com aproximadamente 45% da população afirmando que seu governo seria lembrado com destaque. Acredita-se que a maior herança de seu governo seria o *Affordable Care Act*, também conhecido como *Obamacare*, lei que reduziu os custos para que camadas mais pobres da população tivessem acesso a serviços de saúde (PEW RESEARCH CENTER, 2016e). Aproximadamente 64% dos democratas e 60% dos republicanos apoiaram as iniciativas de Obama em sua campanha contra o Estado Islâmico, assim como os ataques conduzidos por drones (58% de aprovação), embora poucos acreditassem que isto tornaria o país mais protegido de outros ataques terroristas (PEW RESEARCH CENTER, 2016f; 2016g).

5 O GOVERNO TRUMP: ERA DE INCERTEZAS

Embora o terrorismo não seja mais uma questão urgente a nível global, é uma preocupação constante na sucessão presidencial norte-americana. A ameaça existencial imediatamente aos atentados passou, mas o tempo permitiu que vários métodos controversos tenham sido institucionalizados, padronizando políticas antes consideradas excepcionais. Em uma pesquisa conduzida pelo PEW Research Center (2016a), ainda sob influência da atuação de Obama, 40% do público respondeu acreditar que a capacidade de ataque por parte dos terroristas é ainda maior do que à época dos ataques, sendo grande maioria desta porcentagem republicana; fenômeno semelhante aconteceu durante o governo de Bush, onde democratas acreditavam no aumento da probabilidade de ataque, demonstrando que é geralmente a oposição do governo vigente quem mais crê nestas possibilidades. Outra preocupação era a respeito da vigilância: a revelação dos programas do governo preocuparam os cidadãos, que acreditavam que o Estado não os protegia o suficiente do terrorismo, embora acreditassem que as políticas eram demasiado invasivas em suas privacidades e restrições civis (PEW RESEARCH CENTER, 2016a).

5.1 DO DEMOCRATA AO REPUBLICANO: A TRANSIÇÃO

Nós vamos unir o mundo civilizado contra o terrorismo radical islâmico, o qual nós vamos erradicar completamente da face da terra. ³⁶(TRUMP, 2017)

Durante a campanha eleitoral de 2016, a maioria dos candidatos republicanos defendeu a reintrodução de táticas “avançadas” de interrogação - um eufemismo para tortura, ação que Donald Trump aprovou em seu discurso. O candidato incitou o temor ao terrorismo, prometendo banir muçulmanos de ingressarem no território norte-americano e marcando terroristas como alvos, onde quer que fossem encontrados. O terrorismo foi uma questão central em sua campanha, embora considerasse mais importante, para os anos futuros, a relação entre as grandes potências, num viés realista. Ao assumir a presidência, suas ações demonstram que houve uma

³⁶ We will [...] unite the civilized world against Radical Islamic Terrorism, which we will eradicate completely from the face of the Earth.” (TRUMP, 2017)

escalada, e não uma limitação da guerra: Trump ampliou as operações contraterroristas ao redor do globo, reconhecendo o terrorismo como fundamentalmente enraizado na ideologia islâmica (DIAMOND, 2018). Não obstante, Trump ainda declarou, repetidamente, que os direitos humanos não são uma prioridade na política externa dos EUA (THIMMES, 2018).

Donald Trump mostrou pouca consideração a mulheres, muçulmanos, hispânicos e negros durante sua campanha, assim como pelas “instituições e tradições democráticas da nação” (PEW RESEARCH CENTER, 2016b). Disputando a presidência com Hillary Clinton, por muitos considerada bem-qualificada para o cargo, a candidata foi bastante criticada pelo colega: Donald Trump foi o maior crítico da concorrência desde as eleições de 1988 (PEW RESEARCH CENTER, 2016b). A maioria dos eleitores acreditava que a campanha norte-americana contra o Estado Islâmico não ia bem, especialmente os eleitores republicanos, que em grande parte (67%) acreditava que os Estados Unidos não estavam fazendo o suficiente para combater a ameaça, assim como 87% deste mesmo grupo acreditava que os EUA não deveriam responsabilizar-se por receber refugiados sírios. Por outro lado, eleitores de Hillary Clinton, em sua maioria (69%), acreditavam que os Estados Unidos seriam, sim, responsáveis pelo acolhimento destes migrantes (PEW RESEARCH CENTER, 2016b). Dentre as principais preocupações dos eleitores nas eleições de 2016, podemos citar a imigração ilegal, o terrorismo, o desemprego, a desigualdade de renda, a violência armada, as drogas e as mudanças climáticas. As perspectivas para qualquer um dos ganhadores da corrida eleitoral não eram boas, visto que a população se encontrava descrente de um governo moral, que forneceria melhorias e administraria o país de forma transparente (PEW RESEARCH CENTER, 2016c).

A respeito do resultado final das eleições, a ascensão de Trump ao poder dividiu opiniões de forma praticamente igual: enquanto 48% disseram-se insatisfeitos com o resultado, 50% consideraram-se realizados (PEW RESEARCH CENTER, 2016d). Tendo perdido na contabilidade de votos populares, Trump foi eleito pelo colégio eleitoral, surpreendendo não só os norte-americanos, mas o mundo inteiro. A eleição de um empresário sem histórico e experiência política demonstrou a insatisfação de boa parte da sociedade com as burocracias vigentes até então, assim como representou uma renovação após oito anos de um governante no poder - fenômeno que também ocorreu com o democrata Bill Clinton, na presidência de 1993 a

2001, e com o republicano George W. Bush, de 2001 a 2009. Buscava-se, então, uma renovação na política externa, retomando a dominância anterior dos Estados Unidos³⁷.

No início de seu governo, era esperado um aumento nos ataques via drones, revertendo os esforços de Obama. Assim, cada vez mais ocorria a normalização desta guerra sem fim que é o combate ao terrorismo, visto que apenas as organizações voltadas à proteção de direitos humanos levantaram críticas, enquanto a opinião pública apoiou o programa de drones (THIMMES, 2018). A Estratégia Nacional de Contraterrorismo de Donald Trump não direcionou recursos ou acrescentou financiamento para as operações: sua ideia era isolar grupos terroristas de suas redes de apoio e financiamento, ampliando as capacidades dos aliados norte-americanos e melhorando a infraestrutura e preparação dos mesmos. Fica claro, no documento, que os Estados Unidos “permanecem em guerra” contra o terror (DIAMOND, 2018).

Ao tomar posse, Trump encontrou um eleitorado no qual 79% das pessoas acreditavam que o Estado Islâmico representava o maior perigo à nação, e outros 71% temiam ciberataques de outros países. A Coreia do Norte e seus possíveis ataques nucleares assustavam 64% dos norte-americanos (PEW RESEARCH CENTER, 2017). Menos de um mês após o início de seu mandato, já era possível dizer que sua aprovação era a mais baixa dos últimos trinta anos (PEW RESEARCH CENTER, 2017b). Após sete meses de governo, 45% da população concordava com poucas ou nenhuma de suas políticas (PEW RESEARCH CENTER, 2017c). Já ao final do mesmo ano, o principal tópico de preocupação da população tornou-se a Coreia do Norte nuclearmente armada, passando o terrorismo para o terceiro lugar, ficando atrás dos ciberataques (PEW RESEARCH CENTER, 2017d). Talvez essa alteração se deva pelo fato de que a campanha contra o Estado Islâmico alcançou resultados significativos, visto que 69% da população aprovou a campanha militar contra os islâmicos.

Em sua Estratégia Nacional de Contraterrorismo, anunciada em outubro de 2018, Trump se orgulha em afirmar que sua presidência é responsável pela quase-erradicação do Estado Islâmico no Iraque e na Síria, orgulhando-se também em desfazer o tratado de acordo nuclear com o Irã. Sua estratégia delimita a abordagem americana no combate a ameaças complexas e em constante desenvolvimento, representando a primeira estratégia efetivamente articulada desde

³⁷ Outra figura importante na eleição foi Bernie Sanders, considerado um socialista democrata, que, junto de Hillary Clinton, representavam a oposição a Trump, embora fossem vistos como uma continuação do governo Obama.

2011 (DIAMOND, 2018). Além disso, o documento não aborda apenas as formas de terrorismo islâmicas, abrangendo também o extremismo racial, dos direitos animais, ambiental, de soberania e de milícias (DIAMOND, 2018). O presidente convoca o combate retomando as vitórias anteriores contra a opressão, o fascismo e o totalitarismo, lembrando e honrando aqueles que morreram no 11 de setembro e invocando o espírito de serviço e auto sacrifício em prol de um bem coletivo, afirmando que os Estados Unidos são uma nação em guerra, sendo esta uma que o país conseguirá vencer. Isto justifica também o maior escrutínio de aplicações de visto de entrada no país (UNITED STATES OF AMERICA, 2018).

O documento contém seis principais áreas de atuação: a perseguição de terroristas e suas origens, cortando sua capacidade de condução de ataques; o isolamento dos mesmos em relação às suas redes de apoio, cortando suas fontes de provimento; a modernização e integração de ferramentas e agências de combate ao terrorismo; a proteção à infraestrutura americana e o aumento do sentimento e da atitude de resiliência, reforçando as fronteiras e a aplicação da lei; o combate à radicalização terrorista e ao recrutamento, impedindo a aquisição de novos materiais por parte destas organizações dissidentes, especialmente de armas químicas, biológicas e nucleares; e o fortalecimento das habilidades de contraterrorismo dos parceiros internacionais dos Estados Unidos, atuando mais fortemente no combate e prevenção ao terrorismo (UNITED STATES OF AMERICA, 2018). Trump acredita que o uso de métodos escusos de interrogação, como afogamentos, é eficaz na obtenção de informações. Afirmou não desejar fechar a prisão de Guantánamo, em Cuba, e considera trazer novos prisioneiros ao local (THIMM, 2018).

A respeito dos grupos radicais islâmicos, o presidente destacou que seus métodos cambiantes são um desafio ao combate norte-americano, considerando que aqueles estabelecem instituições de governo nas regiões em que atuam, desenvolvem dispositivos sofisticados para combater os procedimentos aéreos de segurança, e utilizam-se de mídias qualificadas para recrutar membros, afirmando que, no futuro, estas estratégias serão ainda mais qualificadas e adaptadas para os avanços tecnológicos, sendo imprescindível que os esforços de combate se modernizem na mesma velocidade (THIMM, 2018).

Trump também ressaltou que revitalizou as forças militares, prevalecendo em relação aos terroristas, utilizando todas as ferramentas disponíveis para combatê-los, deixá-los sem apoio e preveni-los de recrutar novos integrantes. Também destacou os esforços na dissolução de novas ameaças dentro das fronteiras nacionais, enfatizando o uso de todos os elementos de poder

nacional neste combate - aplicando força total, se necessário³⁸. Outro ponto importante foi garantir a infraestrutura do país, de modo a deter e prevenir ataques, bem como desenvolver a resiliência para recuperar-se rapidamente caso um ataque ocorra. Trump propõe uma nova abordagem, onde o país, seus interesses, aliados e parceiros são protegidos, derrotando grupos radicais como o Estado Islâmico e a al-Qaeda, expandindo as ferramentas para prevenir futuros ataques, conter ameaças emergentes, reverter a suposta rede terrorista iraniana e garantir a contínua segurança dos Estados Unidos (UNITED STATES OF AMERICA, 2018).

Especificamente falando, o documento detalha seis esforços no combate às ameaças terroristas. A primeira abordagem seria a perseguição aos terroristas em seus lares e “berços” de insurgência, localizando e pressionando seus atores principais, alcançando áreas onde é difícil estabelecer a presença física dos Estados Unidos na proteção dos seus interesses. Ao trabalhar com parceiros, usar-se-ia efetivamente as leis do conflito armado na detenção de inimigos, preservando a capacidade de detenção dos terroristas nas instalações estadunidenses, como em Guantánamo, integrando também o compartilhamento de informações e ampliando as comunicações estratégicas. O segundo ponto seria o isolamento dos grupos em relação às suas fontes financeiras, materiais e logísticas; dada a ampliação do acesso à informação, as tecnologias de combate tornam-se acessíveis ao público, o que permite coletar informações úteis na identificação de indivíduos que sejam ameaças, evitando a angariação de fundos para as organizações terroristas, cortando seu financiamento; prevenindo a aquisição de material bélico e tecnológico e identificando e punindo estados que apoiem o terrorismo (UNITED STATES OF AMERICA, 2018).

Em terceiro lugar, a modernização e integração de ferramentas e autoridades para combater o terrorismo e proteger o território nacional aumentaria a segurança nas fronteiras, prevenindo a entrada de terroristas no território norte-americano. O reforço da inteligência a todos os níveis locais, a modernização das tecnologias de processamento de dados e a ampliação da coleta de dados pessoais, junto do compartilhamento de informações, seriam extremamente úteis na atualização das políticas de contraterrorismo (UNITED STATES OF AMERICA, 2018).

A proteção da infraestrutura interna e melhorias na preparação para ameaças que surgirem seria o quarto ponto, viabilizando reforçar a infraestrutura, trazendo inovações para os sistemas

³⁸ Uma de suas primeiras ações foi ordenar uma operação de forças especiais contra a al-Qaeda no Iêmen, matando 14 pessoas, incluindo civis (THIMM, 2018).

de defesa, além da consciência da ameaça terrorista aos diversos setores da sociedade, preparando-os para uma resposta rápida através de campanhas, treinamentos e de uma rápida recuperação (UNITED STATES OF AMERICA, 2018).

O esforço contraterrorista, sendo o penúltimo ponto, buscaria prevenir a radicalização e o uso da violência em ideologias voltadas para o extremismo, combatendo as mesmas através da promoção de alternativas com as quais os insurgentes pudessem se identificar, aumentando o engajamento público e a diplomacia no combate às ameaças, apoiando intervenções, reinserindo indivíduos encarcerados em suas comunidades, combatendo a influência terrorista online e fazendo uso dos meios de comunicação para tal fim (UNITED STATES OF AMERICA, 2018).

Por fim, num engajamento mais diplomático, está o fortalecimento das capacidades contraterroristas de parceiros internacionais, incentivando suas ações autônomas através de parcerias, apoiando a implementação de medidas coletivas, qualificando profissionais atuantes nas áreas de segurança e legislação, expandindo o conhecimento e o compartilhamento de informações e apoiando medidas locais (UNITED STATES OF AMERICA, 2018).

Embora os esforços norte-americanos tenham sido majoritariamente bem-sucedidos, até agora não foi possível derrotar a ameaça terrorista num sentido mais amplo. Os grupos se tornaram mais dispersos geograficamente, utilizando-se de novas táticas, necessitando então de um esforço conjunto e bem-preparado em seu combate, contando com todas as esferas da sociedade nacional e internacional. Em relação ao Afeganistão, Trump optou por fortes pressões militares, enviando reforços à região, além de bombardear plantações de ópio – uma das formas de financiamento do Talibã, assim como buscou interromper os fluxos de capital que sustentavam a organização (BBC, 2018). Trump buscou, também, desenvolver um plano amplo para derrotar o EI e acelerar as operações militares na região, aumentando as contribuições para a estabilização de áreas já liberadas (BLANCHARD; HUMUD, 2018), reforçando também os exércitos na região do Iraque e da Síria.

Seu governo deu continuidade às políticas de parceria implementadas por Barack Obama a respeito do conflito com o Estado Islâmico; a organização continua existindo, seus afiliados estão ativos e há a probabilidade de a insurgência persistir, considerando o fluxo de combatentes estrangeiros que continua a se dirigir à região. Um possível desenvolvimento do conflito seria a não-aceitação da continuidade de Bashar al-Assad no poder na Síria, unindo a resistência ao

governo para estabelecer uma posição permanente na região, além de tentar ganhar o apoio da população no Iraque devido ao descontentamento com as intervenções e a presença americana.

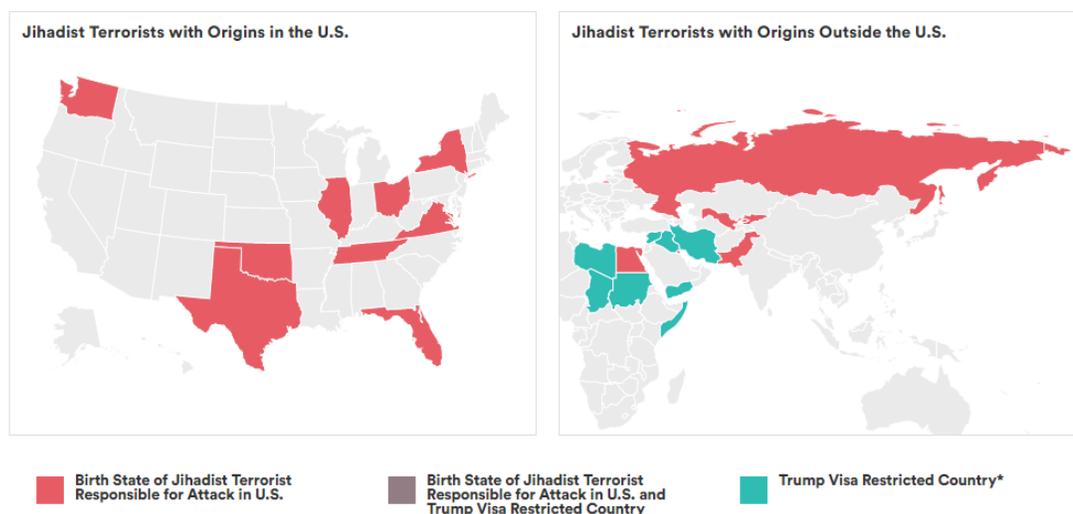
5.2 NOVAS AMEAÇAS, NOVOS DESAFIOS

Nossos amigos nunca questionarão nosso apoio, e nossos inimigos nunca duvidarão de nossa determinação (TRUMP, 2017)³⁹

De 2001 a 2013, o *Congressional Research Service* estimou cerca de 63 ataques ou planos de ataque nos Estados Unidos por parte de jihadistas, sejam eles cidadãos estrangeiros atuantes no país ou mesmo cidadãos americanos. Embora nem todas as situações representem uma atuação incentivada por organizações como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico, sendo muitas vezes realizadas por indivíduos agindo por conta própria, o número demonstra que as ideologias que apoiam a atuação jihadista violenta continuam influenciando as atitudes de uma minoria norte-americana (BJELOPERA, 2013).

Figura 4 - Origens de Autores de Ataques Terroristas Jihadistas desde o 11/09

Origins of Lethal Jihadist Terrorist Attackers in U.S. Since 9/11



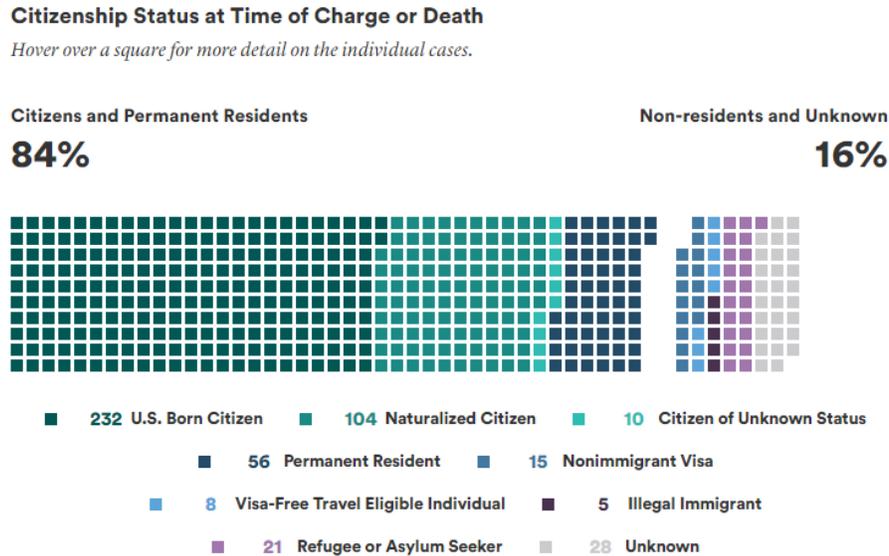
Fonte: New America (2019)

³⁹ “Our friends will never question our support, and our enemies will never doubt our determination” (TRUMP, 2017)

Quando comparados aos insurgentes de outras nacionalidades, os jihadistas *homegrown*, denominação dada por Bjelopera (2013) aos atores de naturalidade americana ou àqueles estrangeiros que atuam em território americano, em comparação com membros de células terroristas internacionais, demonstram ausência de conhecimento especializado, como por exemplo na produção de bombas, não possuindo financiamento, campos de treinamento, redes de apoio e expertise de uma organização internacional. Estes atores individuais, por geralmente não se engajarem em atuações de ampla escala, recorrem a um tipo de violência que demanda menor preparação, como tiroteios aleatórios. Por sua agilidade e discrição, eles representam um desafio à aplicação da lei e às agências de inteligência e segurança, visto que se torna muito mais complexo detectar, prevenir e dismantelar planos terroristas (BJELOPERA, 2013).

Em janeiro de 2017, Trump emitiu uma ordem executiva banindo a entrada de migrantes oriundos de sete países muçulmanos: Iraque, Síria, Irã, Sudão, Líbia, Iêmen e Somália, alegando motivos de segurança, embora nenhum dos ataques ocorridos desde o 11 de setembro no país tenha sido liderado por indivíduos provenientes destes países. Mais tarde, o Iraque foi retirado desta lista, bem como o Sudão; no entanto, foram incluídas restrições para o Chade, Venezuela e Coreia do Norte (THIMM, 2018). Como era de se esperar, de acordo com Dobbins (2011), as políticas americanas são vistas na maioria do Oriente Médio como oportunistas e antidemocráticas - uma percepção que foi apenas fortalecida com a invasão e a ocupação do Iraque.

Figura 5 - Cidadania dos Atores de Atentados nos EUA desde 2001



Fonte: New America (2019)

Uma reflexão importante é a respeito da duração da ordem e dos ganhos, especialmente militares, após a retirada das forças americanas da região. Isto pode ser ponderado não apenas nas questões afegã e iraquiana, mas em todos os territórios e ocasiões que levaram ao engajamento regional norte-americano, levando a um debate entre o papel de liderança versus o papel de apoio oferecido pelos Estados Unidos (MUÑOZ, 2011). A posição dos Estados Unidos como principal potência global levanta uma questão importante sobre o futuro das relações internacionais: seu comportamento determina se os demais Estados, principalmente os fracos, continuarão a olhar para os EUA como uma potência amigável, ou se serão provocados pela arrogância de Washington e levados a opor-se à preponderância norte-americana. O unilateralismo é uma opção perigosa, pois leva um país a acreditar que acordos e organizações internacionais não são necessários, sendo que estes oferecem oportunidades de exercer a liderança no lugar da arrogância. Um *hegemon* preocupado em prolongar sua dominância deve se interessar em usar métodos mais internacionalistas, ganhando influência para compensar a perda de liberdade de atuação (HOFFMANN, Stanley, 2012, p.113)

O objetivo principal em desenvolver as forças militares locais é empoderar a população disposta a combater os insurgentes, o que caracteriza uma campanha eficaz de contrainsurgências. Infelizmente, os erros da década pós 11 de setembro dificultaram este processo, mas ainda é possível estabelecer uma paz duradoura e a estabilidade no Afeganistão,

desde que haja foco no treinamento do governo e dos militares, integração das tribos com o governo e a reconciliação dos EUA e do próprio Afeganistão com o Talibã (MUÑOZ, 2011). É necessário interpretar a radicalização como parte de um problema social de integração das diferentes comunidades muçulmanas dentro do grande escopo da sociedade, ao invés de relacioná-la diretamente com o terrorismo, como tem sido feito nos Estados Unidos (WEHREY, 2011).

A al-Qaeda, baseada na fronteira do Afeganistão e do Paquistão, permanece sendo uma ameaça, obviamente enfraquecida, para os Estados Unidos. O que o processo contínuo da última década proporcionou foi a realização de que é inviável propor uma estabilidade partindo do centro em uma região onde o poder é local, especialmente em zonas rurais, e onde indivíduos identificam-se como membros de uma tribo, clã ou comunidade. Ao invés de impor a estabilidade de modo hierárquico, talvez fosse mais eficaz estabelecê-la a partir das bases comunitárias, construindo uma mentalidade anti-Talibã e al-Qaeda (JONES, 2011).

A fim de viabilizar a conciliação com o Oriente Médio, os Estados Unidos devem focar em três objetivos: primeiramente, reduzir ou eliminar os fatores que alimentam a intolerância da al-Qaeda e das organizações terroristas em relação ao Ocidente, isto é, evitar com que estas encontrem razões suficientes para alegar a *jihad* sob as propostas da al-Qaeda. Com a retirada das forças militares norte-americanas do Iraque ao fim de 2011 e a tentativa de redução de pessoal no Afeganistão em 2014, este fator deveria diminuir, tornando mais complexo, para os terroristas, utilizar isto como motivo para suas ações. Em segundo lugar, promover valores democráticos e humanitários globais, tornando possível um alinhamento com as aspirações dos muçulmanos e posicionando-se de forma a marginalizar a al-Qaeda, devido a sua rejeição à democracia e à resolução pacífica de desavenças. A derrota pacífica de líderes e déspotas e a abertura política, como visto na Primavera Árabe, diminui o apoio às organizações terroristas e possibilita a busca de uma competição política pacífica. Além disso, ao oferecer assistência humanitária em situações de desastres, os Estados Unidos conseguem amenizar sua imagem internacional, ganhando a confiança e a boa vontade dos muçulmanos, tornando possível a inserção de suas ideias através do *soft power*. Por fim, evitar ações que impulsionem a narrativa da al-Qaeda se reflète na abstenção em relação às opiniões internas ou influências externas, evitando transmitir a ideia de que os Estados Unidos buscam remodelar o Islã tornando-o ocidentalizado (LARSON, 2011).

Dentre os desafios que podemos esperar para o futuro, pode-se incluir a guerra assimétrica, visto que, partindo do princípio do realismo estrutural, podemos afirmar que os países buscam ampliar suas capacidades de defesa temendo a amplitude das capacidades dos inimigos, levando a um ciclo contínuo de expansão da modernização bélica e da inovação no setor militar. Enquanto os Estados Unidos permanecerem a principal força convencional de combate, seus adversários buscarão confrontá-lo de formas não-convencionais, apelando para estratégias particulares. Além disso, é necessário lembrar que nem todos os conflitos são vencidos pela força bruta; embora equipamentos superiores e habilidades em combate permitam que uma força militar vença as batalhas, grupos insurgentes sempre encontram uma maneira de multiplicar seus esforços. Deve-se considerar também que os valores e virtudes de um dado país nunca serão universais; liberdade e democracia possuem conotações diferentes em outras partes do mundo (PAUL, 2011).

O Irã representa uma ameaça latente, “sendo um dos maiores estados patrocinadores do terrorismo” (UNITED STATES OF AMERICA, 2017, p.49). De acordo com a Estratégia Nacional de Segurança de Trump, o país apoia grupos no Oriente Médio e cultiva uma rede que ameaça os Estados Unidos, como o Hezbollah, no Líbano, que conta com uma força militar poderosa e elementos de inteligência, possuindo também armas sofisticadas e ativos operando além-mar, inclusive nos Estados Unidos. O documento também reforça a crença de que o Irã financia e treina, além do Hezbollah, outras organizações xiitas operando no Bahrein, Iraque, Síria e Iêmen, apoiando também o Hamas e outros grupos insurgentes palestinos (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

São perceptíveis os esforços da administração em liberar as áreas controladas pelo Estado Islâmico - atitude que pode ser caracterizada como bem-sucedida, embora sua atuação ainda represente uma ameaça aos interesses estadunidenses, visto que ainda é possível obter recursos materiais e financeiros para desenvolver ataques, contando com alcance global através de inúmeras redes que conduzem, regularmente, ataques terroristas na África, Ásia, Europa e Oriente Médio. Sua presença online também permite unir simpatizantes ao redor do mundo, encorajando atuações violentas nos mais diversos países, aproveitando-se também da questão migratória para inserir indivíduos operantes nas regiões que recebem estrangeiros. Não menos importante, a atuação da organização não só se infiltra nos fluxos de migração, como também as incentiva na medida em que a violência causada pelo grupo torna-se insustentável para a

comunidade, levando os cidadãos, temerosos da violência desmedida, a procurarem refúgio em outros países (THIMM, 2018). É fundamental combater a ideologia aplicada do extremismo, visto que sua abordagem se torna atraente para indivíduos com inclinações violentas, já que o terrorismo legitima-se pela estratégia de elevar o status social dos combatentes e prometer a absolvição dos pecados e da violência em prol de um bem maior que é participar da *jihad*. O poder resiliente desta ideologia representa uma grande ameaça (UNITED STATES OF AMERICA, 2018).

Embora seja, nos dias de hoje, uma ameaça silenciosa, a al-Qaeda ainda é motivo de preocupação para a segurança nacional. É necessário o constante esforço norte-americano para a remoção de seus principais líderes, visto que as ramificações da organização permanecem ativas e operantes, buscando oportunidades de atacar os EUA, consolidando e expandindo a presença do grupo nas mais diversas regiões, incluindo a Síria. Organizações como Boko Haram, Tehrik-e Taliban Pakistan e Lashkar-e Tayyiba também são relevantes ao debate, embora estejam mais engajadas na atuação regional, não tão interessadas nos Estados Unidos (THIMM, 2018).

Por fim, mas não menos importante, é necessário considerar a ameaça terrorista interna, que não possui influência islâmica mas pratica o extremismo racial, de direitos animais, ambiental, de cidadania soberana e de milícias. Nota-se que o terrorismo interno cresceu, aumentando as vítimas e as ações violentas, gerando também danos econômicos à medida em que tais ações destroem a propriedade, prejudicam negócios e perpetuam crimes financeiros (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

Embora a Estratégia Nacional de Contraterrorismo de Trump mencione o conceito de *America First*, colocando os Estados Unidos em primeiro lugar, priorizando seus interesses e, em termos realistas, avaliando os desafios e capacidades do país, isto não significa uma atuação independente, visto que é necessário ampliar os parceiros para combater o radicalismo islâmico e as demais formas de extremismo. Considerando o contexto de restrição orçamentária, deixar que o senso de urgência drene os recursos para projetos inviáveis a longo prazo não é lucrativo. Foi esta mesma urgência que levou às múltiplas reorganizações do Departamento de Segurança Nacional dos Estados Unidos, o *U.S Department of Homeland Security*, que buscou se adequar às críticas sobre sua performance e problemas, integrando várias organizações a sua fundação. A urgência também dificulta a construção de programas e estratégias de segurança que possam entregar as informações necessárias aos tomadores de decisão; é necessário construir um sistema

de feedback e respostas rápidas que viabilize tomar conhecimento dos acontecimentos e ajustar-se às estratégias baseando-se na resposta dos adversários (JACKSON, 2011).

Encorajar parceiros nacionais a atuar mais fortemente nos esforços contraterroristas e auxiliar àqueles que necessitam para que futuramente estejam aptos a combater a ameaça de forma independente também fazem parte desta estratégia, que se diferencia das anteriores no sentido em que adota uma abordagem mais ágil e expansiva, englobando todos os níveis de uso de terror, pelos mais diferentes atores, sejam eles domésticos, estrangeiros ou virtuais (*cybersecurity*), incorporando ferramentas adequadas como as ciberoperações e a comunicação estratégica. Dentre as abordagens propostas, nem todas ficam no escopo militar ou de inteligência, visto que ações como minimizar o apelo da propaganda terrorista, prevenir e intervir no recrutamento de agentes e construir uma resiliência ao terrorismo são práticas que devem integrar a vida dos cidadãos, desde que o governo forneça recursos e alternativas à sociedade civil, combatendo ideais fundamentados no ódio, que costumam abrir espaço para o uso da violência. Pode-se mencionar também a aplicação da lei, a diplomacia, o uso de medidas e restrições financeiras, a estabilização econômica, o desenvolvimento social, a prevenção da radicalização, a intervenção em situações particulares e a reintegração de indivíduos “desviados” como ações que são viáveis na sociedade também como formas de combater o terrorismo (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

5.3 AS POLÍTICAS DE CONTRATERRORISMO DE OBAMA E TRUMP: OPOSTAS OU COMPLEMENTARES?

Jackson (2011) utiliza-se da metáfora do pêndulo para explicar a percepção de ameaças e a disposição da população em tolerar um maior nível de segurança. O pêndulo inicialmente viabiliza intervenções securitárias mais invasivas e intensas, também mais custosas, dada a necessidade de ação. Como foi visto na época da Guerra Fria, considerando-se o medo da propagação do comunismo, a população aceitava um maior nível de atividade securitária a nível doméstico. Quando este temor foi dissipado, o pêndulo moveu-se na direção oposta, fazendo com que a população se preocupasse com a forma interventora de ação do governo. Após o 11 de setembro, o pêndulo retornou a sua posição inicial, retomando as restrições na segurança

doméstica. Estas restrições, para o autor, foram vistas como um dos motivos pelos quais falhou-se na prevenção dos ataques.

No governo Obama, percebia-se uma maior disposição ao diálogo com regiões consideradas terroristas. A influência da al-Qaeda sobre o Talibã se fortaleceu, como pode ser visto na adoção de táticas como bombas suicidas, carros-bombas, ataques em mesquitas e a utilização de civis como alvo, o que não era comum nas práticas até então. Hoje em dia, o Talibã encontra-se fragmentado, tornando mais complexas as negociações e acordos, assim como a nova geração de líderes destas organizações apresenta-se muito mais radicalizada (MUÑOZ, 2011).

Pode-se dizer que Trump herdou a Guerra no Afeganistão, a campanha militar contra o Estado Islâmico, o envolvimento na Guerra Civil no Iêmen e diversos engajamentos militares ao redor do mundo, o que nos leva à conclusão de que é uma situação mais delicada do que aquela em que Obama se encontrava no momento de sua posse. Considerando o momento recente e que seu mandato ainda não terminou, a análise de suas políticas contraterroristas se baseia, majoritariamente, em discursos, entrevistas e até mesmo *tweets* (JENKINS, 2017).

Assim como Obama, Trump foi crítico, em sua campanha, ao envolvimento norte-americano no Afeganistão, que, em seu ponto de vista, era um completo desperdício de dinheiro e recursos humanos. Todavia, quando na presidência, concordou em enviar forças adicionais à região, na promessa da vitória. Em relação ao Estado Islâmico, Trump prometeu um posicionamento ativo e agressivo, confiante de que os Estados Unidos o derrotaria facilmente; para o presidente, um dos maiores trunfos estadunidenses é sua força militar, que, em seu ponto de vista, foi reprimida por Obama. Desde sua ascensão à Casa Branca, as campanhas de bombardeio no Afeganistão, na Síria e no Iêmen se intensificaram (JENKINS, 2017).

Ao mesmo tempo, Trump cessou o apoio a rebeldes sírios que combatiam o governo de Bashar al-Assad. O esforço, iniciado em 2013, nunca obteve apoio total da administração Obama. (JENKINS, 2017). Ao contrário de seu predecessor, Trump tirou a ênfase dada ao *soft power* e aos direitos humanos; em sua campanha, alegou que enviaria detentos à prisão de Guantánamo, alegando que retomaria a tortura porque ela “funciona” (JENKINS, 2017). Pode-se notar, também, o preconceito de Trump com povos islâmicos no banimento temporário por ele imposto a cidadãos oriundos de certos países muçulmanos que tentassem entrar nos Estados Unidos (JENKINS, 2017).

Sua visão dos xiitas e sunitas é a de que ambos são uma ameaça estrangeira da qual a América do Norte precisa se proteger por meio de fronteiras reforçadas, restrições de viagens, redução dos fluxos de migrantes e impedimento da entrada de estrangeiros no território nacional. Não são raras as críticas às políticas externas de outras regiões do globo, como quando afirmou que o aumento de ataques terroristas na Europa se deu por uma fraqueza em controlar as fronteiras, destacando que este seria “o destino dos Estados Unidos caso não tomasse medidas mais drásticas” (JENKINS, 2017, on-line).

De forma geral, pode-se dizer que a estratégia da candidatura de Trump foi não medir palavras e críticas, enfatizar o poder militar e o realismo como atuação norte-americana no cenário internacional, ridicularizar e subjugar as alianças norte-americanas e sugerir medidas contraterroristas que violam os princípios do direito internacional. Aqui, é possível ver o contraste de sua campanha e presidência com a de Obama. Embora a política contraterrorista de Trump se aproxime daquela de Bush, considerando que partem de um mesmo viés político, a visão negativa do Islã, a hostilidade a respeito da imigração e o desprezo por parceiros tradicionais dos Estados Unidos são diferenciais a serem levados em consideração.

As guerras no Iraque e no Afeganistão, que eram previstas para durarem pouco e se autofinanciarem, demandando pouco investimento, tornaram-se longas e custosas, tanto em vidas de civis quanto em recursos humanos e financeiros. Os Estados Unidos falharam em estimar a duração, não se preparando para o pior cenário possível. Uma das principais rupturas de Trump em relação a seus antecessores consta em insistir no custo humano para o exército norte-americano ao justificar a expansão militar no Afeganistão. Em seu discurso de posse, Trump retomou o ideal de Bush de alcançar, parar e derrotar todo e cada indivíduo considerado terrorista: o atual presidente propôs erradicar o terrorismo radical islâmico da face da terra. É possível concluir que, em todos os países que estavam sendo bombardeados pelos EUA no momento de sua posse, aumentou o número de bombas – e, conseqüentemente, o número de mortos (JENKINS, 2017). Tal situação, além de imoral, é contraprodutiva, visto que a morte de civis aumenta o desprezo coletivo pelos Estados Unidos, impulsionando o recrutamento terrorista e radicalizando *lone wolves* residentes em território americano.

Um dos principais legados do 11 de setembro e da derrocada da al-Qaeda foi a transformação da América em uma nação paranoica e exageradamente dramática, aumentando suas contradições internas (JENKINS; GODGES, 2011). O excesso de confiança na vitória no

Afeganistão e a reação exagerada no Iraque foram grandes erros do governo. Os recursos foram utilizados inadequadamente e não viabilizaram a construção de uma estratégia para a reconstrução dos países em questão. Isto propiciou uma ressurgência do Talibã, demandando ainda mais recursos americanos para combatê-los (JENKINS; GODGES, 2011, p. 12), visto que foram recuperando territórios rurais pelos anos de 2013 e 2014, processo que continuou ocorrendo até os dias de hoje, onde seu controle territorial é ainda maior do que em 2001. Se à época de 2001 estimava-se a presença de 15.000 combatentes do Talibã, hoje o número se aproxima de 60.000 (BBC, 2018).

Enquanto na gestão Obama os atores que ameaçavam a tranquilidade nacional resumiam-se à al-Qaeda e seus afiliados, tendo como entidades responsáveis para combatê-la a comunidade de inteligência, a força militar, a aplicação da lei, aliados, parceiros e instituições multilaterais; para Trump, o perigo estava nos radicais islâmicos, revolucionários, nacionalistas, separatistas e grupos domésticos, que seriam combatidos através dos mesmos órgãos citados na gestão Obama, contando também com o apoio do setor privado e da sociedade civil. Se a proposta anterior era garantir a aplicação das políticas de contraterrorismo adaptadas para ganhos específicos, otimizando o sistema securitário norte-americano e protegendo as liberdades dos cidadãos, no governo atual de Trump o compartilhamento de informações privadas e a exploração de informações disponibilizadas nas diversas mídias é um dos pilares para identificar terroristas e garantir a aplicação da lei contra os mesmos em seu país de origem, ao mesmo tempo em que o governo toma medidas adequadas para proteger a privacidade, os direitos civis e as liberdades de seus cidadãos.

Podemos dizer que em ambos os governos o foco geográfico era global. Se por um lado Obama buscou derrotar a al-Qaeda, definindo de forma precisa o inimigo, estabelecendo objetivos claros e realistas para enfrentar os desafios e buscando uma estratégia condizente com os valores norte-americanos, a abordagem de Trump foi bem menos diplomática e mais agressiva, explicitando a necessidade de eliminar a ameaça terrorista em todas as portas de entrada para o território estadunidense, isolando-o de islâmicos e das demais ideologias extremistas que ameaçam o *American way of life*, impedindo que a ameaça terrorista prejudique os interesses coletivos dos Estados Unidos e de seus parceiros.

Combater terroristas e insurgentes demanda não só enfrentá-los, mas também reduzir o apoio que estes possuem, seja envolvendo-se no desenvolvimento internacional do grupo,

apoiando a paz, cooperando securitariamente, utilizando-se da diplomacia pública e dos demais métodos de engajamento em função de prevenir ao invés de remediar. Além disso, a estratégia de combate a insurgências deve identificar as fontes de apoio e minimizá-las, sendo estas fontes a população, fontes externas ou ambas. Por fim, mesmo com medidas preventivas eficazes, haverá insurgências que não serão contidas, para as quais os países devem estar preparados no sentido de possuírem abordagens contraterroristas, forças militares equipadas e preparadas, etc. (PAUL, 2011). Dentre as falhas nas abordagens recentes, podemos destacar a imposição dos valores e medidas norte-americanos e a oposição a uma reconciliação com o Talibã em dezembro de 2001: “um processo de paz estava sendo discutido à época, mas foi repudiado pelos norte-americanos” (JENKINS; GODGES, 2011, p. 12).

No início do presente ano de 2019, o PEW Research Center constatou que, para 67% da população, defender o país de ameaças terroristas era uma preocupação prioritária, embora esta porcentagem represente um dos mais baixos níveis de preocupação desde os ataques de 11 de setembro (PEW RESEARCH CENTER, 2019). A Estratégia Nacional de Contraterrorismo de Trump (2018) termina prometendo a “superação de todos os desafios, o combate aos inimigos em todos os fronts, e a esperança de um futuro pacífico, seguro e próspero”⁴⁰. O sonho americano será protegido a qualquer custo.

⁴⁰ We will rise to every challenge, face the enemy on every front, and ensure a future of peace, security, and prosperity for our country and the world. We will protect the American dream. (UNITED STATES OF AMERICA, 2018)

6 CONCLUSÃO

De acordo com pesquisa realizada em abril de 2019 pelo PEW Research Center, a confiança pública no governo tem caído cada vez mais. Apenas 17% dos entrevistados alegam confiar em Washington (PEW RESEARCH CENTER, 2019b). Considerando o governo de Bill Clinton, de 1993 até 2001, percebeu-se um constante crescimento da confiança, que atingiu seu pico no início do governo de Bush filho, menos de um mês após os atentados de setembro de 2001; e desde então decaiu fortemente, reduzindo a menos da metade da aprovação até o fim da era Bush, mantendo uma queda constante, porém suave, na administração Obama – queda que se manteve até o atual momento do governo Trump (PEW RESEARCH CENTER, 2019b). Outra pesquisa da mesma instituição aponta que Barack Obama lidera o ranking de melhores presidentes na opinião da população, contando com 44% dos votos, contra 33% para Clinton e 32% para Ronald Reagan. Até o presente momento, Trump aparece em apenas 19% dos relatos (PEW RESEARCH CENTER, 2019c).

Em retrospectiva, podemos concluir que os principais temores em relação ao 11 de setembro não se concretizaram: não houve nenhum outro ataque terrorista da mesma escala; a maioria dos planos de atentado foram descobertos e, aqueles que não foram, apesar de terem causado fatalidades, choque e tristeza, em nada se comparam à grande catástrofe de 2001. Por outro lado, não há como descartar o fato de que a resposta norte-americana ao atentado mudou para sempre o cenário político e a cultura dos Estados Unidos. O medo da ameaça terrorista tornou-se enraizado na população, o que abriu espaço para a expansão da atuação das autoridades na vida dos cidadãos através de estruturas de vigilância e controle, mudando também, de forma marcante, a questão migratória.

Embora capazes de causar mais danos do que antes, grupos terroristas operam de regiões onde geralmente não possuem o apoio de setores relevantes da população, sendo um problema policial, de ordem pública, e não militar, de acordo com Hobsbawm (2005). Há um clima de medo desproporcional e irracional, visto que a política atual dos Estados Unidos - desde a era Bush - tentou reviver os sentimentos apocalípticos da Guerra Fria, onde, na ausência de inimigos que legitimem seu comportamento expansivo e pretensioso, utiliza-se da Guerra ao Terror como justificativa para empregar o seu poder globalmente. A retórica serve mais para chocar os

cidadãos do que para efetivamente enfrentar o terror, cujo objetivo é atingido na medida em que o pânico repercute nas sociedades.

Em termos históricos, os Estados Unidos costumaram pregar que os fins justificam os meios, alegando que suas guerras buscam a manutenção ou o estabelecimento da democracia. “Há uma tendência dentro da história norte-americana de coletar a inspiração através da devastação, esperança através do infortúnio, e otimismo através da dificuldade⁴¹” (JENKINS, 2011, p. 171). Nas duas últimas décadas, vemos que os Estados Unidos conquistaram vários objetivos aos quais se propuseram, reduzindo significativamente a capacidade de operações da al-Qaeda e do Estado Islâmico. Além disso, de acordo com Thimm (2018), no período que sucedeu os ataques a Nova York e Washington, algumas medidas foram revertidas, como o uso da tortura; algumas foram reduzidas, como a vigilância dos cidadãos norte-americanos; algumas foram mantidas, como a detenção por tempo indefinido, sem julgamento legal; e outras foram expandidas, como assassinatos direcionados com o uso de drones.

Em termos militares, a Guerra do Afeganistão e do Iraque foram um sucesso; todavia, foram negligenciadas as medidas necessárias após uma ocupação: governar, suprir e conservar, “como os britânicos fizeram no modelo colonial clássico da Índia” (HOBSBAWM, 2005, p. 159). Sendo uma das grandes reservas de petróleo a nível global, o Iraque e seu conflito serviram para mostrar o poder norte-americano perante o mundo; porém, os gastos no primeiro ano do conflito superaram em seis vezes o orçamento anual designado para equipar a polícia interna (CLARKE, 2004). Não havia recursos para uma luta no Iraque; desta forma, a administração preferiu aumentar a dívida nacional para financiar a Guerra, deixando em segundo plano as necessidades de órgãos de defesa domésticos, como a polícia e os bombeiros (CLARKE, 2004).

Saddam teve inúmeras oportunidades de utilizar as supostas armas nucleares contra os Estados Unidos, porém nunca o fez, visto que não havia nenhum programa ativo no país no início deste século. Não há, também, evidências de que o Iraque apoiou a al-Qaeda antes da invasão do país pelos Estados Unidos, “embora o Irã, sim, a tenha apoiado: a al-Qaeda usou regularmente o território iraniano para locomoção e como santuário antes do 11 de setembro” (CLARKE, 2004, p. 284, tradução nossa). Dentre os países que geravam suporte para a organização, o Iraque era o que menos causava preocupação, embora tenha sido onde o conflito mais simbólico ocorreu

⁴¹ “There is a tendency within American history to draw inspiration from devastation, hope from misfortune, optimism from hardship” (JENKINS, 2011).

(CLARKE, 2004). Isto fez com que os Estados Unidos perdessem apoio, visto que os EUA já não eram um país bem visto no Oriente Médio, e após a invasão, logicamente seus níveis de popularidade declinaram, não só em países muçulmanos, mas ao redor do mundo todo, aumentando, por consequência, o apoio ao antiamericanismo e às organizações terroristas.

Pode-se especular que a era da Guerra ao Terror se aproxima do fim - pelo menos nos moldes estabelecidos pelo pós-11 de setembro -, embora, ao mesmo tempo, pareça distanciar-se de um encerramento. Sabemos que grupos terroristas se reinventam e podem estabelecer novos alvos e objetivos de forma rápida e surpreendente; todavia, os medos, agora, são outros. O temor do desenvolvimento e do uso de armas nucleares, químicas e biológicas aumentou, de forma especial a ameaça nuclear da Coreia do Norte; mas também vemos ameaças que não necessariamente se relacionam ao terrorismo, como o histórico inimigo russo e sua política mais agressiva e a presença mais assertiva da China no mercado global.

É impossível prevenir todos os ataques terroristas, mas nos dias de hoje a nação norte-americana se encontra muito melhor equipada para lidar com ameaças futuras, deslocando sua atenção, antes exclusivamente voltada para Estados, para atores transnacionais, abrangendo uma gama mais ampla de ameaças (JENKINS; GODGES, 2011). Isto foi possível, em grande medida, devido a sua reestruturação da defesa nacional, através da criação do Departamento de Segurança Nacional (DHS), que hoje em dia é a terceira maior entidade no governo federal (JENKINS, 2011), assim como pela criação do cargo de Diretor de Inteligência Nacional (*Director of National Intelligence*). O *Homeland Security Act*⁴², complementar à criação do cargo de Diretor, adicionou mais agências ao departamento, incluindo o Serviço Secreto. Todavia, a criação do órgão foi caótica, visto que muitos líderes foram escolhidos devido a relacionamentos políticos, não necessariamente por experiências em cargos executivos. Os recursos foram inadequados; havia insatisfação dentro dos órgãos governamentais e sua organização é rasa, faltando mecanismos institucionais para apoiá-los, representando muitos desafios administrativos. Vinte e duas agências participaram desta fusão (CLARKE, 2004).

Unificando as funções sob um só departamento, foi possível contra-argumentar a alegação de que a ausência de um responsável por coordenar as capacidades de inteligência nacionais foi o

⁴² Inicialmente chamado de Liebermann Bill, foi a maior lei em resposta ao 11 de setembro. Seu nome seria uma homenagem ao candidato à Vice Presidência na primeira eleição de Bush.

que causou as falhas na detecção dos ataques de setembro de 2001 (TREVERTON, 2001). Além disso, ocorreu uma reorganização das prioridades do FBI, compreendendo onde havia limitações devido a seu modo de atuação, que se baseia em casos, incorporando esta metodologia na estratégia de inteligência (TREVERTON, 2001).

Na prática, o perigo real do terrorismo não está no risco causado por alguns fanáticos anônimos, e sim no medo irracional que suas atividades provocam e que hoje é encorajado tanto pela imprensa quanto por governos insensatos (HOBSBAWM, 2005, p. 151).

Tentou-se esclarecer que a Guerra ao Terrorismo não era sinônimo de uma guerra contra o Islã: ao invés de atacar a região, era necessário construir uma resposta ideológica, como foi feito no caso do comunismo, encontrando uma saída racional para o fundamentalismo. Trabalhar com líderes de nações islâmicas, ensejando a tolerância, ampliando as oportunidades de participação popular – mas também norte-americana - no governo e na economia, favorecendo condições culturais e sociais de harmonia no lugar do radicalismo, seriam boas alternativas para fazer-se presente na região sem impor a cultura e as práticas ocidentais aos muçulmanos. Contudo, sua atuação acabou levando a uma maior deterioração das instituições, tornando o ambiente favorável para o desenvolvimento de grupos que até então não possuíam condições suficientes para agir no território. Além disso, a omissão do Ocidente em cumprir seu papel restaurador no pós-guerra deu ainda mais espaço para o desenvolvimento de grupos insurgentes.

O 11 de setembro apagou as memórias do processo pelo qual George Bush foi eleito presidente poucos meses antes (...) Ele teve a oportunidade única de unir os Estados Unidos e seus aliados para combater o terrorismo e o ódio, para eliminar a al-Qaeda e as vulnerabilidades, para fortalecer nações importantes ameaçadas pelo radicalismo. Ele não fez nada disso. Ele invadiu o Iraque⁴³ (CLARKE, 2004, p. 286).

⁴³ “September 11 erased memories of the unique process whereby George Bush had been selected as President a few months earlier (...) He had a unique opportunity to bring the United States together with allies around the world to fight terrorism and hate, to eliminate al Qaeda, to eliminate our vulnerabilities, to strengthen important nations threatened by radicalism. He did none of these things. He invaded Iraq.” (CLARKE, 2004).

Por muito tempo os Estados Unidos mantiveram a política de não reconhecer publicamente operações secretas e que desvirtuam os propósitos da nação norte-americana, como as mortes por drones e as torturas em prisões iraquianas. Ao omitir o reconhecimento destes ataques, o governo evitou responsabilizar-se pelas mortes de inocentes e pelos erros cometidos nas abordagens militares. Os ataques de drones, por exemplo, foram uma prática perpetuada em todos os governos citados neste trabalho (THIMM, 2018). Esta nova modalidade no combate ao terrorismo permite ser conduzida com menor uso de recursos, visto que é muito mais barato utilizar drones do que soldados.

Desde o 11 de setembro, não houve nenhum atentado jihadista significativo dentro das fronteiras norte-americanas. Infelizmente, o mesmo não pode ser dito dos países do Oriente Médio, que até os dias de hoje sofrem não só com intervenções externas, mas também com insurgências internas decorrentes de conflitos étnicos e sectários, além de revoltas contra os governos nacionais. Em comparação com outras formas de terrorismo, como o terrorismo político de extrema direita, insurreições antigoverno, de supremacia branca e antiaborto, o número de mortes praticamente se iguala: por estas razões, 109 pessoas perderam a vida nos Estados Unidos (NEW AMERICA, 2019). Assim, podemos concluir que o problema de terrorismo norte-americano passou a ser o doméstico, principalmente os ataques de “lobos solitários” ou de grupos pequenos, sem o planejamento extensivo característico da ideologia jihadista.

Para Hobsbawm (2005), é necessário resistir ao discurso do medo irracional, como foi a retórica de George W. Bush, que justificaram uma política imperialista. Para o autor, não pode haver uma guerra contra o terrorismo, e sim contra atores políticos particulares. Para além do medo do uso de agentes biológicos e nucleares, é irracional temer que as redes terroristas ofereçam, efetivamente, uma ameaça para a estabilidade global. Embora seus ataques sejam altamente mortíferos, o risco de vida causado é mínimo, do ponto de vista estatístico. O que seria crítico, então, seria a aquisição de armas nucleares por estes grupos. “O terrorismo pede cabeça fria, e não histeria” (HOBSBAWM, 2005, p. 46).

Assim, fica claro o impacto que um atentado de tal magnitude teve nas escolhas políticas dos cidadãos: ao reeleger George Bush para um segundo mandato, acreditou-se em sua imagem firme e competente, capaz de proteger o país e da população através do seu posicionamento assertivo e disposto ao combate. Todavia, após oito anos, suas medidas foram consideradas

efetivas, porém insuficientes: Obama trazia ao povo norte-americano uma abordagem diferenciada, mais otimista e menos intrusiva. Além de todo simbolismo que sua eleição carregava, a promessa de um novo posicionamento do país no Sistema Internacional parecia ser uma alternativa às políticas vigentes até então.

Se por um lado uma nova estratégia de contraterrorismo foi implementada, por outro, seu alcance foi limitado. Apesar de contar com o trunfo de eliminar Osama bin Laden em seu governo, a era Obama não erradicou a ameaça jihadista representada pela al-Qaeda e pelo Estado Islâmico, frustrando até mesmo os mais esperançosos com sua presidência. Todavia, é importante destacar que seu governo foi positivamente criticado por outras conquistas, a despeito da forte retomada de atividades por parte de grupos terroristas e *lone wolves*.

Por fim, a eleição de Trump, bastante controversa e um tanto inesperada, prometeu, em oposição a Obama, atuar de forma mais agressiva na contenção das ameaças terroristas aos Estados Unidos e seus parceiros, demonstrando uma retomada do posicionamento mais ativo dos Estados Unidos e uma insatisfação popular com os rumos tomados pela diplomacia de Obama, clamando, então, por uma renovação da estratégia securitária nacional, combatendo de forma mais eficaz os grupos dissidentes, mostrando que, apesar de colocado em segundo plano, o medo permanecia presente no “imaginário popular”.

Levando em consideração os acontecimentos recentes, como a retirada das tropas norte-americanas da Síria e a morte do até então líder do Estado Islâmico, al-Baghdadi, no fim de outubro de 2019, englobando a segunda metade do governo Trump e de sua estratégia de combate ao terrorismo, é difícil prever os desdobramentos para os próximos anos. Já vimos, em anos anteriores, que a captura e derrota de um importante líder terrorista, embora abale a organização, pouco faz para desestruturar sua ação, visto que em seguida um novo líder é eleito, podendo propor novas formas de atuação do grupo. Assim, é necessário observar quais serão os próximos passos, seja do Talibã, do Estado Islâmico ou do governo Trump na contenção destas ameaças, felizmente cada vez mais enfraquecidas, mas longe de exterminadas.

REFERÊNCIAS

ARGOMANIZ, Javier; BURES, Oldrich; KAUNERT, Christian. A Decade of EU Counter-Terrorism and Intelligence: A Critical Assessment. **Intelligence and National Security**: 2015, v. 30, n.2, p.191-206.

ASAL, Victor. Examining the Causes and Effects of Terrorism. **International Studies Review**: 2011, v. 13, p. 318-321.

BALCELLS, L.; TORRATS - ESPINOSA, G. Using a natural experiment to estimate the electoral consequences of terrorist attacks. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, vol. 115, n.42 p.10624–10629, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6196542/>. Acesso em 14 ago. 2019.

BBC. **Timeline: Iraq War**. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/magazine-36702957>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

BBC. **Why Afghanistan is more dangerous than ever**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-45507560>>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BERGEN, Peter L. Picking Up the Pieces: What We Can Learn From - and About - 9/11. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 2, p.169-175, abr. 2002.

BERGEN, Peter et al. **Who are the Terrorists?** 2017. Disponível em: <<https://www.newamerica.org/in-depth/terrorism-in-america/who-are-terrorists/>>. Acesso em: 14 out. 2019.

BETTS, Richard K. Fixing Intelligence. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 1, p.43-59, fev. 2002.

BIN LADEN, Osama. **Declaration of Jihad Against the Americans**. 1996. Disponível em: <https://www.911memorial.org/sites/default/files/inline-files/1996%20Osama%20bin%20Laden%27s%201996%20Fatwa%20against%20United%20States_0.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2019.

_____. **Fatwa**. 1998. Disponível em: <https://www.911memorial.org/sites/default/files/inline-files/1998%20Osama%20bin%20Laden%27s%201998%20Fatwa%20declaring%20war%20against%20the%20West%20and%20Israel_0.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2019.

BJELOPERA, Jerome. **American Jihadist Terrorism: Combating a Complex Threat**. Congressional Research Service, 2013.

BLANCHARD, Christopher M.; HUMUD, Carla E. **The Islamic State and U.S. Policy**. 2018. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/mideast/R43612.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2019.

BRITANNICA (2016). **September 11 Attacks**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/September-11-attacks>>. Acesso em 13 out. 2019.

BUSH, George W. **Securing Freedom's Triumph**. 2002. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2002/09/11/opinion/securing-freedom-s-triumph.html>>. Acesso em: 11 out. 2019.

BUTS, Caroline; DU BOIS, Cind. Military deployment and international terrorism: do location and mission type matter? **Defence and Peace Economics**, 2016.

BYMAN, Daniel. Friends Like These: Counterinsurgency and the War on Terrorism. Cambridge, MA: **Quarterly Journal: International Security**, v. 31, n. 2, 2006. p.79-115.

CAMPBELL, J.E. Why Bush Won the Presidential Election of 2004: Incumbency, Ideology, Terrorism and Turnout. **Political Science Quarterly**, vol. 120, n.2, 2005, p. 219-241.

CLARKE, Richard. **Against All Enemies: Inside America's War on Terror**. New York, NY: Free Pass, 2004.

CNN. **September 11 Commission Fast Facts**. 2019. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2013/07/27/us/september-11th-commission-fast-facts/index.html>>. Acesso em: 26 out. 2019.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **The Iraq War**. 2011. Disponível em: <<https://www.cfr.org/timeline/iraq-war>>. Acesso em: 20 out. 2019.

CRAGIN, Kim. The Strategic Dilemma of Terrorist Havens Calls for Their Isolation, Not Elimination. In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 113-120.

CRENSHAW, Martha. The logic of terrorism: Terrorist behavior as a product of strategic choice. In: REICH, Walter; LAQUEUR, Walter. **Origins of terrorism: psychologies, ideologies, theologies, states of mind**. Baltimore, MD: Woodrow Wilson Center Press, 1998.

_____. How Terrorism Ends. In: UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE, 1999, Washington. **Special Report**. Washington: 1999. p. 1 - 11. Disponível em: <<https://www.usip.org/sites/default/files/sr990525.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2019..

DIAMOND, Jeremy. **Trump administration unveils new counterterrorism strategy**. 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/10/04/politics/counterterrorism-strategy-white-house/index.html>>. Acesso em: 26 set. 2019.

DINIZ, Eugenio. Compreendendo o Fenômeno do Terrorismo. In: **3º ENCONTRO NACIONAL DA ABCP** – Associação Brasileira de Ciência Política. Niterói: 22-31 de julho de 2002.

DOBBINS, James. The Costs of Overreaction. In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 15-20.

DORAN, Michael Scott. Somebody Else's Civil War. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 1, p.22-42, fev. 2002.

FULLER, Graham E. The Future of Political Islam. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 2, p.48-60, abr. 2002.

GALLUP. **Presidential Approval Ratings** - George W. Bush. 2017. Disponível em: <http://www.gallup.com/poll/116500/presidential-approval-ratings-george-bush.aspx>. Acesso em 7 out. 2019.

GARCIA, Andres de Castro; MATEI, Florina Cristiana; BRUNEAU, Thomas C. Combatting Terrorism Through Fusion Centers: Useful Lessons From Other Experiences? **International**

Journal Of Intelligence And Counterintelligence, [s.l.], v. 30, n. 4, p.723-742, 7 set. 2017.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/08850607.2017.1297119>>. Acesso em: 4 set. 2019.

GIBBS, Jack P. Conceptualization of terrorism. **American Sociological Review**, Vol 54, p. 329-340, 1989.

GOODRICH, J.N. September 11, 2001 Attack on America: Impact on Tourism Security. **Journal of Travel and Tourism Marketing**. Vol. 11(4), p. 1-12, 2001.

HABERFELD, M. Today's Terrorism – Introduction and Analysis: The Have Nots Versus the Haves. In: HABERFELD, Maria; VON HASSEL, Agostino (Ed.). **A New Understanding of Terrorism: Case Studies, Trajectories and Lessons Learned**. New York: Springer, 2009.

HELMUS, Todd C. Our Own Behavior Can Be Our Weakest Link - or Our Strongest Weapon. In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 121-127.

HERMAN, Michael. Counter-Terrorism, Information Technology and Intelligence Change. **Intelligence and National Security**, vol. 18, n. 4, 2003. pp. 40-58.

HIRSH, Michael. Bush and the World. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 5, p.18-43, out. 2002.

HIRST, Monica; SANÍN, Francisco Gutiérrez; HERSHBERG, Eric. Change and Continuity in Hemispheric Affairs: Latin America After September 11. In: **Critical Views of September 11**. Analyses from Around the World. Social Science Research Council, USA, 2002.

HISTORY. **Patriot Act**. 2017. Disponível em: <<https://www.history.com/topics/21st-century/patriot-act>>. Acesso em: 01 out. 2019.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOFFMANN, David. Beyond Public Diplomacy. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 2, p.83-95, abr. 2002.

HOFFMANN, Stanley. Clash of Globalizations. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 4, p.104-115, ago. 2002.

HOWARD, Michael. What's in a Name?: How to Fight Terrorism. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 1, p.8-20, fev. 2002.

ICPSR. **Campaign Themes, Strategies, and Developments**. Disponível em:

<<https://www.icpsr.umich.edu/icpsrweb/instructors/setups2008/campaign-strategies.jsp>>ICPS>.

Acesso em: 26 out. 2019.

IKENBERRY, G. John. America's Imperial Ambition. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 5, p.44-60, out. 2002.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. **Global Terrorism Index: Measuring the Impact of Terrorism**. Sidney, 2017. Disponível em:

<<http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/11/Global-Terrorism-Index-2017.pdf>>. Acesso

em: 9 abr. 2019.

_____. **Global Terrorism Index: Measuring the Impact of Terrorism**. Sidney, 2018. Disponível

em: <<http://visionofhumanity.org/app/uploads/2018/12/Global-Terrorism-Index-2018.pdf>>.

Acesso em: 10 jul. 2019.

JACKSON, Brian A. Don't Let Short-Term Urgency Undermine a Long-Term Security Strategy.

In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 133-146.

JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul (Ed.). Introduction: The Shadow of 9/11 Across

America. In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11:**

America's Response to Terrorism. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011.

JENKINS, Brian Michael. Have We Succumbed to Nuclear Terror? In: JENKINS, Brian

Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**.

Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 87-100.

_____. **Bush, Obama, And Trump: The Evolution Of U.S. Counterterrorist Policy Since 9/11**.

2017. Disponível em: <[https://www.ict.org.il/Article/2079/BUSH-OBAMA-AND-](https://www.ict.org.il/Article/2079/BUSH-OBAMA-AND-TRUMP#gsc.tab=0)

TRUMP#gsc.tab=0>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. ,The Land of the Fearful, or the Home of the Brave? In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 185-208.

JONES, Seth G. Lessons from the Tribal Areas. In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 37-46.

KYDD, Andrew H.; WALTER, Barbara F. The Strategies of Terrorism. Cambridge, MA: **International Security**, vol 31, n.1, 2006. pp 49-80.

LARSON, Eric V. Al Qaeda's Propaganda: A Shifting Battlefield. In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 23-35.

LAWRENCE, Bruce. **Messages to the World: The Statements of Osama bin Laden**. London and New York: Verso, 2005.

MALLEY, Robert; FINER, Jon. **The Long Shadow of 9/11: How Counterterrorism Warps U.S. Foreign Policy**. 2018. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2018-06-14/long-shadow-911>>. Acesso em: 25 set. 2019.

MEROLA, Victor. **Counterterrorism Institutionalization: The cases of American and French Intelligence**. Porto Alegre, 2018.

MOCKAITIS, Thomas R.; RICH, Paul B. (org). **Grand Strategy in the War Against Terrorism**. Londres: Frank Cass, 2003.

MUÑOZ, Arturo. A Long-Overdue Adaptation to the Afghan Environment. In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 23-35.

MUNRO, Andre. **United States Presidential Election of 2012**. 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/United-States-Presidential-Election-of-2012>>. Acesso em: 26 out. 2019.

NEW AMERICA (2019). **Terrorism in America After 9/11**. Disponível em:

<<https://www.newamerica.org/in-depth/terrorism-in-america/>>. Acesso em: 5 ago. 2019.

OATES, Sarah; KAID, Linda L.; BERRY, Mike (2010). **Terrorism, Elections, and Democracy: Political Campaigns in the United States, Great Britain, and Russia**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

OBAMA, Barack. **Osama bin Laden Dead**. 2011. Disponível em:

<<https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2011/05/02/osama-bin-laden-dead>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

_____. **US is helping others in fight against terrorism**. Nova York: Bbc News, 2015. P&B.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/av/world-us-canada-34395742/obama-us-is-helping-others-in-fight-against-terrorism>>. Acesso em: 23 set. 2019.

O'HANLON, Michael E. A Flawed Masterpiece. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 3, p.47-63, abr. 2002.

OATES, Sarah; KAID, Linda L.; BERRY, Mike. **Terrorism, Elections, and Democracy: Political Campaigns in the United States, Great Britain, and Russia**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

PAPE, Robert A. **Dying to win: The Strategic Logic of Suicide Terrorism**. Nova York: Random House, 2005.

PAUL, Christopher. Winning Every Battle but Losing the War Against Terrorists and Insurgents. In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 105-111.

PEW RESEARCH CENTER. **Pakistani Public Opinion**. 2009. Disponível em:

<<https://www.pewresearch.org/global/2009/08/13/pakistani-public-opinion/>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

_____. **Romney in a Word: 'Honest,' 'Businessman,' 'Rich'**. 2012. Disponível em:

<<https://www.people-press.org/2012/08/29/romney-in-a-word-honest-businessman-rich/>>. Acesso em: 26 out. 2019.

_____. **Obama in a Word: From ‘Inexperienced’ and ‘Change’ to ‘Good’ and ‘Trying’.**

2012b. Disponível em: <<https://www.people-press.org/2012/09/05/obama-in-a-word-from-inexperienced-and-change-to-good-and-trying/>>. Acesso em: 26 out. 2019.

_____. **Obama Ahead with Stronger Support, Better Image and lead on Most issues.**

2012c. Disponível em: <https://www.people-press.org/2012/09/19/obama-ahead-with-stronger-support-better-image-and-lead-on-most-issues/>. Acesso em: 8 nov. 2019.

_____. **Support for al-Qaeda was Low Before (and After) Osama bin Laden’s Death.** 2014.

Disponível em:< <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2014/05/02/support-for-al-qaeda-was-low-before-and-after-osama-bin-ladens-death/>>. Acesso em: 7 nov. 2019.

_____. **Views of Government’s Handling of Terrorism Fall to Post-9/11 Low.** 2015.

Disponível em: <<https://www.people-press.org/2015/12/15/views-of-governments-handling-of-terrorism-fall-to-post-911-low/>>. Acesso em: 1 nov. 2019

_____. **15 Years After 9/11, a Sharp Partisan Divide on Ability of Terrorists to Strike U.S.**

2016a. Disponível em: <<https://www.people-press.org/2016/09/07/15-years-after-911-a-sharp-partisan-divide-on-ability-of-terrorists-to-strike-u-s/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **As Election Nears, Voters Divided Over Democracy and ‘Respect’.** 2016b.

Disponível em: <<https://www.people-press.org/2016/10/27/as-election-nears-voters-divided-over-democracy-and-respect/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **A Divided and Pessimistic Electorate.** 2016c. Disponível em: <<https://www.people-press.org/2016/11/10/a-divided-and-pessimistic-electorate/>>. Acesso em: 8 out. 2019.

_____. **Low Marks for Major Players in 2016 Election - Including the Winner.** 2016d.

Disponível em: <<https://www.people-press.org/2016/11/21/low-marks-for-major-players-in-2016-election-including-the-winner/>> Acesso em: 21 out. 2019.

_____. **Obama Leaves Office on High Note, But Public Has Mixed Views of**

Accomplishments. 2016e. Disponível em: <<https://www.people-press.org/2016/12/14/obama-leaves-office-on-high-note-but-public-has-mixed-views-of-accomplishments/>>. Acesso em: 28 out. 2019.

_____. **Bipartisan Support for Obama's Military Campaign Against ISIS.** 2016f.

Disponível em: <<https://www.people-press.org/2014/09/15/bipartisan-support-for-obamas-military-campaign-against-isis/>>. Acesso em: 28 out. 2019.

_____. **Public Continues to back U.S. Drone Attacks.** 2016g. Disponível em:

<<https://www.people-press.org/2015/05/28/public-continues-to-back-u-s-drone-attacks/>>. Acesso em: 28 out. 2019.

_____. **The World Facing Trump: Public Sees ISIS, Cyberattacks, North Korea as Top Threats.** 2017. Disponível em: <<https://www.people-press.org/2017/01/12/the-world-facing-trump-public-sees-isis-cyberattacks-north-korea-as-top-threats/>>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. **In First Month, Views of Trump are Already Strongly Felt, Deeply Polarized.**

2017b. Disponível em: <<https://www.people-press.org/2017/02/16/in-first-month-views-of-trump-are-already-strongly-felt-deeply-polarized/>>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. **Republicans Divided in Views of Trump's Conduct; Democrats are Broadly**

Critical. 2017c. Disponível em: <<https://www.people-press.org/2017/08/29/republicans-divided-in-views-of-trumps-conduct-democrats-are-broadly-critical/>>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. **Partisans Have Starkly Different Opinions About How the World Views the U.S.**

2017d. Disponível em: <https://www.people-press.org/2017/11/09/partisans-have-starkly-different-opinions-about-how-the-world-views-the-u-s/11-9-2017_06/>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. **Public's 2019 Priorities: Economy, Health Care, Education and Security All Near**

Top of List. 2019. Disponível em: <<https://www.people-press.org/2019/01/24/publics-2019-priorities-economy-health-care-education-and-security-all-near-top-of-list/>>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. **Public Trust in Government: 1958-2019.** 2019b. Disponível em: <<https://www.people-press.org/2019/04/11/public-trust-in-government-1958-2019/>>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. **Obama Tops Public List of Best President in Their Lifetime, Followed by Clinton,**

Reagan. 2019c. Disponível em: <<https://www.people-press.org/2018/07/11/obama-tops-publics-list-of-best-president-in-their-lifetime-followed-by-clinton-reagan/>>. Acesso em: 31 out. 2019.

POLLACK, Kenneth M. Next Stop Baghdad? **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 2, p.32-47, fev. 2002.

QUAGLIA, Laura; OLIVEIRA, Guilherme. **Terrorism and National Security Institutions: a comparative analysis of France, Turkey, and the USA**. Porto Alegre, 2017.

RABASA, Angel. Where Are We in the “War of Ideas”? In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 61-70.

RAPOPORT, David. The four waves of modern terror: International dimensions and consequences. **An International History of Terrorism: Western and Non-Western Experiences**. Routledge, 2013. p. 282-310.

RIEDEL, Bruce. **9/11 Commission**. 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/9-11-Commission>>. Acesso em: 26 out. 2019.

RILEY, K. Jack. Flight of Fancy? Air Passenger Security Since 9/11. In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 147-160.

ROSENTIEL, Tom. **What Was — and Wasn't — On the Public's Mind in 2007**. 2007. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/2007/12/18/what-was-and-wasnt-on-the-publics-mind-in-2007/>>. Acesso em: 26 out. 2019.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. 11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 23, n. 53, p.9-26, mar. 2015.

SCHEUER, Michael. **Through our Enemies' Eyes: Osama Bin Laden, Radical Islam, and the Future of America**. Potomac Books: 2006.

SIEBERT, Johannes; VON WINTERFELDT, Detlof; JOHN, Richard S. Identifying and Structuring the Objectives of the Islamic State of Iraq and the Levant (ISIL) and Its Followers. **Decision Analysis**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.26-50, mar. 2016. Institute for Operations Research and the Management Sciences (INFORMS).

SULLIVAN, John P.; WIRTZ, James J. Terrorism Early Warning and Counterterrorism Intelligence. **International Journal of Intelligence and Counterintelligence**, vol. 21, n.1, 2006. p.13-25.

TELHAMI, Shibley. **What Americans really think about Muslims and Islam**. Bookings, 2015. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/markaz/2015/12/09/what-americans-really-think-about-muslims-and-islam/>. Acesso em: 5 out. 2019.

THIMM, Johannes. **From Exception to Normalcy: The United States and the War on Terrorism**. Berlim: German Institute For International And Security Affairs, 2018. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2018RP07_tmm.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

TILLY, Charles. Terror, Terrorism, Terrorists. **Sociological Theory**, vol. 22, no. 1, 2004, pp. 5–13. *JSTOR*. Disponível em: <www.jstor.org/stable/3648955>. Acesso em 5 set. 2019.

TREVERTON, Gregory F. The Intelligence of Counterterrorism. In: JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism**. Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 161-168.

TRUMP, Donald. **Inauguration Speech**. Washington: 2017.

_____. **Speech to the Arab Islamic American Summit**. Saudi Arabia, 2017b.

U. S. DEPARTMENT OF JUSTICE. **The USA Patriot Act: Preserving Life and Liberty**. 2001. Disponível em: <<https://www.justice.gov/archive/ll/highlights.htm>>. Acesso em: 3 out. 2019

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Office of the Coordinator for Counterterrorism, "Patterns of Global Terrorism 2001," 2002. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/10288.pdf> . Acesso em 17 out. 2019.

UNITED STATES OF AMERICA. **National Security Strategy**. Washington: 2002. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2019.

_____. 2003. **National Strategy for Combating Terrorism**. Washington: 2003.

_____. 2004. **Intelligence Reform: Terrorism Prevention Act**. Washington, 2004.

_____. **The 9/11 Commission Report**. 2004b. Disponível em: <<https://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2019.

_____. **National Security Strategy**. Washington, 2002. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2019.

_____. **National Security Strategy**. Washington, 2006. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/>>. Acesso em: 9 set. 2019.

_____. **National Security Strategy**. Washington, 2010. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

_____. **National Security Strategy**. Washington, 2015. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf>. Acesso em: 4 out. 2019.

_____. **National Security Strategy**. Washington, 2017. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2019.

_____. **National Strategy for Combating Terrorism**. Washington, 2003. Disponível em: <https://www.cia.gov/news-information/cia-the-war-on-terrorism/Counter_Terrorism_Strategy.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

_____. **National Strategy for Combating Terrorism**. Washington, 2006. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nsct/2006/>>. Acesso em: 1 out. 2019.

_____. **National Strategy for Counterterrorism of the United States of America**. Washington, 2011. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/counterterrorism_strategy.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

_____. **National Strategy for Counterterrorism of the United States of America**. 2018b. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2018/10/NSCT.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2019.

_____. **Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America.**

Washington, 2018. Disponível em: <<https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2019.

U.S. CONGRESS. **S.735 - Antiterrorism and Effective Death Penalty Act of 1996.** 1996.

Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/104th-congress/senate-bill/735>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

WEHREY, Frederic. The Iraq War: Strategic Overreach by America - and Also al Qaeda. In:

JENKINS, Brian Michael; GODGES, John Paul. **The Long Shadow of 9/11: America's Response to Terrorism.** Santa Monica, Ca: Rand Corporation, 2011. p. 47-55.

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. **Estado Islâmico: Desvendando o Exército do Terror.** São Paulo: Seoman, 2015.

APÊNDICE A – National Security Strategy: comparação de cada governo

NSS 2002-2006	NSS 2010	NSS 2015	NSS 2017
Garantir a dignidade humana	Ampliação do engajamento internacional e investimento em parceiros	Construção de capacidades para prevenir conflitos	Proteger o <i>American way of life</i> , a população e o território
Fortalecimento das alianças, da defesa nacional e da resiliência, prevenindo ataques contra os EUA e os aliados			
Contenção de armas de destruição em massa, como as nucleares e biológicas			
Dissuadir conflitos regionais através da cooperação	Desmantelamento da al-Qaeda e demais grupos extremistas	Confrontar as mudanças climáticas e aumentar a segurança da saúde global	Derrotar jihadistas e organizações criminosas transnacionais
Promover os livres mercados e o livre comércio, impulsionando a economia global	Implementar e desenvolver a paz no Oriente Médio	Reequilibrar a Ásia e o Pacífico, estabelecendo a paz no Oriente Médio e na África e fortalecendo a cooperação entre as Américas	Rejuvenescer a economia doméstica, promovendo as relações econômicas, pesquisa, tecnologia e inovação
Expandir o ciclo de desenvolvimento construindo estruturas democráticas	Promover o desenvolvimento sustentável, a democracia e os direitos humanos, liderando pelo exemplo	Erradicar a pobreza e aumentar a igualdade, empoderando a sociedade civil	Políticas de imigração e controle de fronteiras
Desenvolver agendas para a cooperação com outros centros de poder			
Transformar as instituições de segurança nacional para enfrentar desafios e oportunidades no século XXI	Garantir a ordem internacional, compartilhando desafios globais	Avançar a segurança energética, liderando pela tecnologia e inovação	Renovar as vantagens competitivas dos EUA, avançando sua influência global

Fonte: elaboração própria (2019).

**APÊNDICE B - National Strategy for Combating Terrorism/Counterterrorism –
comparação de cada governo**

NSCT 2003	NSCT 2006	NSCT 2011	NSCT 2018
Compreendendo a nova ordem global, as organizações terroristas e as armas de destruição em massa	Desafios e sucessos no combate ao terror	Reconhecendo as ameaças	Analisando o adversário terrorista – priorização e recursos
Vencendo a Guerra contra o Terror	Visão e estratégia para combater o terrorismo. No longo prazo: institucionalizar a estratégia avançando a democracia	Ênfase no território nacional, mas atenção para todas as regiões do mundo, em especial a África e a Ásia	Perseguindo terroristas em seu território
4 abordagens: derrotar terroristas e suas organizações; negar patrocínio, apoio e santuário; diminuir as condições de exploração por parte dos terroristas; defender os cidadãos e interesses norte-americanos	4 prioridades no curto prazo: prevenir ataques de grupos; negar armas de destruição em massa; negar apoio e santuário e negar controle da nação utilizada como base	Princípios que guiam o contraterrorismo: adesão aos valores norte-americanos; construção de parcerias securitárias; aplicação de capacidades e ferramentas de contraterrorismo; construção da cultura de resiliência.	Abordagens: isolar terroristas de seu apoio financeiro, material e logístico; modernizar e integrar ferramentas e autoridades para combater o terrorismo e proteger o território nacional e sua infraestrutura; combater a radicalização e o recrutamento; fortalecer as capacidades de parceiros internacionais.

Fonte: elaboração própria (2019).